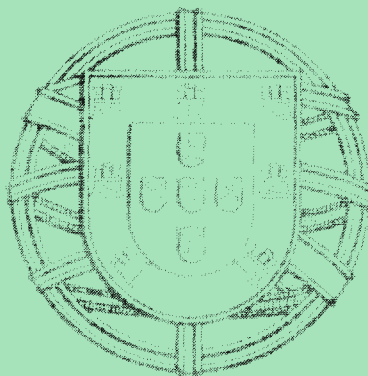




DIÁRIO DA REPÚBLICA

Nos termos do Despacho Normativo n.º 200/92, de 28 de Outubro, este *Diário da República*, de cor diferente da habitual, integra-se nas Comemorações do Dia Nacional da Desburocratização, nele se incluindo uma recomendação do Secretariado para a Modernização Administrativa

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros	10 194
Instituto da Juventude	10 194
Gabinete do Secretário de Estado da Cultura	10 194

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças

Portaria 333/92 (2.ª série):

Autoriza a constituição do Banco Finantia, S. A.	10 194
---	--------

Ministério da Defesa Nacional

Portaria	10 194
Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas	10 194
Secretaria-Geral do Estado-Maior-General das Forças Armadas	10 195
Serviços Sociais das Forças Armadas	10 195
5.ª Repartição da Direcção do Pessoal (Força Aérea)	10 195

Ministério das Finanças

Inspecção-Geral de Finanças	10 195
Direcção-Geral das Contribuições e Impostos	10 195
Direcção-Geral das Alfândegas	10 195
Direcção-Geral do Tesouro	10 196
Direcção-Geral da Junta do Crédito Público	10 196

Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Comissão de Coordenação da Região do Norte	10 196
Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo	10 198
Direcção-Geral do Ordenamento do Território	10 198
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional	10 198
Instituto de Investigação Científica Tropical	10 198

Ministério da Justiça

Gabinete de Estudos e Planeamento	10 198
Gabinete de Gestão Financeira	10 198
Directoria-Geral da Polícia Judiciária	10 198

Direcção-Geral dos Serviços Judiciários	10 199
Instituto de Reinserção Social	10 199
Gabinete da Secretária de Estado da Justiça	10 199

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Direcção-Geral do Pessoal	10 199
---------------------------------	--------

Ministério da Agricultura

Gabinete do Ministro	10 220
Direcção-Geral da Pecuária	10 220
Direcção-Geral das Florestas	10 220
Direcção Regional de Agricultura do Alentejo	10 220
Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola	10 220
Instituto Nacional de Investigação Agrária	10 220
Direcção-Geral dos Mercados Agrícolas e da Indústria Agro-Alimentar	10 221
Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas	10 221

Ministério da Indústria e Energia

Instituto Nacional da Propriedade Industrial	10 221
Direcção-Geral de Energia	10 222

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Gabinete do Ministro	10 222
Direcção-Geral da Aviação Civil	10 222
Junta Autónoma de Estradas	10 222
Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado	10 223

Ministério da Saúde

Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, Centro Regional do Centro	10 223
Escola Superior de Enfermagem de Santarém	10 223
Hospitais da Universidade de Coimbra	10 223
Hospital de Pulido Valente	10 224
Hospital de Santa Cruz	10 225
Hospital de São Francisco Xavier	10 226
Hospital Distrital de Aveiro	10 226
Hospital Distrital de Elvas	10 226
Hospital Distrital de Faro	10 226
Hospital Distrital de Lagos	10 226
Hospital Distrital do Montijo	10 226
Hospital Distrital de Portimão	10 227
Hospital Distrital de Santarém	10 228
Maternidade do Dr. Alfredo da Costa	10 228
Centro Hospitalar de Coimbra	10 229
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia	10 229
Administração Regional de Saúde de Évora	10 229
Administração Regional de Saúde de Leiria	10 230
Administração Regional de Saúde de Santarém	10 230
Administração Regional de Saúde de Setúbal	10 230
Hospital de Miguel Bombarda	10 231
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge	10 231

Ministério do Emprego e da Segurança Social

Secretaria-Geral do Ministério	10 231
Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres	10 231
Secretariado Nacional de Reabilitação	10 231
Centro Regional de Segurança Social de Lisboa	10 231
Centro Regional de Segurança Social de Viseu	10 232

Ministério do Comércio e Turismo

Secretaria-Geral do Ministério	10 232
Direcção-Geral do Comércio Interno	10 233
Direcção-Geral de Inspeção Económica	10 233
Direcção-Geral do Turismo	10 233
Inspeção-Geral de Jogos	10 233

Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica	10 233
Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear	10 234

Ministério do Mar

Direcção-Geral de Portos	10 235
Escola Náutica Infante D. Henrique	10 235
Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos	10 235

Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social ...	10 235
---	--------

Arsenal do Alfeite	10 235
Universidade do Algarve	10 235
Universidade de Aveiro	10 235
Universidade de Coimbra	10 236
Serviços Sociais da Universidade de Coimbra	10 236
Universidade de Lisboa	10 236

Aviso. — Com base no disposto no art. 1.º do Dec.-Lei 328/87, de 16-9, foi publicado o apêndice n.º 153/92 ao DR, 2.ª, 250, de 29-10-92, inserindo o seguinte:

Ministério da Saúde

Departamento de Recursos Humanos	2
Departamento de Gestão Financeira dos Serviços de Saúde	2
Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde	2
Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, Centro Regional de Coimbra	2
Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, Centro Regional de Lisboa	2
Centro de Estudos do Medicamento	2
Direcção-Geral dos Hospitais	3
Hospitais Cíveis de Lisboa	3
Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia	4
Hospital Geral de Santo António	4
Hospital de Egas Moniz	4
Hospital de Garcia de Orta	5
Hospital de Joaquim Urbano	5
Hospital de Santa Maria	6
Hospital de São João	6
Hospital de São Marcos	7
Hospital Distrital de Abrantes	7
Hospital Distrital de Águeda	7
Hospital Distrital de Aveiro	7
Hospital Distrital de Beja	8
Hospital Distrital de Cantanhede	8
Hospital Distrital de Estarreja	8
Hospital Distrital de Évora	8
Hospital Distrital de Fafe	9

Hospital Distrital de Faro	9	Hospital Distrital de Torres Vedras	11
Hospital Distrital da Guarda	9	Hospital Distrital de Viseu	11
Hospital Distrital de Guimarães	9	Centro Hospitalar do Vale do Sousa	11
Hospital Distrital de Lagos	10	Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia	12
Hospital Distrital de Leiria	10	Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários	12
Hospital Distrital do Montijo	10	Administração Regional de Saúde de Beja	12
Hospital Distrital de Oliveira de Azeméis	10	Administração Regional de Saúde de Braga	12
Hospital Distrital de Pombal	10	Administração Regional de Saúde de Bragança	13
Hospital Distrital de Santarém	10	Administração Regional de Saúde de Coimbra	13
Hospital Distrital de Santiago do Cacém	10	Administração Regional de Saúde de Évora	13
Hospital Distrital de Santo Tirso	11	Administração Regional de Saúde de Faro	13
Hospital Distrital de São João da Madeira	11	Administração Regional de Saúde de Leiria	14
Hospital Distrital de São Paio de Oleiros	11	Administração Regional de Saúde de Lisboa	14
Hospital Distrital de Torres Novas	11	Administração Regional de Saúde do Porto	14

Antero de Quental

Antero de Quental, o romântico iluminista. A veemência do verbo e a força do ideal político no sonho do poeta açoreano. Uma vida de filósofo e poeta, ensaísta e político, em que se identificou a mais famosa geração portuguesa do século XIX: a Geração de 70.

Camilo Castelo Branco, o romântico sentimental. Um cunho para sempre impresso à riqueza da nossa língua pela pena do "mais romanesco de todos os românticos", nas palavras de Ramalho Ortigão. O retratista incomparável da sociedade do seu tempo, o verdadeiro herói romântico na vida atrelada que foi a sua.



Autor: Esc. Irene Viar
Diâmetro real: 33 mm

Camilo Castelo Branco

Dois génios, as duas faces do Romantismo português.

São estas as razões da suprema homenagem a dois vultos maiores da nossa cultura pela cunhagem de duas moedas comemorativas dos centenários da morte de Camilo Castelo Branco e Antero de Quental. Coleccionar estas moedas é também contribuir para a promoção dos grandes valores históricos e culturais da Nação portuguesa.



Autor: Esc. Irene Viar
Diâmetro real: 33 mm



INCM

IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA, EP
Departamento de Moeda e Valores Metálicos
Av. António José de Almeida
1000 LISBOA

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Declaração. — Nos termos do art. 3.º do Dec.-Lei 460/77, de 7-11, o Primeiro-Ministro declarou de utilidade pública, por despacho de 13-10-92, a Associação Cultural e Recreativa de Campelo «O Convívio», com sede em Campelo, Figueiró dos Vinhos.

19-10-92. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUVENTUDE

Instituto da Juventude

Por despacho da vogal do conselho directivo do Instituto da Juventude de 18-9-92:

Maria Emília Santos Pina, professora da Esc. n.º 2, Solheira, Fundão, depois de obtida anuência da directora regional de Educação do Centro, por despacho de 5-8-92 — prorrogada a requisição, por mais um ano lectivo, de 1-9-92 a 31-8-93. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

21-9-92. — A Vogal do Conselho Directivo, *Maria Rodrigues Caiado*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

Desp. 246/92. — 1 — Ao abrigo do disposto nos arts. 20.º e 23.º do Dec.-Lei 211/79, de 12-7, conjugado com o Dec.-Lei 227/85, de 4-7, e no art. 15.º do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, bem como no Desp. 56/91, de 5-12, do Primeiro-Ministro, publicado no *DR*, 2.ª, de 14-12-91, subdelego na Dr.ª Patrícia Simões de Carvalho Salvação Barreto, directora do Gabinete das Relações Culturais Internacionais, a competência para os seguintes actos:

- Autorizar as consultas aos restantes departamentos de Estado ou outras entidades públicas ou privadas sobre projectos ou estudos de acordos, protocolos ou programas culturais, seguindo as orientações do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Autorizar a abertura de concursos públicos para a concessão de bolsas de estudo no estrangeiro oferecidas pela área governamental da cultura, através do Gabinete das Relações Culturais Internacionais;
- Indeferir as candidaturas às bolsas de estudo no estrangeiro que não correspondam às exigências fixadas nos respectivos editais;
- Convocar reuniões de especialistas para a apreciação de candidaturas a bolsas de estudo no estrangeiro;
- Autorizar a execução do disposto no articulado que integra os regulamentos de bolsas de estudo no estrangeiro (Regulamento das Bolsas de Longa Duração e Regulamento das Bolsas de Curta Duração), incluindo a autorização para a concessão dos subsídios e outras despesas neles previstos e para o gozo de férias;
- Proceder à constituição de fundos permanentes de dotações de pessoal (ajudas de custo);
- Autorizar a concessão de abonos e ajudas de custo e pagamento de transporte de missões ao estrangeiro;
- Autorizar a inscrição e participação de funcionários em estágios, congressos, seminários, colóquios e cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram no estrangeiro;
- Autorizar a constituição de despesas com seguros até ao montante de 500 000\$;
- Autorizar o pagamento em moeda estrangeira referente a despesas com quotização em organizações internacionais, bem como mensalidades, propinas, subsídios de material e subsídio de instalação e outras despesas previstas no regulamento de bolseiros;
- Autorizar os funcionários a conduzir veículos do Estado que estejam afectos ao Gabinete das Relações Culturais Internacionais, nos termos do n.º 1 do art. 13.º do Dec.-Lei 50/78, de 28-3.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 7-9-92, considerando-se ratificados todos os actos praticados no âmbito do disposto no n.º 1 desde aquela data.

10-10-92. — O Secretário de Estado da Cultura, *Pedro Miguel Santana Lopes*.

Desp. 247/92. — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 4.º e no n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 451/91, de 4-12, com as alterações introduzidas pelo Dec.-Lei 77/92, de 6-5, e Dec.-Lei 185/92, de 25-8, bem como nos despachos de delegação de competências do Primeiro-Ministro 55/91, de 5-12, e 27/92, de 10-6, publicados no *DR*, 2.ª, de 14-12-91 e 25-6-92, respectivamente, e em complemento do meu Desp. 181/92, de 9-7, publicado no *DR*, 2.ª, de 25-7-92, subdelego no subsecretário de Estado da Cultura, Prof. Doutor António Albuquerque de Sousa Lara, com faculdade de subdelegação, as competências que me estão atribuídas relativamente à execução do programa 11.050 da div. 11, subdiv. 39, do PIDDAC de 1992, denominado «Instalação de Arquivos e Bibliotecas Públicas».

13-10-92. — O Secretário de Estado da Cultura, *Pedro Miguel Santana Lopes*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria 333/92 (2.ª série). — Nos termos e para efeitos da legislação em vigor, foi solicitada autorização para a constituição de um banco de investimento com a denominação de Banco Finantia, S. A., a ocorrer em paralelo com a dissolução da Finantia — Sociedade de Investimentos, S. A.

Verificando-se a observância dos pressupostos legais exigidos para a referida operação;

Considerando que a requerente satisfaz as condições económico-financeiras necessárias à prossecução dos objectivos propostos:

Manda o Governo, pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro das Finanças, ouvido o Banco de Portugal, nos termos do disposto no art. 3.º do Dec.-Lei 23/86, de 18-2, o seguinte:

- É autorizada a constituição do Banco Finantia, S. A., o qual se regerá pelos estatutos que ficam depositados no Banco de Portugal e que mereceram a sua aprovação;
- O Banco Finantia, S. A., integrará no seu património a universalidade do activo e do passivo da Finantia — Sociedade de Investimentos, S. A., assumindo, sem solução de continuidade, a condução de todos os negócios desta;
- A Finantia — Sociedade de Investimentos, S. A., deverá dissolver-se a partir da data da transmissão do seu património para o Banco Finantia, S. A., o qual iniciará a sua actividade nessa mesma data.

13-10-92. — O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*. — O Ministro das Finanças, *Jorge Braga de Macedo*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Portaria. — Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos arts. 33.º, 35.º, n.º 2, al. b), e 67.º, n.º 3, do Regulamento da Medalha Militar, aprovado pelo Dec. 566/71, de 20-12, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe o tenente-coronel SG/PQ NIM 011175-K, Manuel Rodrigues Mota.

12-10-92. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *António Soares Carneiro*, general.

Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General
das Forças Armadas

Louvor. — Louvo o tenente-coronel, SG/PQ NIM 011175-K, Manuel Rodrigues Mota, pelas excepcionais qualidades humanas e profissionais evidenciadas durante o período em que serviu como adjunto do chefe do Gabinete do CEMGFA.

Oficial metódico, rigoroso no seu trabalho e de uma discrição exemplar, desempenhou com rara eficiência e correcção as múltiplas funções que lhe foram cometidas, de entre as quais se salientam o processamento da legislação aplicável às Forças Armadas, os frequentes contactos de coordenação com os departamentos do EMGFA, dos ramos e dos organismos civis e o tratamento dos mais dispares assuntos na área do pessoal.

Muito apurado, correcto, leal e íntegro, o tenente-coronel Mota associa às qualidades comprovadas de militar operacional, bem patentes no seu registo curricular, as de um militar competente, ponderado e com perfeita noção das responsabilidades.

Pelas qualidades reveladas, trabalho produzido, permanente disponibilidade e afirmação constante de vincada personalidade, o

tenente-coronel Mota tornou-se credor do elevado apreço e respeito dos que com ele privaram, dignificando o ramo a que pertence e o Gabinete do CEMGFA, pelo que os serviços que prestou se consideram importantes, relevantes e de elevado mérito.

12-10-92. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *António Soares Carneiro*, general.

Secretaria-Geral

Por despacho de 1-10-92 do general Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas:

Teresa Maria dos Santos Matos da Fonseca, escriturária-dactilógrafa do quadro de pessoal civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas — nomeada, nos termos do n.º 1 do art. 6.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, terceiro-oficial do mesmo quadro, precedendo concurso. A referida nomeação converte-se automaticamente em definitiva, independentemente de quaisquer formalidades, no termo do período probatório de um ano se, durante este período, a funcionária tiver revelado aptidão para o desempenho das referidas funções. (Visto, TC, 13-10-92. São devidos emolumentos.)

20-10-92. — O Chefe da Secretaria-Geral, *Francisco Granjo de Matos*, coronel de infantaria.

Serviços Sociais

Aviso. — Nos termos do art. 27.º do Dec.-Lei 235/90, de 17-7, torna-se público que a lista de classificação final do concurso interno de acesso para provimento de um lugar de técnico principal da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica (radiologia) do QPC/SSFA, aberto por aviso publicado na *Ordem de serviço/SSFA*, 37, de 9-9-92, cuja acta de reunião do júri foi homologada pelo general presidente dos SSFA em 6-10-92, sairá publicada em anexo à *Ordem de serviço*, 42, de 14-10-92, destes SSFA, podendo a mesma ser consultada nas respectivas secretarias.

7-10-92. — O Presidente do Júri, *José Caetano da Silva Maçanita*, capitão-de-mar-e-guerra médico.

FORÇA AÉREA

Direcção do Pessoal

5.ª Repartição

Por despachos de 13-10-92 do comandante do pessoal da Força Aérea:

Alberto Carlos Aurélio Pereira — demitido do cargo de operário (electricista) do quadro geral do pessoal civil da Força Aérea. Celestino José Ferreira da Rocha — exonerado, a seu pedido, em 24-6-92, do cargo de operário principal (electricidade) do quadro geral do pessoal civil da Força Aérea.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

14-10-92. — O Chefe da 5.ª Repartição, *José Carlos Alvarez Tasso de Figueiredo*, tenente-coronel.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA E DO ORÇAMENTO

Inspecção-Geral de Finanças

Rectificação. — Por ter sido publicado com inexactidão no *DR*, 2.ª, 237, de 14-10-92, o aviso referente ao recrutamento de inspectores de finanças estagiários para o quadro do Serviço Jurídico da Inspecção-Geral de Finanças, rectifica-se que onde se lê «*DR*, 2.ª, de 14-10-92, a pp. 9559 e 9560 [...] Dec.-Lei 353-A/89 [...] publicado no *DR*, 2.ª, 202, de 2-9-92» deve ler-se «Dec.-Lei 353/89 [...] publicado no *DR*, 1.ª-B, 202, de 2-9-92».

15-10-92. — A Presidente do Júri, *Maria Isabel Prates*.

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA E DO ORÇAMENTO

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Aviso. — Para conhecimento dos interessados, de harmonia com o art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, divulga-se a lista de classificação final dos candidatos aprovados no concurso interno para operadores de reprografia de 3.ª classe, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 86, de 12-4-90, distribuído em 8-8-90 e rectificado pelo 3.º supl. ao mesmo *DR* e distribuído em 25-1-91:

Candidatos aprovados:	Valores
1.º Rosete Marçal Almeida Cordeiro Chamiço	17,09
2.º José da Conceição Morgado Trindade	14,84
3.º Edite da Silva Gomes Bernardo	14,05
4.º Maria Teresa Carvalho Pinto	13,98
5.º Maria da Silva Gomes	13,92
6.º Humberto Fernandes Lopes	13,34
7.º Maria Helena Duarte Sales	13,31
8.º Victor Manuel dos Santos Ferreira	13,26
9.º Olinda Maria Esteves Dourado	13,14
10.º Aline Maria Rodrigues de Freitas	13,09
11.º Leonor do Rosário Rosa da Silva	12,96
12.º Maria Augusta Carias Marques João	12,87
13.º Manuel Cordeiro Gonçalves	12,74
14.º Maria do Anjo Caeiro Batista Nicolau	12,68
15.º Maria Luísa Nunes	12,64
16.º Maria Dolores da Fonseca Marques	11,92
17.º Maria Teresa Amaral Almeida	11,41
18.º Lourenço Maurício	11,31
19.º Maria da Conceição Gomes Martins Santos	11,22

Candidatos excluídos:

Alice Martins Henrique de Moura dos Santos (a).
 Ana Maria Dias de Almeida Costa (a).
 Angelina Maria Ferreira da Silva (a).
 António Alberto Coelho Fernandes (a).
 António Bernardino Espada Caeiro (a).
 António José Pereira Sioga (a).
 Artur Alfredo Lopes (a).
 Augusto Jacinto Sousa dos Santos (a).
 Cristina Paula Dias Marques Soares de Matos (a).
 Joaquim Jorge Ferreira Pinto Pereira da Costa (a).
 José Fialho Candeias (b).
 José Magalhães de Freitas (a).
 Lúcia do Nascimento Macedo da Silva (a).
 Manuel Jacinto Mirão (b).
 Maria Clementina de Figueiredo (a).
 Maria da Conceição Alves Vieira (a).
 Maria da Lourdes dos Santos António Fernandes (a).
 Maria Elizabete de Oliveira Parente Martins (a).
 Maria Fernanda Sena Gaspar (a).
 Maria Goreti Cardoso Henriques Pereira (a).
 Maria Helena Beato Baleiras Romano (a).
 Maria João Gouveia Matias Bonifácio (a).
 Maria José Ferraz Pereira (a).
 Maria José Martins da Conceição (a).
 Maria Manuela Lança Janeiro Simplício (a).
 Maria Margarida Tomé Calado Martins (a).
 Maria Piedade Lopes Sousa (a).
 Maria Vitória Simões de Sousa Camarada (a).
 Mariana Barbosa Carvalho Lampreia (a).
 Vítor Manuel Raposo Rosa (a).

(a) Por falta de comparência à prova prática e à entrevista de selecção.

(b) Por desistência do concurso.

Da presente lista classificativa cabe recurso para o Ministro das Finanças no prazo de 10 dias, a contar da data da publicação do aviso no *DR*, nos termos do art. 34.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

15-10-92. — A Presidente do Júri, *Maria Helena Portugal Pinto*.

Direcção-Geral das Alfândegas

Por despachos de 3-9-92 do director-geral e de 23-9-92 do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Porto:

Maria Otília Sousa Santos de Almeida da Nova Leite, primeiro-oficial do Centro Regional de Segurança Social do Porto, a prestar ser-

viço na Alfândega do Porto em regime de requisição — prorrogada a mesma até ao fim do corrente ano, com efeitos a partir de 24-10-92. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

12-10-92. — O Director de Serviços, *João Miguel Ribeiro da Silva Felgueiras*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO

Direcção-Geral do Tesouro

Por despacho de 8-10-92:

Salustiano dos Santos Silva, tesoureiro-ajudante principal, em serviço na 2.ª Tesouraria da Fazenda Pública de Vila Nova de Gaia — transferido para idêntico lugar na 4.ª Tesouraria da Fazenda Pública do mesmo concelho.

13-10-92. — O Director de Serviços, *Armando Dinis Caneiro*.

Direcção-Geral da Junta do Crédito Público

Aviso. — Para conhecimento dos interessados, comunica-se que as rendas vitalícias criadas ao abrigo do Dec.-Lei 75-1/77, de 28-2, terão o seu valor global aumentado em 1,25% por cada trimestre decorrido entre 30-11-90 e 30-11-92, pagável a partir de 1-3-93 (1.º trimestre).

28-9-92. — O Director-Geral, *Braz dos Santos*.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Comissão de Coordenação da Região do Norte

Por despacho de 12-10-92 do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território:

Isabel Maria Coelho dos Santos, técnica superior de 1.ª classe do quadro privativo da Comissão de Coordenação da Região do Norte — nomeada, em regime de substituição, chefe da Divisão de Programas e Projectos.

14-10-92. — A Administradora, *Teresa do Rosário*.

Aviso. — 1 — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que, por despacho de 1-10-92 do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno geral de provimento de 12 lugares de técnico superior de 1.ª classe do quadro da Comissão de Coordenação da Região do Norte, com vencimento nos termos do art. 17.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10.

2 — O presente concurso é válido pelo prazo de um ano a contar da data de publicação do aviso da lista de classificação final, cessando com o preenchimento dos lugares.

3 — O conteúdo funcional dos lugares a prover é o seguinte:

Exercer funções de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior nas áreas do ordenamento do território, administração autárquica e promoção editorial.

4 — O local de trabalho situa-se na Rua da Rainha D. Estefânia, 251, Porto.

5 — A este concurso só poderão ser admitidos os candidatos que reúnam cumulativamente, até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas, os seguintes requisitos:

- Os mencionados nos arts. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
- Serem técnicos superiores de 2.ª classe com, pelo menos, três anos de serviço classificados de *Bom*;
- Terem exercido, pelo menos nos últimos três ou dois anos, funções de conteúdo idêntico ao do lugar a prover, consoante possuam no referido período, respectivamente, classificação de serviço de *Bom* ou de *Muito bom*.

6 — O método de selecção será o de avaliação curricular podendo ser complementado de entrevista profissional de selecção se o júri o entender necessário.

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte e enviado pelo correio, com aviso de recepção, ou entregue directamente na Comissão de Coordenação da Região do Norte, Rua da Rainha D. Estefânia, 251, 4100 Porto, do qual constarão os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade e naturalidade, data de nascimento, número, data e validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte, situação militar, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias;
- Situação profissional, com indicação da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Lugar a que se candidata.

7.2 — Juntamente com os requerimentos os candidatos deverão, obrigatoriamente, apresentar a seguinte documentação:

- Curriculum vitae* detalhado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respectivos períodos, e a indicação das acções de formação profissional frequentadas e respectiva duração, devendo as mesmas ser comprovadas através de documento autenticado;
- Certificado de habilitações literárias;
- Declaração passada e autenticada pelo dirigente do serviço de onde conste a natureza do vínculo, a especificação detalhada do conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao respectivo posto de trabalho, bem como o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
- Documentos comprovativos das classificações de serviço dos últimos três anos.

7.3 — Os candidatos pertencentes ao quadro desta Comissão estão dispensados da apresentação dos documentos que constem dos respectivos processos individuais.

8 — Ao presente concurso são aplicáveis os Decs.-Leis 248/85, de 15-7, 265/88, de 28-7, 498/88, de 30-12, e 427/89, de 7-12.

9 — As listas de candidatos e de classificação final serão afixadas, se o número de candidatos for inferior a 50, na sede desta Comissão de Coordenação, Rua da Rainha D. Estefânia, 251, 4100 Porto.

10 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — engenheiro Luís Braga da Cruz, presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte.

Vogais efectivos:

Dr.ª Teresa Maria Peres Ribeiro do Rosário, administradora.

Engenheiro António Carlos Queirós Vilela Bouça, director regional.

Vogais suplentes:

Engenheiro Carlos Eduardo de Oliveira e Sousa, director regional.

Dr.ª Maria Lucília Sousa Maia Aroso Monteiro Pereira, chefe de divisão.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Aviso. — 1 — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que, por despacho de 1-10-92 do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno geral de provimento de 13 lugares de técnico superior de 1.ª classe do quadro dos gabinetes de apoio técnico compreendidos na área de actuação da Comissão de Coordenação da Região do Norte, com vencimento nos termos do art. 17.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10.

2 — O presente concurso é válido pelo prazo de um ano a contar da data de publicação do aviso da lista de classificação final, cessando com o preenchimento dos lugares.

3 — O conteúdo funcional dos lugares a prover é o seguinte:

Exercer funções de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, de âmbito ge-

ral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior no âmbito da concepção, avaliação, controlo e execução de projectos e da assessoria técnica às autarquias locais desenvolvidos nos gabinetes de apoio técnico.

4 — O local de trabalho situa-se nos gabinetes de apoio técnico compreendidos na área de actuação da Comissão de Coordenação da região do Norte.

5 — A este concurso só poderão ser admitidos os candidatos que reúnam cumulativamente, até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas, os seguintes requisitos:

- a) Os mencionados nos arts. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
- b) Serem técnicos superiores de 2.ª classe com, pelo menos, três anos de serviço classificados de *Bom*;
- c) Terem exercido, pelo menos nos últimos três ou dois anos, funções de conteúdo idêntico ao do lugar a prover, consoante possuam no referido período, respectivamente, classificação de serviço de *Bom* ou de *Muito bom*.

6 — O método de selecção será o de avaliação curricular podendo ser complementado de entrevista profissional de selecção se o júri o entender necessário.

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte e enviado pelo correio, com aviso de recepção, ou entregue directamente na Comissão de Coordenação da Região do Norte, Rua da Rainha D. Estefânia, 251, 4100 Porto, do qual constarão os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade e naturalidade, data de nascimento, número, data e validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Situação profissional, com indicação da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- d) Lugar a que se candidata.

7.2 — Juntamente com os requerimentos os candidatos deverão, obrigatoriamente, apresentar a seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respectivos períodos, e, ainda, a indicação das acções de formação profissional frequentadas e respectiva duração, devendo as mesmas ser comprovadas através de documento autenticado;
- b) Certificado de habilitações literárias;
- c) Declaração passada e autenticada pelo dirigente do serviço de onde conste a natureza do vínculo, a especificação detalhada do conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao respectivo posto de trabalho, bem como o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
- d) Documentos comprovativos das classificações de serviço dos últimos três anos.

7.3 — Os candidatos pertencentes ao quadro dos gabinetes de apoio técnico compreendidos na área de actuação desta Comissão estão dispensados da apresentação dos documentos que constem dos respectivos processos individuais.

8 — Ao presente concurso são aplicáveis os Decs.-Leis 248/85, de 15-7, 265/88, de 28-7, 498/88, de 30-12, e 427/89, de 7-12.

9 — As listas de candidatos e de classificação final serão afixadas, se o número de candidatos for inferior a 50, na sede desta Comissão de Coordenação, Rua da Rainha D. Estefânia, 251, 4100 Porto.

10 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — engenheiro Luís Braga da Cruz, presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte.

Vogais efectivos:

Dr.ª Teresa Maria Peres Ribeiro do Rosário, administradora.

Arquitecto Vasco Fernando de Melo e Azevedo Cameira, director regional.

Vogais suplentes:

Engenheiro Luís Manuel Machado Macedo, director do GAT de Braga.

Engenheiro João Manuel Cerqueira da Silva, director do GAT de Amarante.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Aviso. — 1 — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que, por despacho de 1-10-92 do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno geral de provimento de 15 lugares de segundo-oficial do quadro da Comissão de Coordenação da Região do Norte, com vencimento nos termos do art. 17.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10.

2 — O presente concurso é válido pelo prazo de um ano a contar da data de publicação do aviso da lista de classificação final, cessando com o preenchimento dos lugares.

3 — O conteúdo funcional dos lugares a prover é o seguinte:

Exercer funções de natureza executiva, enquadradas em instruções gerais e procedimentos bem definidos, com certo grau de complexidade, relativas à área de actividade administrativa, designadamente administração de pessoal, contabilidade e apoio administrativo.

4 — O local de trabalho situa-se na Rua da Rainha D. Estefânia, 251, Porto.

5 — A este concurso só poderão ser admitidos os candidatos que reúnam cumulativamente, até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas, os seguintes requisitos:

- a) Os mencionados nos arts. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
- b) Serem terceiros-oficiais com, pelo menos, três anos de serviço classificados de *Bom*;
- c) Terem exercido, pelo menos nos últimos três ou dois anos, funções de conteúdo idêntico ao do lugar a prover, consoante possuam no referido período, respectivamente, classificação de serviço de *Bom* ou de *Muito bom*.

6 — O método de selecção será o de avaliação curricular podendo ser complementado de entrevista profissional de selecção se o júri o entender necessário.

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte e enviado pelo correio, com aviso de recepção, ou entregue directamente na Comissão de Coordenação da Região do Norte, Rua da Rainha D. Estefânia, 251, 4100 Porto, do qual constarão os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade e naturalidade, data de nascimento, número, data e validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Situação profissional, com indicação da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- d) Lugar a que se candidata.

7.2 — Juntamente com os requerimentos os candidatos deverão, obrigatoriamente, apresentar a seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respectivos períodos, e a indicação das acções de formação profissional frequentadas e respectiva duração, devendo as mesmas ser comprovadas através de documento autenticado;
- b) Certificado de habilitações literárias;
- c) Declaração passada e autenticada pelo dirigente do serviço de onde conste a natureza do vínculo, a especificação detalhada do conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao respectivo posto de trabalho, bem como o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
- d) Documentos comprovativos das classificações de serviço dos últimos três anos.

7.3 — Os candidatos pertencentes ao quadro desta Comissão estão dispensados da apresentação dos documentos que constem dos respectivos processos individuais.

8 — Ao presente concurso são aplicáveis os Decs.-Leis 248/85, de 15-7, 498/88, de 30-12, e 427/89, de 7-12.

9 — As listas de candidatos e de classificação final serão afixadas, se o número de candidatos for inferior a 50, na sede desta Comissão de Coordenação, Rua da Rainha D. Estefânia, 251, 4100 Porto.

10 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr.ª Teresa Maria Peres Ribeiro do Rosário, administradora.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria Lucília Sousa Maia Aroso Monteiro Pereira, chefe de divisão.

Maria de Fátima Martins Barbosa da Cunha, técnica especialista principal.

Vogais suplentes:

Maria Amélia Paninho Pereira, chefe de secção.

Maria Célia da Costa Ramalho, chefe de secção.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

12-10-92. — O Presidente, *Luís Braga da Cruz*.

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso CCRLVT RAF n.º 150/92

Por despacho de 8-10-92 do vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo:

Ana Rita Ferreira e Silva de Vasconcelos Simões, técnica superior de 2.ª classe, em regime de contrato a termo certo, nesta Comissão de Coordenação — rescindiu o referido contrato a partir de 8-11-92. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

13-10-92. — A Administradora, *Maria de Lurdes Liberato*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Direcção-Geral do Ordenamento do Território

Por despacho do signatário de 14-10-92:

Maria dos Anjos Cavaco Martins Ribeiro, primeiro-oficial do quadro desta Direcção-Geral — autorizada a recuperar o vencimento de exercício perdido (um dia) no corrente ano, por motivo de doença. (Não está sujeito a fiscalização prévia do TC.)

14-10-92. — Pelo Director-Geral, *Victor Manuel Carvalho Melo*.

Por despacho de 2-10-92 do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território:

Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo de Magalhães, técnica superior de 1.ª classe do quadro — autorizada, a seu pedido, a prorrogação da licença sem vencimento, por mais um ano, com início em 15-10-92. (É devida a taxa referente aos emolumentos e imposto do selo.)

13-10-92. — Pelo Director-Geral, *Victor Manuel Carvalho Melo*.

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Aviso. — Em cumprimento do disposto no art. 5.º, n.º 3, al. d), do Dec.-Lei 265/88, de 28-7, informam-se os interessados, nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, conjugado com o art. 24.º, n.º 2, al. b), do mesmo diploma, de que se encontra afixada na sede da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, sita na Avenida de D. Carlos I, 126, 7.º, em Lisboa, a lista de classificação final dos candidatos aprovados no estágio referente ao concurso externo de admissão ao estágio de ingresso para preenchimento de cinco lugares de técnico superior de 2.ª classe do quadro único do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, dota-

ção da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 300, de 29-12-88, depois de homologada por despacho do director-geral do Desenvolvimento Regional.

A referida lista pode ser consultada durante as horas normais de expediente.

7-10-92. — A Presidente do Júri, *Cristina Souto Pires*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Instituto de Investigação Científica Tropical

Por despachos de 10 e 28-9-92 do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e do presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, respectivamente:

Maria da Glória Guedes de Sá Figueiredo, técnica-adjunta principal da carreira técnica auxiliar de laboratório do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária — autorizada a requisição para este Instituto, com efeitos desde 12-10-92. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

12-10-92. — A Directora dos Serviços de Administração, *Maria Luísa Conde*.

Por despachos de 2 e de 7-10-92 do presidente do Instituto Nacional de Investigação Científica e do presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, respectivamente:

Cristiana Maria dos Santos Duarte Alves, técnica-adjunta de 2.ª classe da carreira técnica auxiliar de laboratório do quadro de pessoal dos organismos dependentes do INIC — autorizada a transferência para um lugar vago da mesma categoria do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

15-10-92. — A Directora dos Serviços de Administração, *Maria Luísa Conde*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete de Estudos e Planeamento

Aviso. — Concurso interno de ingresso para o provimento de seis lugares de técnico auxiliar de 2.ª classe, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 111, de 14-5-92. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se os interessados de que a lista de classificação final do concurso acima referenciado se encontra afixada no 1.º andar do edifício sito na Avenida de Óscar Monteiro Torres, 39, em Lisboa, onde pode ser consultada, durante as horas normais de expediente (das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos).

15-10-92. — O Director-Geral, *J. de Seabra Lopes*.

Gabinete de Gestão Financeira

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão, rectifica-se o n.º 1 do aviso de abertura do concurso para técnico superior de 1.ª classe publicado no DR, 2.ª, 239, de 16-10-92, pelo que onde se lê «concurso interno geral de ingresso» deve ler-se «concurso interno geral de acesso».

19-10-92. — O Director-Geral, *João Martins*.

Directoria-Geral da Polícia Judiciária

Por despacho de 9-10-92 do director-geral da Polícia Judiciária:

António Joaquim Ganhão Branco, agente do nível 2 do quadro da Polícia Judiciária — concedida licença sem vencimento de longa duração a partir de 27-10-92.

Por despacho de 9-10-92 do director-geral-adjunto Dr. Gabriel Catarino, por delegação:

Licenciado Fernando da Silva Bastos, agente do nível 2 do quadro da Polícia Judiciária — exonerado, a seu pedido, do referido lugar e quadro a partir de 16-9-92, por ter tomado posse do cargo de juiz de direito, em regime de estágio.

16-10-92. — O Director do Departamento de Recurso Humanos, *Luís Correia Botelho*.

Direcção-Geral dos Serviços Judiciários

Aviso. — Por despacho do director-geral dos Serviços Judiciários de 13-10-92, por delegação de competências, foram feitas as seguintes alterações ao movimento judicial de Junho, publicado no *DR*, 2.ª, de 10-9-92:

Nomeações revogadas:

Promoção de Elisabete Marrucho Malheiro do Rio a escrivã-adjunta do 2.º Juízo Criminal de Lisboa.

Promoção de Maria Teresa de Matos Dias a escrivã-adjunta do 15.º Juízo Cível de Lisboa.

Nomeação:

Elisabete Marrucho Malheiro do Rio, escriturária judicial do 3.º Juízo Cível de Lisboa — promovida, por urgente conveniência de serviço, a escrivã-adjunta do 15.º Juízo Cível de Lisboa.

Aceitação: cinco dias.

(Esta nomeação está isenta de fiscalização prévia do TC.)

Aviso. — Por despacho do director-geral dos Serviços Judiciários de 16-10-92, por delegação de competências, a seguir se publica a lista do movimento judicial de oficiais de justiça referente ao mês de Setembro, feito por urgente conveniência de serviço.

Todas as nomeações estão isentas de fiscalização prévia do TC, excepto as 1.ªs nomeações, provisórias, cujo visto será *a posteriori*. As nomeações por transferência estão sujeitas ao pagamento do imposto de transferência.

16-10-92. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *Domingos Baptista*.

Nome: Joaquim Robalo Ramos.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Trabalho de Lisboa, 4.º Juízo.

Número de ordem: 59/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Supremo Tribunal de Justiça.

Aceitação: 5 dias.

Nome: Miguel Joaquim Pereira.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Trabalho de Lisboa, 2.º Juízo.

Número de ordem: 91/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Relação de Lisboa.

Aceitação: 5 dias.

Nome: António Teixeira Moreira.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Cível do Porto, 3.º Juízo.

Número de ordem: 104/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Secretaria-Geral Comum dos Tribunais do Porto.

Aceitação: 5 dias.

Nome: Alberto Vasco Rodrigues Codeço.

Categoria: secretário técnico.

Tribunal: Braga, Ministério Público.

Número de ordem: 12/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Proveniente: transferência de reestruturação de carreiras/serviço.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Arcos de Valdevez.

Aceitação: 8 dias.

Nome: Manuel Lopes da Silva.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Idanha-a-Nova.

Número de ordem: 140/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Castelo Branco.

Aceitação: 8 dias.

Nome: Luís Manuel Martins Ribeiro.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Moimenta da Beira.

Número de ordem: 289/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Albergaria-a-Velha.

Aceitação: 8 dias.

Nome: José Tadeu da Costa Monteiro.

Categoria: secretário judicial.

Exerce funções: Tribunais Criminais do Porto, Ministério Público, como secretário judicial, em comissão de serviço.

Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Cível do Porto, 3.º Juízo.

Aceitação: 5 dias.

Observação: cessa comissão.

Nome: Plácido Maximiano Martins.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Espinho.

Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Cível do Porto, 1.º Juízo.

Aceitação: 8 dias.

Nome: Abílio Assis Mendes.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Porto de Mós.

Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Lourinhã.

Aceitação: 8 dias.

Nome: Custódio Pinheiro da Rocha.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Avis.

Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Trabalho de Lisboa, 2.º Juízo.

Aceitação: 8 dias.

Nome: João Pedro Rodrigues.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Ansião.

Número de ordem: 336/89. Classificação de serviço: *Bom*.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Aveiro.

Aceitação: 8 dias.

Nome: Chaw Jeng Kwong.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Benavente.

Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom*.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Trabalho de Lisboa, 4.º Juízo.

Aceitação: 8 dias.

Nome: Fernando Palmeira Pinto.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Aveiro.

Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.

Proveniente: transferência.

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Espinho.

Aceitação: 8 dias.

Nome: Fausto Martins Pena.

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Trancoso, 1.ª Secção.

Exerce funções: Meda, como secretário judicial, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).

Número de ordem: 284/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Proveniente: promoção

Categoria: secretário judicial.

Tribunal: Meda.

Observação: 3.º curso, n.º 9/art. 45.º, n.º 4.

Nome: António Lourenço do Nascimento.
 Categoria: escrivão de direito.
 Tribunal: Ponta Delgada, 1.º Juízo, 2.ª Secção.
 Exerce funções: Vila Franca do Campo, como secretário judicial, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
 Número de ordem: 324/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Vila Franca do Campo.
 Observação: 3.º curso, n.º 16/art. 45.º, n.º 4.

Nome: Alberto Chiado Barrocas.
 Categoria: escrivão de direito.
 Tribunal: Beja, 1.ª Secção.
 Exerce funções: Beja, como secretário judicial, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
 Número de ordem: 296/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Beja.
 Observação: 3.º curso, n.º 28/art. 45.º, n.º 4.

Nome: João António de Campos Pinto.
 Categoria: escrivão de direito.
 Tribunal: Fronteira, 1.ª Secção.
 Exerce funções: Fronteira, como secretário judicial, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
 Número de ordem: 122/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Fronteira.
 Observação: 3.º curso, n.º 29/art. 45.º, n.º 4.

Nome: Fernando Manuel Rodrigues Frade.
 Categoria: escrivão de direito.
 Tribunal: Ribeira Grande, 1.ª Secção.
 Exerce funções: Povoação, como secretário judicial, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
 Número de ordem: 270/89. Classificação de serviço: *Bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Povoação.
 Observação: 3.º curso, n.º 32/art. 45.º, n.º 4.

Nome: António da Costa Dias.
 Categoria: escrivão de direito.
 Tribunal: Barcelos, 3.º Juízo, 1.ª Secção.
 Número de ordem: 76/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Trabalho de Barcelos.
 Aceitação: 5 dias.
 Observação: 1.º curso sec., dispensado.

Nome: Celestino do Rosário Nunes.
 Categoria: escrivão de direito.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 9.º Juízo, 3.ª Secção.
 Número de ordem: 132/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Torres Novas.
 Aceitação: 8 dias.
 Observação: 1.º curso sec., dispensado.

Nome: Manuel Barbosa da Rocha.
 Categoria: escrivão de direito.
 Tribunal: Ponte da Barca, 1.ª Secção.
 Número de ordem: 223/89. Classificação de serviço: *Muito Bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Ponte da Barca.
 Aceitação: 5 dias.
 Observação: 1.º curso sec., dispensado.

Nome: Orlando de Figueiredo.
 Categoria: escrivão de direito.
 Exerce funções: Inspeção-Geral da Administração do Território, como escrivão de direito, em comissão de serviço.
 Número de ordem: 309/89; classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Avis.
 Observação: 1.º curso sec., dispensado — mantém comissão.

Nome: António Fernando Costa dos Santos.
 Categoria: escrivão de direito.
 Tribunal: Trabalho de Lisboa, 3.º Juízo, Secção Central.
 Número de ordem: 262/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Benavente.
 Aceitação: 8 dias.
 Observação: 1.º curso sec., dispensado.

Nome: Manuel César Cardeira.
 Categoria: escrivão de direito.
 Exerce funções: Serviço de Inspeção/Conselho dos Oficiais de Justiça, como secretário de inspeção, em comissão de serviço.
 Número de ordem: 253/89; classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Estarreja.
 Aceitação: 8 dias.
 Observação: 1.º curso sec., n.º 11/cessa comissão.

Nome: António Gabriel Almeida Marques.
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 7.º Juízo.
 Exerce funções: Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, como escrivão-adjunto, em requisição.
 Número de ordem: 1141/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Cuba.
 Observação: 2.º curso sec., n.º 7 — mantém requisição.

Nome: Manuel Plácido de Almeida Alves.
 Categoria: escrivão de direito.
 Tribunal: Amares, 1.ª Secção.
 Número de ordem: 385/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Vila Verde.
 Aceitação: 8 dias.
 Observação: 2.º curso sec., n.º 11.

Nome: Álvaro Rodrigues Marques.
 Categoria: escrivão de direito.
 Tribunal: Viseu, 3.º Juízo, 2.ª Secção.
 Número de ordem: 433/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Moimenta da Beira.
 Aceitação: 8 dias.
 Observação: 2.º curso sec., n.º 26.

Nome: António Ribeiro da Silva.
 Categoria: escrivão de direito.
 Tribunal: Guimarães, 3.º Juízo, 1.ª Secção.
 Número de ordem: 198/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Vieira do Minho.
 Aceitação: 8 dias.
 Observação: 2.º curso sec., n.º 35.

Nome: António Manuel Rodrigues da Costa e Silva.
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Águeda.
 Número de ordem: 1281. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Ansião.
 Aceitação: 8 dias.
 Observação: 2.º curso sec., n.º 45.

Nome: António Silva Ribeiro.
 Categoria: escrivão de direito, na disponibilidade.
 Exerce funções: Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, como escrivão de direito, em requisição.
 Número de ordem: 732/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: secretário judicial.
 Tribunal: Porto de Mós.
 Observação: 3.º curso, n.º 3 — mantém requisição como auditor de justiça.

Nome: José Eduardo Lucas Miguel.
 Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Vila Franca de Xira, 1.º Juízo, 2.ª Secção.
Número de ordem: 297/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: promoção.
Categoria: secretário judicial.
Tribunal: Vila Real de Santo António.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 3º curso sec., n.º 20.

Nome: Aristides Manuel Marques Loureiro Costa.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Relação de Coimbra, 2.ª Secção.
Número de ordem: 306/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: promoção.
Categoria: secretário judicial.
Tribunal: Arganil.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 3.º curso, n.º 30.

Nome: Alfredo Ribeiro da Cruz.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Trabalho de Castelo Branco, 1.ª Secção.
Número de ordem: 364/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: secretário judicial.
Tribunal: Idanha-a-Nova.
Aceitação: 8 dias.

Nome: António Miguel Garcês de Gouveia.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: São Vicente, 1.ª Secção.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimto: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: secretário judicial.
Tribunal: São Vicente.
Aceitação: 5 dias.

Nome: João Maria Domingues Gonçalo.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Leiria, 3.º Juízo, 2.ª Secção.
Número de ordem: 373/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: secretário judicial.
Tribunal: Porto de Mós.
Aceitação: 8 dias.

Nome: António Frnacisco Carrasco Ramos.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Beja, 3.ª Secção.
Número de ordem: 847/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: secretário judicial.
Tribunal: Cuba.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Manuel Frederico Lourenço Pacheco Ferreira.
Categoria: *escrivão de direito*, na disponibilidade.
Exerce funções: Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, como *escrivão de direito*, em requisição.
Número de ordem: 299/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: colocação.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Cível de Lisboa, 2.º Juízo, 3.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observação: mantém requisição como auditor de justiça.

Nome: José Henrique Rodrigues de Sousa.
Categoria: *escrivão de direito*, na disponibilidade.
Número de ordem: 885/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: colocação.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Viseu, 3.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Rui Manuel Jorge Simões.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Aveiro, 2.º Juízo, 1.ª Secção.
Número de ordem: 621/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Aveiro, 3.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observação: art. 86.º, n.º 3.

Nome: José Carlos Lufinha de Vasconcelos.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Cível de Lisboa, 13.º Juízo, 2.ª Secção.
Número de ordem: 18/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Supremo Tribunal Administrativo, 4.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: João Henrique da Costa Lima.
Categoria: *escrivão de direito*.
Exerce funções: Relação de Coimbra, como *escrivão de direito*, em comissão de serviço.
Número de ordem: 387/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Relação de Coimbra, 2.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observação: cessa a comissão.

Nome: Celestino Ferreira Matias da Silva.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Vila Nova de Famalicão, 3.º Juízo, 1.ª Secção.
Número de ordem: 427/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Vila Nova de Famalicão, Secção Central.
Aceitação: 5 dias.

Nome: João Maria de Sousa.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Menores do Funchal, 1.ª Secção.
Número de ordem: 429/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Funchal, 2.º Juízo, 1.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Manuel Nobre Pregueiro.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Vila Nova de Famalicão, Secção Central.
Número de ordem: 490/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Trabalho de Braga, 1.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: António Maria da Silva Neves.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Pombal, 3.ª Secção.
Número de ordem: 565/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Figueira da Foz, 1.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: José Norberto Fernandes Alves.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Funchal, 1.º Juízo, 2.ª Secção.
Número de ordem: 620/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Menores do Funchal, 1.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: António Maria Meira Miranda.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Barreiro, 1.º Juízo, 2.ª Secção.
Número de ordem: 649/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Família de Lisboa, 2.º Juízo, 3.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Manuel Joaquim Pereira Ferreira.
Categoria: *escrivão de direito*.
Tribunal: Vila Real, 2.ª Secção.
Número de ordem: 730/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.

Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Amares.
Aceitação: 8 dias.

Nome: António Pereira Ribeiro.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Trabalho de Vila Nova de Famalicão, 2.ª Secção.
Número de ordem: 775/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Trabalho de Vila Nova de Famalicão, 1.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Albano José Magalhães Costa Veiga.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Trabalho de Vila Nova de Famalicão, 1.ª Secção.
Número de ordem: 783/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Trabalho de Braga, 2.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Aldina Martins Abelho.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Vila Franca de Xira, Secção Central.
Número de ordem: 827/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Vila Franca de Xira, 1.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Odete de Oliveira Almeida Sousa.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Covilhã, 2.º Juízo, 1.ª Secção.
Número de ordem: 893/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Trabalho da Covilhã, 1.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: António Vergas Alexandre.
Categoria: escrivão de direito, de licença ilimitada de longa duração.
Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: colocação após licença ilimitada.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Alenquer, 2.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Manuel da Costa Oliveira Morgado.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Santarém, 2.º Juízo, 1.ª Secção.
Número de ordem: 260/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Tomar, 2.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Luís Alberto Gomes de Campos.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Meda, 1.ª Secção.
Número de ordem: 501/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Trancoso.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Ernestina Silva Nunes Marques.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Cascais, 3.º Juízo, 2.ª Secção.
Número de ordem: 523/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Cível de Lisboa, 13.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: António Francisco Carrasco Ramos.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Beja, 3.ª Secção.
Número de ordem: 847/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Beja, 1.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: João Jacinto Medeiros Mota.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Ponta Delgada.
Exerce funções: Ponta Delgada, Secção Central, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 392/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Ponta Delgada, Secção Central.
Observação: 7.º curso, n.º 1 — art. 45.º, n.º 4.

Nome: Ernesto de Jesus Araújo Peixoto.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Caminha.
Exerce funções: Caminha, 1.ª Secção, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 487/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Caminha.
Observação: 7.º curso, n.º 7/art. 45.º, n.º 4.

Nome: Bebiano José de Freitas Pestana.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Funchal.
Exerce funções: Funchal, 3.º Juízo, 1.ª Secção, como escrivão de direito, de nomeação interina.
Número de ordem: 208/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Funchal, 1.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observação: 3.º curso, n.º 70/cessa interinidade.

Nome: Maria da Glória Torres Norberto de Oliveira.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho de Viana do Castelo.
Número de ordem: 579/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Trabalho de Vila Nova de Famalicão, 2.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 4.º curso, n.º 34.

Nome: Rui Manuel Correia Lopes.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Castelo Branco.
Número de ordem: 80/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Covilhã, 1.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 5.º curso, n.º 20.

Nome: Victor Manuel da Silva Oliveira.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Supremo Tribunal Administrativo.
Número de ordem: 116/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Cível de Lisboa, 9.º Juízo, 3.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observação: 5.º curso, n.º 45.

Nome: Fernando de Oliveira Cardoso.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 9.º Juízo.
Número de ordem: 310/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Trabalho de Lisboa, 3.º Juízo, Secção Central.
Aceitação: 5 dias.
Observação: 6.º curso, n.º 42.

Nome: Maria Teresa de Almeida Coelho Mimoso.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho de Lisboa, 1.º Juízo.
Número de ordem: 363/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: promoção.

Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Trabalho de Lisboa, 4.º Juízo, Secção Central.
Aceitação: 5 dias.
Observação: 6.º curso, n.º 46.

Nome: Luís Manuel Serra e Seixas.
Categoria: escrivão-adjunto.
Exerce funções: Tribunais Criminais de Lisboa, Ministério Público, como escrivão-adjunto, em comissão de serviço.
Número de ordem: 462/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Cascais, 3.º Juízo, 2.ª Secção.
Observação: 7.º curso, n.º 2/mantém comissão.

Nome: Arnaldo dos Santos Fernandes Madureira.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Coimbra.
Exerce funções: Serpa, 1.ª Secção, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 557/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Pombal, 3.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 7.º curso, n.º 5/cessa interinidade.

Nome: Francisco José da Fonseca Ferreira.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Almada.
Exerce funções: Comissão de Inscrição na Lista de Revisores Oficiais de Contas, escrivão-adjunto, em requisição.
Número de ordem: 468/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Vila Franca de Xira, Secção Central.
Observação: 7.º curso, n.º 8/mantém requisição.

Nome: José Januário Jerónimo.
Categoria: escrivão-adjunto supranumerário.
Tribunal: Oeiras.
Exerce funções: Tribunal Constitucional, como escrivão-adjunto, em comissão de serviço.
Número de ordem: 529/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Alvaizere.
Observação: 7.º curso, n.º 11/mantém comissão.

Nome: José Abreu de Sousa
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Albergaria-a-Velha.
Número de ordem: 264/89. Classificação de serviço: *Bom distinção*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Aveiro, 2.º Juízo, 1.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 7.º curso, n.º 16.

Nome: Joaquim Rosa Fernandes Figueiredo.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 10.º Juízo.
Número de ordem: 23/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Santarém, 2.º Juízo, 1.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 7.º curso, n.º 21.

Nome: António Pires Martins da Costa.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Barcelos.
Número de ordem: 439/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Barcelos, 2.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observação: 7.º curso, n.º 23.

Nome: António José da Paiva Costa.
Categoria: escrivão-adjunto.
Exerce funções: Macau, como escrivão-adjunto, em comissão de serviço.
Número de ordem: 234/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Moita, 1.ª Secção.
Observação: 7.º curso, n.º 24/mantém comissão.

Nome: José Alberto Esteves Salvado.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Setúbal.
Número de ordem: 133/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Barreiro, 1.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 7.º curso, n.º 31.

Nome: Manuel João dos Santos Campos.
Categoria: escrivão-adjunto.
Exerce funções: Centro de Estudos Judiciários, Porto, como escrivão-adjunto, em comissão de serviço.
Número de ordem: 109/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Marinha Grande, 2.ª Secção.
Observação: 7.º curso, n.º 36/mantém comissão.

Nome: Leocínio dos Santos Caçador.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 11.º Juízo.
Número de ordem: 18/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Moita, 1.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 7.º curso, n.º 41.

Nome: António Higinio Rebelo.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Caldas da Rainha.
Número de ordem: 54/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Marinha Grande, 2.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.
Observações: 7.º curso, n.º 42.

Nome: Lucília dos Santos Ribeiro Dias Azevedo.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Santa Maria da Feira.
Número de ordem: 130/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Santa Maria da Feira, 2.º Juízo, 1.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observação: 7.º curso, n.º 49.

Nome: António Lopes Martins.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho de Lisboa, 3.º Juízo.
Exerce funções: Trabalho de Lisboa, 5.º Juízo, Secção Central, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 131/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Serpa.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 7.º curso, n.º 51/cessa interinidade.

Nome: Emanuel Norberto da Silva Basílio.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Funchal.
Exerce funções: Funchal, 2.º Juízo, 1.ª Secção, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 69/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Funchal, 3.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observação: 7.º curso, n.º 53/cessa interinidade.

Nome: Carlos Veríssimo de Sousa.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Peniche.

Número de ordem: 389/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 150.º, n.º 1).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Peniche.
Aceitação: 5 dias.
Observação: 7.º curso, n.º 25.

Nome: Manuel Ferreira Correia.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Castelo de Paiva.
Número de ordem: 327/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Castelo de Paiva.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Mário Caetano Beja.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Covilhã.
Número de ordem: 580/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Covilhã, 2.º Juízo, 1.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Albertino Monteiro.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Guimarães.
Número de ordem: 636/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Guimarães, 3.º Juízo, 1.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Manuel António Gonçalves Cacho.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Arcos de Valdevez.
Número de ordem: 693/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Ponte da Barca.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria da Conceição Cardoso Ribeiro.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Paços de Ferreira.
Exerce funções: Paços de Ferreira, 1.ª Secção, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 782/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Paços de Ferreira, 1.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: Jorge Manuel Martins Entradas.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Beja.
Exerce funções: Cuba, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 795/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Beja, 3.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: Carlos Manuel Isidoro.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho da Maia.
Exerce funções: Paços de Ferreira, 2.ª Secção, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 802/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Paços de Ferreira, 2.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: Maria Fernanda de Sousa Botelho Meireles.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível do Porto, 7.º Juízo.
Exerce funções: Barcelos, 2.º Juízo, 2.ª Secção, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 814/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Vila Nova de Famalicão, 3.º Juízo, 1.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: José Manuel Simões Nogueira.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Viana do Castelo.
Número de ordem: 902/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Barcelos, 3.º Juízo, 1.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: José Joaquim Esteves Teiga.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Loulé.
Exerce funções: Loulé, 3.ª Secção, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 411/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Loulé, 1.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observações: cessa interinidade.

Nome: Maria do Céu Lopes Ribeiro Calcinha da Palma Clarezza.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Loulé.
Número de ordem: 460/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Loulé, 2.º Juízo, 1.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Carlos Luís Benigno.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Ponta Delgada.
Exerce funções: Ponta Delgada, 1.º Juízo, 2.ª Secção, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 604/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Ponta Delgada, 1.º Juízo, 2.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Dulce Macedo Lopes Costa.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Vila Real.
Número de ordem: 681/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Vila Real, 2.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.

Nome: António Francisco Cardoso dos Santos.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Fronteira.
Exerce funções: Fronteira, 1.ª Secção, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 1279/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Fronteira.
Aceitação: 5 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: Ana Maria Neves Sota Carvalho Ildefonso.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cuba.
Número de ordem: 1338/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Cuba.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria de Lurdes Cabral Ribeiro Couto.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Vila Franca do Campo.

Exerce funções: Ribeira Grande, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proviminto: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Ribeira Grande.

Aceitação: 5 dias.

Observação: cessa interinidade.

Nome: Teresa de Jesus Mesquita Teixeira.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Meda.

Número de ordem: 1482/89. Classificação de serviço: *Bom*.

Proviminto: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Meda.

Aceitação: 5 dias.

Nome: Júlio José Vaz de Oliveira Lousada.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Cível de Lisboa, 15.º Juízo.

Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.

Proviminto: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Alvaizere.

Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Teresa da Paz Abreu.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Cascais.

Número de ordem: 391/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Proviminto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Cascais, 3.º Juízo, 2.ª Secção.

Aceitação: 5 dias.

Nome: João António Carvalho Sequeira.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Castelo Branco.

Número de ordem: 705/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Proviminto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Trabalho de Castelo Branco.

Aceitação: 5 dias.

Nome: Luís Filipe Ferreira Coelho do Rego.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Cível de Lisboa, 1.º Juízo.

Número de ordem: 1170/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Proviminto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Cível de Lisboa, 2.º Juízo, 3.ª Secção.

Aceitação: 5 dias.

Nome: Manuel Fonseca Figueiredo.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Cível de Lisboa, 8.º Juízo.

Número de ordem: 449/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proviminto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Cível de Lisboa, 13.º Juízo, 3.ª Secção.

Aceitação: 5 dias.

Nome: José Figueiredo Carapinha.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Leiria.

Número de ordem: 471/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proviminto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Leiria, 3.º Juízo, 2.ª Secção.

Aceitação: 5 dias.

Nome: Mário Vaz Dias Nunes.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Família de Lisboa, 1.º Juízo.

Exerce funções: Moita, 1.ª Secção, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).

Número de ordem: 564/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proviminto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Secretaria-Geral dos Tribunais de Trabalho de Lisboa.

Aceitação: 8 dias.

Observação: cessa interinidade.

Nome: António Luís Pereira Bastos de Miranda.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Setúbal.

Número de ordem: 914/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proviminto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Trabalho de Lisboa, 5.º Juízo, Secção Central.

Aceitação: 8 dias.

Nome: Duarte Pedro César Martins Guerra Correia.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Cível de Lisboa, 10.º Juízo.

Número de ordem: 1210/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proviminto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Vila Franca de Xira, Secção Central.

Aceitação: 8 dias.

Nome: Custódia da Conceição Horta Rosa.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Beja.

Número de ordem: 1217/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Proviminto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Beja, 1.ª Secção.

Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria José Teles Garcia Candeias.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Évora.

Número de ordem: 386/89. Classificação de serviço: *Bom*.

Proviminto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Évora, Secção Central.

Aceitação: 5 dias.

Nome: Bonifácio Jesus de Sousa.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Funchal.

Número de ordem: 574/89. Classificação de serviço: sem classificação.

Proviminto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).

Categoria: escrivão de direito.

Tribunal: Funchal, 3.º Juízo, 1.ª Secção.

Aceitação: 5 dias.

Nome: José Carlos Pereira de Carvalho.

Categoria: escrivão-adjunto, na disponibilidade.

Proviminto: colocação.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Coimbra.

Aceitação: 5 dias.

Nome: Júlia Maria Rodrigues da Silva.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Barreiro.

Número de ordem: 1615/89. Classificação de serviço: sem classificação.

Proviminto: transferência.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Montijo.

Aceitação: 8 dias.

Observação: art. 86.º, n.º 2.

Nome: João Ramos Cândido.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Correccional de Lisboa, 4.º Juízo.

Número de ordem: 36/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Proviminto: transferência.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Supremo Tribunal de Justiça.

Aceitação: 5 dias.

Nome: Henrique Manuel Rocha de Freitas.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Cascais.

Número de ordem: 356/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Proviminto: transferência.

Categoria: escrivão-adjunto.

Tribunal: Supremo Tribunal Administrativo.

Aceitação: 8 dias.

Nome: José Aurélio Simões Ferreira Cabido.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível do Porto, 3.º Juízo.
Número de ordem: 1137/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho do Porto, 1.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Álvaro Gonçalves Pereira de Carvalho.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Montijo.
Número de ordem: 61/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Secretaria-Geral Comum dos Tribunais de Lisboa.
Aceitação: 8 dias.

Nome: José Firmino Coimbra.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 11.º Juízo.
Número de ordem: 357/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho de Lisboa, 3.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Álvaro José da Silva Magalhães.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho do Porto, 1.º Juízo.
Número de ordem: 373/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Secretaria-Geral dos Tribunais do Trabalho do Porto.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Margarida de Oliveira Costa Esteves.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 14.º Juízo.
Número de ordem: 610/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Almada.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Clara Amaral Ferreira Forte.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Correccional de Lisboa, 1.º Juízo.
Número de ordem: 818/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Correccional de Lisboa, 4.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Dulce Eleutério Alves da Silva Ferreira.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Criminal de Lisboa, 4.º Juízo.
Número de ordem: 1046/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Correccional de Lisboa, 1.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Joaquim Fernando Pereira da Silva.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Polícia do Porto.
Número de ordem: 1074/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível do Porto, 3.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria da Fé Catarino Felício Gonçalves.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho de Lisboa, 4.º Juízo.
Número de ordem: 1114/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Correccional de Lisboa, 1.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria de Fátima Coelho Ferreira Peixoto.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho de Lisboa, 5.º Juízo.
Número de ordem: 1209/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Setúbal.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Emília Pereira da Silva Pires.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 7.º Juízo.
Número de ordem: 1378/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 10.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: João de Amorim Araújo Barbosa.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Ponte de Lima.
Número de ordem: 1412/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Arcos de Valdevez.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Deolinda Marques Pinto Baptista Duarte.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Criminal do Porto, 2.º Juízo.
Número de ordem: 1544/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Secretaria-Geral Comum dos Tribunais do Porto.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria José Alves Cardoso de Sousa.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Felgueiras.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Vila Real.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria de Lurdes Cabral Ribeiro Couto.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Vila Franca do Campo.
Exerce funções: Ribeira Grande, como escrivão de direito, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Ponta Delgada.
Aceitação: 8 dias.
Observação: mantém interinidade.

Nome: Fernando Correia da Costa.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho de Lisboa, 4.º Juízo.
Número de ordem: 571/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Secretaria-Geral dos Tribunais do Trabalho de Lisboa.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Emília do Rosário Daniel.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Marinha Grande.
Número de ordem: 1019/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Caldas da Rainha.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Albino Augusto Oliveira Rodrigues.
Categoria: escrivão-adjunto.
Exerce funções: Penafiel, como escrivão-adjunto, em comissão de serviço.
Número de ordem: 1079/89. Classificação de serviço: *Bom*.

Provimento: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Família do Porto, 2.º Juízo.
Aceitação: 8 dias.
Observação: cessa comissão.

Nome: Mimosa Augusta Pereira da Silva Moutinho.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Polícia do Porto.
Número de ordem: 1309/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho de Matosinhos.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Carlos Manuel Diogo da Costa Ramos.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Seixal.
Número de ordem: 1321/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Almada.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Acácio da Costa Zeferino.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Barreiro.
Número de ordem: 1383/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Seixal.
Aceitação: 8 dias.

Nome: António Moita Marques.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Idanha-a-Nova.
Número de ordem: 1424/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Castelo Branco.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria de Fátima Guedes Saraiva.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Vila Real.
Número de ordem: 1604/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Ponte de Lima.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Joaquim Luís Barrigas Queiroga.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Almada.
Exerce funções: Sindicato dos Funcionários Judiciais, como escrivão-adjunto, em requisição.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimento: transferência.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 7.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.
Observação: mantém requisição.

Nome: Maria Alcide dos Santos Queirós.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: São João da Madeira.
Número de ordem: 459/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Santa Maria da Feira.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Inês Maria de Freitas Teixeira.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Família do Porto, 2.º Juízo.
Número de ordem: 514/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Polícia do Porto.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Adelaide Dias de Carvalho.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Espinho.
Número de ordem: 518/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.

Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Polícia do Porto.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Amélia de Campos Carvalho.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho de Barcelos.
Número de ordem: 549/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Barcelos.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria de Fátima Fernandes Gonçalves Ribas.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Viana do Castelo.
Número de ordem: 622/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho de Viana do Castelo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Ana Paula de Gouveia Moreira Ferreira Campos.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Correccional do Porto, 2.º Juízo.
Número de ordem: 719/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Criminal do Porto, 2.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Teresa de Matos Dias.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 2.º Juízo.
Número de ordem: 747/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 9.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Albertina Forte Veríssimo de Simão Lino.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Loures.
Exerce funções: Cível de Lisboa, 2.º Juízo, como escrivão-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 755/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 14.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: Manuel Maria Moura Carvalho.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 13.º Juízo.
Número de ordem: 764/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 7.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Fernanda Maria de Magalhães Lousada da Silva.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 16.º Juízo.
Exerce funções: Cível de Lisboa, 10.º Juízo, como escrivão-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 787/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 11.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: Maria Albina Cardoso Mateus Ribeiro.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 13.º Juízo.
Número de ordem: 793/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 11.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Alberto Manuel Sancho Correia.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Supremo Tribunal Administrativo.

Número de ordem: 812/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Barreiro.
Aceitação: 8 dias.

Nome: José Augusto Cerqueira Vasconcelos.
Categoria: escriturário judicial.
Exerce funções: Celorico de Basto, como escrivão judicial, em comissão de serviço.
Número de ordem: 877/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Felgueiras.
Aceitação: 8 dias.
Observação: cessa comissão.

Nome: Olívia Maria Marques Mendonça.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Correccional de Lisboa, 1.º Juízo.
Número de ordem: 912/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Criminal de Lisboa, 4.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: António Fernando de Sousa.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Águeda.
Número de ordem: 1095/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Águeda.
Aceitação: 5 dias.

Nome: João Herculano Martins Rodrigues.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Valença.
Número de ordem: 1217/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Caminha.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Júlio Manuel Marques Teixeira Roque.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Leiria.
Número de ordem: 1320/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Marinha Grande.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Carlos Manuel Mendes Martins.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 13.º Juízo.
Número de ordem: 1403/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Criminal de Lisboa, 2.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Fernando Neves Brás.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Soure.
Número de ordem: 1561/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Trabalho de Aveiro.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Olívia Monteiro Pinto.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Vila Nova de Gaia.
Número de ordem: 1761/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Albergaria-a-Velha.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria de Jesus Romão Almeida.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Castelo Branco.
Número de ordem: 135/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Idanha-a-Nova.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Francisco José Domingos Cardoso.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cascais.
Exerce funções: Cascais, Ministério Público, como técnico de justiça-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 206/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Cascais.
Aceitação: 5 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: João Carlos Bagulho de Matos Santos.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Estremoz.
Número de ordem: 332/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Estremoz.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Luísa de Sousa Enxuto Arenga.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Supremo Tribunal Administrativo.
Número de ordem: 538/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Barreiro.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Eduardo Jorge Magalhães Faria de Araújo Gil.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Guimarães.
Número de ordem: 1954/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Funchal.
Aceitação: 30 dias.

Nome: Maria da Paz de Freitas Fernandes.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Funchal.
Número de ordem: 650/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Funchal.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Luísa Maria de Jesus Garcês.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Setúbal.
Número de ordem: 364/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Setúbal.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria José Faria Lopes Rodrigues.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Espinho.
Número de ordem: 391/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Espinho.
Aceitação: 5 dias.

Nome: José Antunes da Silva.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Guimarães.
Número de ordem: 1055/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrivão-adjunto.
Tribunal: Guimarães.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Manuel Eugénio Oliveira Duarte de Assunção.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Trabalho de Vila Nova de Gaia.
 Número de ordem: 1102/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Cível do Porto, 7.º Juízo.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Paula de Oliveira Cardoso.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Matosinhos.
 Número de ordem: 1195/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Matosinhos.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria da Glória da Silva Araújo Amorim.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Arcos de Valdevez.
 Número de ordem: 109/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Arcos de Valdevez.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Eufrásia de Almeida Fernandes.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Guimarães.
 Número de ordem: 1383/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Guimarães.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: António Manuel Mendes Figueiras da Cruz.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Vila Real de Santo António.
 Exerce funções: Vila Real de Santo António, como escrivão-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Número de ordem: 1393/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Loulé.
 Aceitação: 8 dias.
 Observação: cessa interinidade.

Nome: Maria da Assunção Amorim Martins Moura.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Caminha.
 Número de ordem: 1426/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Viana do Castelo.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: Mariana da Luz Duarte de Oliveira Costa.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Castelo Branco.
 Número de ordem: 1578/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Castelo Branco.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Fernando Abílio de Sousa Botelho.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Vila Real.
 Número de ordem: 1825/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Vila Real.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: António Licínio Marques Cabral.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Cível do Porto, 8.º Juízo.
 Número de ordem: 1842/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Paredes.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Patrocínio Salvado Lopes Hermenegildo.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Supremo Tribunal Administrativo.
 Número de ordem: 316/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 1.º Juízo.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Paula Cerqueira dos Santos Seixas.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Supremo Tribunal Administrativo.
 Número de ordem: 494/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 15.º Juízo.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Emília Ressurreição Pratas Silvestre.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Família de Lisboa, 2.º Juízo.
 Número de ordem: 659/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Beja.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Orlanda Paixão Gomes Lourenço.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 16.º Juízo.
 Número de ordem: 782/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 2.º Juízo.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Manuela Jesus Pereira Moreira.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Família de Lisboa, 2.º Juízo.
 Número de ordem: 785/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 7.º Juízo.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Carlos Jorge Trincinhas Delca.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 15.º Juízo.
 Número de ordem: 836/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 10.º Juízo.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Ana Paula Figueiras de Brito.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 2.º Juízo.
 Número de ordem: 886/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 7.º Juízo.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria José Silva Ascensão Barradas.
 Categoria: escriturário judicial.
 Tribunal: 4.º e 5.º Juízos do Tribunal de Sintra.
 Número de ordem: 899/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: escrivão-adjunto.
 Tribunal: Cível de Lisboa, 8.º Juízo.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: José Dinis Gama Realista.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar supranumerário.
 Tribunal: Nisa, Ministério Público.

Número de ordem: 74/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Tribunal: Castelo de Vide.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Luís Filipe de Oliveira Nobre Alves Fernandes.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 3.º Juízo.
Número de ordem: 976/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Tribunal: Cível de Lisboa, 10.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Vítor Manuel Henriques Laranjeiro.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Ourém.
Exerce funções: Marinha Grande, como escrevão-adjunto, de nomeação interina, (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Número de ordem: 995/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Tribunal: Leiria.
Aceitação: 8 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: Manuel Fernando de Oliveira Ribeiro.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cascais.
Número de ordem: 1193/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Tribunal: Cascais.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria do Carmo Sezões Chouriço da Cruz.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Redondo.
Número de ordem: 1672/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Tribunal: Évora.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Antónia França Nunes Horta.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Beja.
Número de ordem: 2000/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Tribunal: Cuba.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria da Conceição Parreira da Costa Martins.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho da Covilhã.
Número de ordem: 896/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Tribunal: Covilhã.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Luisa Andrade Drumond Gonçalves.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 7.º Juízo.
Número de ordem: 172/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Tribunal: Funchal.
Aceitação: 30 dias.

Nome: Maria do Carmo Vale Pires.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Pombal.

Número de ordem: 1940/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Tribunal: Peniche.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Homero António da Cunha Martins.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Mangualde.
Número de ordem: 2226/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Tribunal: Meda.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Virgílio Ribeiro Gregório.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Castelo de Paiva.
Número de ordem: 2347/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: escrevão-adjunto.
Tribunal: Castelo de Paiva.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Laura Mariz da Silva Azevedo.
Categoria: escriturário judicial supranumerário.
Tribunal: Santo Tirso.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimto: colocação após situação supra-oficiosa.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Santo Tirso.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Irene Amorim Morgado Pires.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Aveiro.
Número de ordem: 2414/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Braga.
Aceitação: 8 dias.
Observação: art. 86.º, n.º 2.

Nome: Anabela Cardoso de Oliveira Baptista.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: São Pedro do Sul.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Viseu.
Aceitação: 8 dias.
Observação: art. 86.º, n.º 2.

Nome: Maria Isabel Gomes da Costa.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Braga.
Exerce funções: Vila Verde, como escrevão-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 353/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Arcos de Valdevez.
Aceitação: 8 dias.
Observação: mantém interinidade.

Nome: Amador Duarte Brito Afonso.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Correccional do Porto, 2.º Juízo.
Número de ordem: 743/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Peso da Régua.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Fernando Henrique Alves Marques de Matos.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Família de Lisboa, 2.º Juízo.
Número de ordem: 1201/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: transferência.

Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Supremo Tribunal Administrativo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Fernando Manuel Damásio Martins Pedro.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Polícia de Lisboa.
Número de ordem: 1603/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Supremo Tribunal de Justiça.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Olímpio dos Santos.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho do Porto, 2.º Juízo.
Número de ordem: 181/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Família do Porto, 2.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria José Escaria Amante de Sousa Moleiro.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cascais.
Exerce funções: Cível de Lisboa, 2.º Juízo, como escrivão-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 406/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Supremo Tribunal Administrativo.
Aceitação: 5 dias.
Observação: mantém interinidade.

Nome: Cristina Maria Guedes Martins Fonseca.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho do Porto, 9.º Juízo.
Número de ordem: 734/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível do Porto, 5.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Amélia Maria Barreiro de Oliveira Ferreira.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 1.º Juízo.
Exerce funções: Correccional de Lisboa, 3.º Juízo, como escrivão-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 848/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Família de Lisboa, 2.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.
Observação: mantém interinidade.

Nome: Raul de Gouveia Fernandes Moniz.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Alcobaça.
Número de ordem: 967/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Caldas da Rainha.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Graça Almeida Fernandes de Azevedo Plácido P. de Abreu.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 7.º Juízo.
Número de ordem: 1119/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 4.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Luís Amândio Carreiro.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Família do Porto, 2.º Juízo.
Número de ordem: 1457/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Matosinhos.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Delfina Lopes.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 2.º Juízo.
Número de ordem: 1518/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 5.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Bernardino dos Santos Fonseca.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 11.º Juízo.
Número de ordem: 1550/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Administrativo de Círculo de Lisboa.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria de Lurdes dos Santos Vieira.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Tribunais de Família/Menores de Lisboa, Ministério Público.
Exerce funções: Loures, Ministério Público, como técnico de justiça-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 1628/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: 1.º, 2.º e 3.º Juízos do Tribunal de Sintra.
Aceitação: 8 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: Maria de Lurdes Esteves Paula Baptista.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Covilhã.
Número de ordem: 1655/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Castelo Branco.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Olga Maria Vinagre Pires.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Criminal de Lisboa, 3.º Juízo.
Número de ordem: 1769/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Correccional de Lisboa, 1.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Leopoldina Moreira de Sá Portela.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Matosinhos.
Número de ordem: 1799/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível do Porto, 9.º Juízo.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Armandino dos Anjos Marcos.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível do Porto, 5.º Juízo.
Número de ordem: 1815/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Matosinhos.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Fernanda Lucas de Oliveira Nunes Sousa.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível do Porto, 9.º Juízo.
Número de ordem: 1843/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Espinho.
Aceitação: 8 dias.

Nome: José Parreira Lopes.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Correccional do Porto, 3.º Juízo.
Número de ordem: 1845/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Família do Porto, 2.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Fernanda Sousa Fernandes.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 17.º Juízo.
Número de ordem: 1979/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Fafe.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Francisco José Pereira Ramalho Serrano.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Santiago do Cacém.
Exerce funções: Santiago do Cacém, como escrivão-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 2082/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.

Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Évora.
Aceitação: 8 dias.
Observação: mantém interinidade.

Nome: Elísio Gonçalves de Araújo.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Viana do Castelo, Ministério Público.
Número de ordem: 2102/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Provimto: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Viana do Castelo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Francisco José Oliveira Araújo.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Guimarães, Ministério Público.
Número de ordem: 318/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Provimto: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Esposende.
Aceitação: 8 dias.

Nome: António José Bento de Oliveira.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Aveiro.
Número de ordem: 2389/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Correccional do Porto, 2.º Juízo.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Odete de Oliveira Taveira.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Águeda.
Número de ordem: 2396/89; classificação de serviço: *Bom com distinção*.

Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Vila Nova de Gaia.
Aceitação: 8 dias.

Nome: José António da Silva Pereira.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Barcelos, Ministério Público.
Número de ordem: 346/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Barcelos.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Alzira Dias Ferreira.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Polícia de Vila Nova de Gaia.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Guimarães.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Isabel Maria Carvalho Calaveiras Mendes.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cascais.
Número de ordem: 367/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 1.º Juízo.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Eunice Belo Martelo.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Évora.
Número de ordem: 699/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Redondo.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Fernanda Alves Miguel Assis Fuentes.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Lisboa, 1.º Juízo.
Número de ordem: 1285/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 2.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Leonor Cardoso Lourenço Gaspar.
Categoria: escriturário judicial de licença ilimitada/longa duração.
Número de ordem: 1571A/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: colocação.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 6.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Gracinda de Jesus Monteiro da Saúde.
Categoria: escriturário judicial.
Exerce funções: Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica, como escriturário judicial, em comissão de serviço.
Número de ordem: 1673/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Barreiro.
Aceitação: 8 dias.
Observação: cessa comissão.

Nome: João António Charro Frade.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cuba.
Número de ordem: 1798/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Montemor-o-Novo.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Nazaré Roque Parelho.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Almada.
Exerce funções: Vila Viçosa, como escriturário judicial, em destacamento.
Número de ordem: 2108/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.

Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Estremoz.
Aceitação: 8 dias.
Observação: mantém destacamento.

Nome: José Manuel da Silva.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Marinha Grande.
Número de ordem: 2217/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Leiria.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Carla Gabriela Statmiller José Maria.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Tribunais Criminais de Lisboa, Ministério Público.
Exerce funções: Polícia Judiciária de Lisboa, como técnico de justiça auxiliar, em destacamento.
Número de ordem: 316/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Loures.
Aceitação: 8 dias.
Observação: mantém destacamento.

Nome: Teresa Maria Trindade Ferreira Couto.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Santa Maria da Feira.
Número de ordem: 2264/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: São João da Madeira.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Paulo José Lopes da Cruz.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Marinha Grande.
Número de ordem: 2279/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Leiria.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Ana Bela Vinagre Ferreira Martins.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Vagos, Ministério Público.
Número de ordem: 329/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
Tribunal: São Pedro do Sul.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Filomena Gonçalves Cruz Alves Costa Louro.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Aveiro.
Exerce funções: Polícia Judiciária do Porto, como escriturário judicial, em destacamento.
Número de ordem: 2408/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Correccional do Porto, 2.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.
Observação: mantém destacamento.

Nome: João Carlos dos Santos Costa.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Aveiro.
Número de ordem: 2409/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Valença.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Elisa Maria Vaz.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Penacova.
Número de ordem: 2415/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Correccional do Porto, 3.º Juízo.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Elisa Maria Moreira Castro.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Alcobaça, Ministério Público.
Número de ordem: 367/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Vila Nova de Gaia.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Albino Mateus Costa Gomes.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Alcobaça, Ministério Público.
Número de ordem: 369/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Alcobaça.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Cândida da Silva Guedes.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Estarreja.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Polícia de Vila Nova de Gaia.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Teresa Ribeiro Pinto.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Oliveira de Azeméis.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Guimarães.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Constança Milagre Pena Pereira.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: 1.º, 2.º e 3.º Juízos do Tribunal de Sintra.
Número de ordem: 2231/89. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 17.º Juízo.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Helena Dias Espírito Santo.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Criminal de Lisboa, 4.º Juízo.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Aveiro.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Amélia Soares Castro.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Fafe, Ministério Público.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimento: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Guimarães.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Ana Cristina Ferreira da Silva Garcia Lisboa Correia Melo.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: 4.º e 5.º Juízos do Tribunal de Sintra.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimento: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Polícia de Lisboa.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Ana Maria Cabido Pereira.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Cascais, Ministério Público.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimento: transição de reestruturação de carreiras/serviço.

Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Covilhã.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Fernanda Maria Carneiro Sousa.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Tribunais de Trabalho de Lisboa, Ministério Público.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimto: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 7.º Juízo.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Manuela Martinho Pereira.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Santiago do Cacém.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimto: transferência.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Marinha Grande.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Fernando Soares Gonçalves.
Categoria: secretário técnico.
Tribunal: Tribunais Criminais de Lisboa, Ministério Público.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimto: transferência.
Categoria: secretário técnico.
Tribunal: Juízos Cíveis dos Tribunais de Lisboa, Ministério Público.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Manuel Esteves Costa.
Categoria: secretário judicial.
Tribunal: Vila Verde.
Número de ordem: 340/89. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimto: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
Categoria: secretário técnico.
Tribunal: Braga, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: António de Jesus Gaspar da Silva.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Trabalho de Lisboa, 4.º Juízo, Secção Central.
Número de ordem: 95/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: promoção.
Categoria: secretário técnico.
Tribunal: Tribunais Criminais de Lisboa, Ministério Público.
Aceitação: 5 dias.
Observação: 1.º curso, dispensado.

Nome: Delfim Pipa Chaves.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Mirandela, Ministério Público.
Número de ordem: 8/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Penafiel, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: José Luís Fernandes.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Braga, Ministério Público, 2.ª Secção.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: transferência.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Guimarães, Ministério Público, 1.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Helena Soares Alexandre Costa.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Pombal, Ministério Público.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimto: transferência.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Leiria, Ministério Público, 2.ª Secção.
Aceitação: 8 dias.

Nome: José Ferreira Barros da Silva.
Categoria: técnico de justiça principal.

Tribunal: Alcobaça, Ministério Público.
Exerce funções: Santa Cruz das Flores, como secretário judicial de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimto: transferência.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Pombal, Ministério Público.
Aceitação: 30 dias.
Observação: mantém interinidade.

Nome: Manuel Carvalho Martins.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Póvoa de Varzim, Ministério Público.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimto: transferência.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Santo Tirso, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Gilda Maria Moreira Veiga da Fonseca Monteiro.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Vila Nova de Gaia, Ministério Público.
Exerce funções: Vila Nova de Gaia, Ministério Público, 2.ª Secção, como técnico de justiça principal, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 315/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: promoção.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Vila Nova de Gaia, Ministério Público, 2.ª Secção.
Observação: 2.º curso, n.º 16/art. 45.º, n.º 4.

Nome: Lázaro do Nascimento Falcão.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Bragança, Ministério Público.
Número de ordem: 148/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: promoção.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Mirandela, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 1.º curso, n.º 29.

Nome: Manuel Fernando de Carvalho Ramos.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Braga, Ministério Público.
Número de ordem: 256/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: promoção.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Braga, Ministério Público, 2.ª Secção.
Aceitação: 5 dias.
Observação: 2.º curso, n.º 5.

Nome: Mário Jorge Neiva Rodrigues.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Tribunais Criminais, Porto, Ministério Público.
Número de ordem: 400/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: promoção.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Póvoa de Varzim, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 2.º curso, n.º 7.

Nome: José Manuel Leitão Campos.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Cabeceiras de Basto, Ministério Público.
Número de ordem: 241/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimto: promoção.
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Lagos, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.
Observação: 2.º curso, n.º 29.

Nome: Maria Carolina da Silva Carvalho.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Leiria, Ministério Público.
Exerce funções: Alcobaça, Ministério Público, 1.ª Secção, como técnico de justiça principal, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 318/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimto: promoção.

Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Alcobaça, Ministério Público.
Aceitação: 5 dias.
Observação: 2.º curso, n.º 47/cessa interinidade.

Nome: José Augusto Azul dos Santos.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Pombal, Ministério Público.
Número de ordem: 203/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Categoria: técnico de justiça principal.
Tribunal: Pombal, Ministério Público.
Aceitação: 5 dias.

Nome: Dulce Maria Gabriela Breda da Costa Pinto Coelho.
Categoria: técnico de justiça-adjunto supranumerário.
Tribunal: Aveiro, Ministério Público.
Número de ordem: 1220/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: colocação após situação de supranumerário.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Coimbra, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Emília de Almeida.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Barcelos, Ministério Público.
Número de ordem: 180/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Braga, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: António da Costa Figueiredo.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Coimbra, Ministério Público.
Número de ordem: 196/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Penacova, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Aldegundes Cordeiro.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Peso da Régua, Ministério Público.
Número de ordem: 323/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Bragança, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Beatriz da Silva Carvalho.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Montemor-o-Velho, Ministério Público.
Número de ordem: 324/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Coimbra, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Rui Manuel da Silva Figueira.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Tribunais Criminais de Lisboa, Ministério Público.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Loures, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Duarte Gonçalves Carvalho Bastos.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Matosinhos, Ministério Público.
Exerce funções: Penafiel, Ministério Público, como técnico de justiça principal, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 115/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Tribunais Criminais do Porto, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: Elisabete Gaspar de Campos.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.

Tribunal: Santo Tirso, Ministério Público.
Exerce funções: Santo Tirso, Ministério Público, como técnico de justiça principal, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 179/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Barcelos, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: José Augusto Azul dos Santos.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Pombal, Ministério Público.
Número de ordem: 203/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Montemor-o-Velho, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Elisa dos Anjos Vaz.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Nordeste, Ministério Público.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Vila Nova de Gaia, Ministério Público.
Aceitação: 30 dias.

Nome: Maria Inês Pacheco Silva.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Ponta Delgada, Ministério Público.
Número de ordem: sem número. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Torres Vedras, Ministério Público.
Aceitação: 30 dias.

Nome: Maria da Graça Carvalho Soledade Matos.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Ponta Delgada, Ministério Público.
Exerce funções: Ponta Delgada, Ministério Público, como técnico de justiça-adjunta, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 185/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Ponta Delgada, Ministério Público.
Observação: art. 45.º, n.º 4.

Nome: Paula Eduarda Pires Costa.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 4.º Juízo.
Exerce funções: Povoação, Ministério Público, como técnico de justiça-adjunto, de nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
Número de ordem: 2225/89. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Povoação, Ministério Público.
Observação: art. 45.º, n.º 4.

Nome: Maria Odete Moutinho Oliveira Rodrigues.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Trabalho de Vila Nova de Gaia.
Exerce funções: Vila Nova de Gaia, Ministério Público, como técnico de justiça-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 837/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Vila Nova de Gaia, Ministério Público.
Aceitação: 5 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: Lúcia Amaral Marques Madureira.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Trabalho de Matosinhos.
Exerce funções: Matosinhos, como escrivão-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
Número de ordem: 1030/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
Provimento: promoção.
Categoria: técnico de justiça-adjunto.
Tribunal: Matosinhos, Ministério Público.
Aceitação: 5 dias.
Observação: cessa interinidade.

Nome: Maria Teresa dos Santos Macedo Matos.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Guimarães.

Exerce funções: Guimarães, Ministério Público, como técnico de justiça-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Número de ordem: 1144/89. Classificação de serviço: *Muito bom*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Santo Tirso, Ministério Público.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: Virgílio José Coimbra Dias.
 Categoria: escrivão judicial.
 Tribunal: Peso da Régua.
 Número de ordem: 163/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Peso da Régua, Ministério Público.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria Isilda Miranda Costa.
 Categoria: escrivão judicial.
 Tribunal: Soure.
 Número de ordem: 438/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Pombal, Ministério Público.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: José Maria Fernandes Pereira.
 Categoria: escrivão judicial.
 Tribunal: Fafe.
 Exerce funções: Paredes, como escrivão-adjunto de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Número de ordem: 528/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Cabeceiras de Basto, Ministério Público.
 Aceitação: 8 dias.
 Observação: cessa interinidade.

Nome: Luís Manuel Andrade Barroso Martins.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Cascais, Ministério Público.
 Exerce funções: Cascais, Ministério Público, como técnico de justiça-adjunto de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Número de ordem: 599/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Tribunais Criminais de Lisboa, Ministério Público.
 Aceitação: 8 dias.
 Observação: cessa interinidade.

Nome: Maria Rosa da Silva Ribeiro.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Leiria, Ministério Público.
 Número de ordem: 50/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Leiria, Ministério Público.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Mariana Maria Sequeira Matos Borges.
 Categoria: escrivão judicial.
 Tribunal: Barreiro.
 Número de ordem: 759/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Barreiro, Ministério Público.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: José Augusto Marques Rodrigues.
 Categoria: escrivão judicial.
 Tribunal: Supremo Tribunal de Justiça.
 Número de ordem: 1532/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Arganil, Ministério Público.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: José Alberto Vilarinho Amorim.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Anadia, Ministério Público.
 Exerce funções: Águeda, Ministério Público, como técnico de justiça-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Número de ordem: 149/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: promoção.
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Águeda, Ministério Público.
 Aceitação: 5 dias.
 Observação: cessa interinidade.

Nome: António Augusto Correia de Moura.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Penafiel, Ministério Público.
 Número de ordem: 105/89. Classificação de serviço: *Suficiente*.
 Provimento: nomeação interina (art. 45.º, n.º 3).
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Ponta Delgada, Ministério Público.
 Aceitação: 30 dias.

Nome: Maria Fátima Ferreira Conceição.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Cascais, Ministério Público.
 Número de ordem: 1385/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Cascais, Ministério Público.
 Aceitação: 5 dias.

Nome: Maria de Lurdes dos Santos Vieira.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Tribunais de Família/Menores de Lisboa, Ministério Público.
 Exerce funções: Loures, Ministério Público, como técnico de justiça-adjunto, de nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Número de ordem: 1628/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Cascais, Ministério Público.
 Aceitação: 8 dias.
 Observação: cessa interinidade.

Nome: Henrique Dúlio Aparício Lopes.
 Categoria: escrivão judicial.
 Tribunal: Figueira da Foz.
 Número de ordem: 938/89. Classificação de serviço: *Bom*.
 Provimento: nomeação interina (art. 66.º, n.º 2).
 Categoria: técnico de justiça-adjunto.
 Tribunal: Montemor-o-Velho, Ministério Público.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: Carlos Alberto Alves Sotomaior Neto.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Paços de Ferreira, Ministério Público.
 Número de ordem: 357/89. Classificação de serviço: *Bom com distinção*.
 Provimento: transferência.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Viana do Castelo, Ministério Público.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria de Fátima Meireles Sambento.
 Categoria: escrivão judicial.
 Tribunal: Trabalho de Santo Tirso.
 Número de ordem: 1773/89. Classificação de serviço: *Bom*.
 Provimento: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Barcelos, Ministério Público.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Isabel Rodrigues Simões Venâncio.
 Categoria: escrivão judicial.
 Tribunal: Trabalho de Aveiro.
 Número de ordem: 2377/89. Classificação de serviço: *Bom*.
 Provimento: transição de reestruturação de carreiras/serviço.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Anadia, Ministério Público.
 Aceitação: 8 dias.

Nome: Paula Cristina Janeiro Pedroso.
 Categoria: técnico de justiça auxiliar.
 Tribunal: Tribunais Criminais de Lisboa, Ministério Público.

Número de ordem: seu número. Classificação de serviço: *Bom*.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Cascais, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Margarida Rosa Silva Machado.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Almada, Ministério Público.
Número de ordem: seu número. Classificação de serviço: sem classificação.
Provimento: transferência.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Paços de Ferreira, Ministério Público.
Aceitação: 8 dias.

Nome: Maria Teresa dos Santos Pedroso.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cascais.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 439/87.

Nome: Regina Maria Martinho Ferreira Leite Barbosa.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Santa Maria da Feira.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 476/87.

Nome: Raquelina Conceição Silva da Costa.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Aveiro.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 481/87.

Nome: Maria Almira Pereira de Lima Correia Calheiros.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Águeda.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 52/88.

Nome: Maria Augusta de Almeida Neves Martins da Silva.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Estarreja.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 59/88.

Nome: Manuel Orlando Garcia Fernandes.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Guimarães, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 69/88.

Nome: Maria Manuela Gomes Moreira Fernandes Cerqueira.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Fafe, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 78/88.

Nome: Rita Margarida Alves dos Santos.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Oliveira de Azeméis.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 97/88.

Nome: Maria Augusta Vieites Branco.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Aveiro.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 107/88.

Nome: Margarida Carolina Ferreira dos Santos.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Trabalho de Aveiro.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 169/88.

Nome: Maria de Lurdes Bessa Trindade.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.

Tribunal: Trabalho de Aveiro.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 172/88.

Nome: Teresa Maria Jorge Correia da Silva.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Águeda.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 187/88.

Nome: Maria Leonor da Silva Duque.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Soure.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 189/88.

Nome: Aida Maria Marques Gomes.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 9.º Juízo.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 193/88.

Nome: Jaime Francisco Almeida Barbosa.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Vagos, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 239/88.

Nome: Domingos Jorge da Silva Pereira.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Penacova.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 312/88.

Nome: Mário Dias da Costa.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Soure.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 316/88.

Nome: Maria do Rosário Fernandes Guimarães Leitão Serra.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Tribunais do Trabalho de Lisboa, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 330/88.

Nome: Maria da Graça Bessa Azeredo Cabral.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Marinha Grande.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 332/88.

Nome: Maria Madalena de Oliveira Mendes Ribeiro Santos.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Leiria, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 343/88.

Nome: Isabel Maria Noronha dos Ramos Collaço.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: 4.º e 5.º Juízos do Tribunal de Sintra.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 353/88.

Nome: Fernanda de Jesus Caires Cardoso.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escriturário judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 16.º Juízo.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 354/88.

Nome: Lucinda Maria Simão de Deus.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Tribunais de Família/Menores de Lisboa, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 356/88.

Nome: Graciete de Jesus Lucas Soutosa Faria.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Alcobaça, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 393/88.

Nome: Maria Manuela Guedes Vieira Teixeira P. Peixoto.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Cuba.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 394/88.

Nome: José António Palheta Serra.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Criminal de Lisboa, 3.º Juízo.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 395/88.

Nome: Ausenda Maria Ferreira Magno.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Oliveira do Hospital, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 398/88.

Nome: António Manuel Pinto Meireles.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 11.º Juízo.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 403/88.

Nome: Clara Maria Madeira Simão.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Cascais.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 409/88.

Nome: Maria Adélia Marques Barbosa.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Criminal de Lisboa, 4.º Juízo.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 431/88.

Nome: Isabel de Fátima Moura da Conceição Carneiro.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 13.º Juízo.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 443/88.

Nome: Álvaro dos Santos Borges.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Almada.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 446/88.

Nome: Maria Edite da Mata da Silva Ferreira.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 13.º Juízo.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 447/88.

Nome: João Manuel Pires Lourenço.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Cascais.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 449/88.

Nome: Maria da Luz Antunes Alves.
Categoria: telefonista.
Tribunal: Setúbal.
Provimento: nomeação definitiva.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Cível de Lisboa, 13.º Juízo.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 450/88, processo de transição.

Nome: Maria Elisabete Borges Pires.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Torres Vedras.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 452/88.

Nome: Carlos Manuel Crespo Rodrigues Pedro.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Tribunais Criminais de Lisboa, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 457/88.

Nome: Luísa Maria Lopes Martinho da Silva.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Tribunais Criminais de Lisboa, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 465/88.

Nome: Maria Irene de Jesus Barbedo.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Cascais, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 469/88.

Nome: Fátima Maria Cardoso Ferreira.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Lourinhã.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 474/88.

Nome: José Carlos da Conceição Lopes Raposo.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Santiago do Cacém.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 475/88.

Nome: Carlos Fortunato da Silva Magalhães.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Almada, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 6/89.

Nome: Jorge Manuel Fortuna da Cunha.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Santiago do Cacém.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 10/89.

Nome: Ana Maria Dionísio Fernandes.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Alcobaça, Ministério Público.
Posse: 8 dias.
Observação: estagiário n.º 25/89.

Nome: Avelino Ricardo Cerqueira Teixeira Bastos.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: técnico de justiça auxiliar.
Tribunal: Ponta Delgada, Ministério Público.
Posse: 30 dias.
Observação: art. 43.º, n.º 2/estagiário n.º 44/89.

Nome: Beatriz Ferreira da Fonseca.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Funchal.
Posse: 30 dias.
Observação: art. 43.º, n.º 2/estagiário n.º 225/89.

Nome: Manuel de Jesus Antunes Braçal.
Provimento: 1.ª nomeação/provisória.
Categoria: escrivão judicial.
Tribunal: Funchal.
Posse: 30 dias.
Observação: art. 43.º, n.º 2/estagiário n.º 12/91.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DA JUSTIÇA

Instituto de Reinserção Social

Por despachos do presidente do Instituto de Reinserção Social de 16-7-92:

Ana Cristina Correia dos Santos Vieira, Luísa Isabel Aboim Inglez e Maria Virgínia da Cruz Franco — admitidas, em regime de contrato administrativo de provimento, como estagiárias da carreira de técnico superior de reinserção social (escala 1, índice 300). (Visto, TC, 27-7-92.)

Por despachos do presidente do Instituto de Reinserção Social de 29-7-92:

Maria do Rosário de Sousa Melo — admitida, em regime de contrato administrativo de provimento, como estagiária da carreira de técnico superior de reinserção social (escala 1, índice 300). (Visto, TC, 26-8-92.)

José Luís da Costa Magalhães Gomes e Jorge Augusto Mota Fraga — admitidos, em regime de contrato administrativo de provimento, como estagiários da carreira de técnico superior de reinserção social (escala 1, índice 300). (Visto, TC, 22-9-92.)

Ángela Maria Lopes — admitida, em regime de contrato administrativo de provimento, como estagiária da carreira de técnico superior de reinserção social (escala 1, índice 300). (Visto, TC, 23-9-92.)

Por despacho do presidente do Instituto de Reinserção Social de 4-9-92:

Helena Maria Rodrigues Caridade Batista — admitida, em regime de contrato administrativo de provimento, como estagiária da carreira de técnico superior de reinserção social (escala 1, índice 300). (Visto, TC, 22-9-92.)

(São devidos emolumentos.)

15-4-92. — A Vice-Presidente, *Maria Fernanda Farinha Lopes*.

Por despacho do presidente do Instituto de Reinserção Social de 16-7-92:

Licenciada Maria do Rosário da Silva Oliveira Torres, educadora de infância do quadro único de educadores de infância do Ministério da Educação — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, técnica de reinserção social estagiária, da carreira de técnico superior de reinserção social, deste Instituto, com efeitos a partir de 1-9-92. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

24-9-92. — A Vice-Presidente, *Maria Fernanda Farinha Lopes*.

Por despachos do presidente do Instituto de Reinserção Social de 16-9-92:

Elza Maria Pires Galdes Rosa, Fernanda Maria da Silva Rosa, Graça Maria de Jesus Moniz, Isa Maria Correia Seródio, José Pedro Fernandes da Fonseca, Maria da Conceição Melo Duarte de Almeida e Maria João Leal da Silva Freire Morgado — admitidos, em regime de contrato administrativo de provimento, como estagiários da carreira de técnico superior de reinserção social, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1-10-92 (escala 1, índice 300).

Por despachos do presidente do Instituto de Reinserção Social de 24-8-92:

Gertrudes Maria Redolho Trularu Grilo e Maria Solene Faria da Silva Pizarro — admitidas, em regime de contrato administrativo de provimento, como serventes (escala 1, índice 105)

(Visto, TC, 30-9-92. São devidos emolumentos.)

12-10-92. — A Vice-Presidente, *Maria Fernanda Farinha Lopes*.

Por despachos do presidente do Instituto de Reinserção Social de 16-10-92:

Ana Maria Carneiro Costa Silva, técnica superior de serviço social de 2.ª classe do Centro Regional de Segurança Social do Porto — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, estagiária da carreira de técnico superior de reinserção social.

Licenciada Susana Maria Cardoso Castela, terceiro-oficial do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Calouste Gulbenkian — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, estagiária da carreira de técnico superior de reinserção social.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

16-10-92. — A Vice-Presidente, *Maria Fernanda Farinha Lopes*.

Por despacho do presidente do Instituto de Reinserção Social de 19-10-92:

Licenciado António José Lopes Ferreira, enfermeiro do grau 1 do quadro do Hospital de Pulido Valente — nomeado, em comissão de serviço extraordinária, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 2-11-92, estagiário da carreira de técnico superior de reinserção social para a equipa do Instituto em Leiria. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

20-10-92. — A Vice-Presidente, *Maria Fernanda Farinha Lopes*.

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

Desp. 29/92. — Nos termos da proposta n.º 35/92 do director do Centro de Identificação Civil e Criminal e do n.º 1 do art. 10.º do Dec.-Lei 187/88, de 27-5, determino que o funcionamento das delegações do CICC no Porto e em Coimbra se processe nos seguintes termos:

1 — O período de funcionamento dos serviços será ininterrupto, iniciando-se às 9 horas e terminando às 17 horas.

2 — Todos os funcionários disporão de um intervalo de uma hora para almoço, que ocorrerá entre as 12 e as 13 horas ou entre as 13 e as 14 horas.

3 — Em consequência, a duração diária do trabalho, de segunda-feira a sexta-feira, para uma duração semanal de 35 horas, será de sete horas, caso em que os períodos de trabalho decorrerão:

a) 1.º período: das 9 às 12 ou 13 horas;

b) 2.º período: das 13 ou 14 horas às 17 horas.

4 — Nos termos dos n.ºs 2 e 3 deste despacho, os funcionários disporão do intervalo para almoço de forma desfasada e rotativa, por forma que não seja interrompido o atendimento directo ao público.

5 — Se a afluência dos utentes o justificar, o encerramento ao público poderá ocorrer pelas 16 horas e 30 minutos, e por forma a poder completar-se o atendimento dentro do período de funcionamento.

6 — Os serviços abrangidos pelo presente despacho deverão afixar à entrada dos edifícios onde se encontrem instalados o respectivo horário de funcionamento para atendimento ao público, sem prejuízo do disposto no art. 9.º do Dec.-Lei 187/88, de 27-5.

7 — O referido horário entra em vigor, para a delegação do Porto, no dia 2-11 e, para a delegação de Coimbra, a partir da data em que esta passe a funcionar nas instalações da Avenida de Fernão de Magalhães.

16-10-92. — A Secretária de Estado da Justiça, *Maria Eduarda de Almeida Azevedo*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral do Pessoal

Rosanna Louie — despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros de 30-9 exonerando-a do cargo de chanceler do Consulado de Portugal em Hong-Kong, com efeitos a partir de 30-9-92. (Não carece de visto ou anotação do TC.)

1-10-92. — O Director-Geral, *Heitor Manuel Prestes Maia e Silva*.

Pedro Machado da Cruz, licenciado dos quadros do Banco Comercial Português, em regime de requisição no Ministério dos Negócios Estrangeiros, colocado, em comissão de serviço, na Missão Temporária de Portugal junto das Estruturas do Processo de Paz em Angola, com sede em Luanda — despacho de 25-9-92 prorrogando a referida requisição até 31-12-92, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 31-7-92, continuando colocado, em comissão de serviço, na referida Missão Temporária. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

28-9-92. — O Director-Geral, *Heitor Manuel Prestes Maia e Silva*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

GABINETE DO MINISTRO

Louvor. — O engenheiro agrónomo Carlos Alberto Amado Pereira da Silva exerceu, em comissão de serviço, de 18-4-89 a 14-9-92, o cargo de director-geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, tendo cessado aquelas funções em virtude de ter sido nomeado, por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Agricultura de 15-9-92, publicado no *DR*, 2.ª, de 17-9-92, vogal da comissão directiva do IFADAP.

Considera-se da maior justiça realçar publicamente o mérito da acção por si desenvolvida na Direcção-Geral da Hidráulica e Engenharia Agrícola, assinalando a dedicação, lealdade, zelo, sentido de dever e responsabilidade, competência e inteligência com que exerceu a missão que lhe foi confiada.

7-10-92. — O Ministro da Agricultura, *Arlindo Marques da Cunha*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção-Geral da Pecuária

Direcção de Serviços de Administração

Aviso. — Para os devidos efeitos se declara que o número de vagas inicialmente postas a concurso para a categoria de assessor principal da carreira de médico veterinário, cujo aviso de abertura foi publicado no *DR*, 2.ª, 117, de 3-8-92, foi, por despacho de 16-10-92 do director-geral da Pecuária, alterado de duas para três vagas.

16-10-92. — A Directora de Serviços, em regime de substituição, *Maria Filomena Allen Serras Pereira Furtado*.

Direcção-Geral das Florestas

Direcção de Serviços de Produção Florestal

Aviso. — Nos termos do Dec.-Lei 28 468, de 15-2-38, é desclassificado de interesse público um exemplar de *Pinus pinaster* Ait., situado no lugar de Chelinho, freguesia do Mosteiro, concelho de Oleiros, propriedade de José Martins.

13-10-92. — O Director de Serviços, *Fernando Barbosa*.

Direcção Regional de Agricultura do Alentejo

Por despachos do director regional de Agricultura do Alentejo, de 20-8-92 e do subdirector-geral das Florestas de 27-8-92:

Rita Jacinta Caleiro Nogueira, trabalhadora rural do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Florestas — transferida para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, com a mesma categoria, com efeitos a partir de 1-9-92. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

15-10-92. — Pelo Director de Serviços de Administração, (*Assinatura ilegível.*)

Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola

Aviso. — Concurso interno geral para o preenchimento de três vagas de técnico-adjunto especialista da carreira de técnico-adjunto de biblioteca e documentação. — Nos termos dos arts. 24.º e 32.º do Dec.-Lei 498/88, torna-se público que a lista de classificação, homologada por despacho do director-geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola de 19-10-92, da candidata ao concurso interno geral de acesso para o preenchimento de três vagas de técnico-adjunto especialista da carreira de técnico-adjunto de biblioteca e documentação do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, cujo aviso de abertura foi publicado no *DR*, 2.ª, 181/92, de 7-8, se encontra afixada na sede da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, sita na Avenida de Afonso Costa, 3, 1900 Lisboa.

19-10-92. — A Presidente do Júri, *Zita Quintão Pereira*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária

Por despacho do Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura de 1-10-92:

Paulo Alexandre Nabais Soares, auxiliar técnico de laboratório do quadro do pessoal do INIA — autorizado a passar à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 2-11-92.

13-10-92. — A Directora dos Serviços de Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

Aviso. — Nos termos do preceituado no art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informa-se que para efeitos de consulta se encontra afixada nos serviços centrais do Instituto Nacional de Investigação Agrária, sito no Largo de Santos, 3, 3.º, esquerdo, em Lisboa, a lista de classificação final do concurso externo de ingresso de admissão a estágio para preenchimento de uma vaga de operador de sistemas de 2.ª classe da carreira de operador de sistemas do quadro do pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária, conforme aviso de abertura publicado no 14.º supl. ao *DR*, 2.ª, 301, de 31-12-91.

13-10-92. — O Presidente do Júri, *Jaime António Amorim Ribes*.

Aviso. — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, por despacho de 26-3-92 do vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária, proferido no uso de competência delegada, ao abrigo do Despacho 1/92, do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária, publicado no *DR*, 2.ª, 54, de 5-3-92, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias, a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno geral de acesso para provimento de uma vaga de mecânico principal da carreira de mecânico do quadro do pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido pelo prazo de um ano a contar da publicação da lista de classificação final e para as vagas que ocorrerem nesse período.

3 — Conteúdo funcional — execução de tarefas de reparação e conservação de máquinas e viaturas.

4 — Legislação aplicável — a este concurso são aplicáveis as disposições legais dos Decs.-Leis 498/88, de 30-12, 248/85, de 15-7, e 5-A/88, de 14-1, e Ports. 452-A/86, de 20-8, e 112/90, de 4-4.

5 — Local de trabalho, remunerações e outras condições de trabalho — em qualquer dos serviços operativos do Instituto Nacional de Investigação Agrária, sendo o respectivo vencimento o resultante da aplicação do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, que estabelece regras sobre o estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública, acrescido das regalias sociais e condições de trabalho genericamente vigentes para a função pública e para os funcionários do Ministério da Agricultura.

6 — Condições de candidatura — poderão candidatar-se a este concurso os indivíduos vinculados ao Estado (funcionários de qualquer serviço ou organismo da administração central, dos organismos de coordenação económica e dos demais institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos) que se encontrem nas condições do art. 22.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, e que simultaneamente reúnam os seguintes requisitos especiais:

- Encontrar-se nas condições previstas no n.º 1 do art. 31.º do Dec.-Lei 248/85, de 15-7;
- Ter a adequada classificação de serviço.

7 — Os métodos de selecção a utilizar serão os de avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, sendo a classificação, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultante da média aritmética ponderada dos métodos de selecção indicados.

Os coeficientes de ponderação a utilizar serão:

- Avaliação curricular — 6;
- Entrevista profissional de selecção — 4.

8 — Formalização das candidaturas — o requerimento de admissão, elaborado nos termos do Dec.-Lei 112/90, de 4-4, e dirigido ao presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária, poderá ser entregue pessoalmente na Repartição de Pessoal e Expediente dos Serviços Centrais do Instituto Nacional de Investigação Agrária, Largo de Santos, 3, 3.º, esquerdo, em Lisboa, das 8 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos, em todos os dias úteis, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo para a entrega das candidaturas, para o endereço acima indicado.

8.1 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, bem como o serviço emissor, situação militar, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias;
- Habilitações profissionais (cursos de formação e outros);
- Indicação da categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na função pública;
- Outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais, todavia, só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

8.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae* actualizado, devidamente assinado pelo candidato;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Certidão de habilitações literárias ou fotocópia autenticada por notário;
- Fotocópias das fichas de notação, autenticadas pelo serviço ou organismo, referentes aos anos relevantes para o concurso (nos termos do n.º 4 do art. 11.º do Dec.-Lei 248/85, de 15-7);
- Declaração dos serviços a que estejam vinculados da qual conste, inequivocamente, o nome, a categoria, a natureza do vínculo e o tempo de serviço contado, em termos de antiguidade, até à data da publicação do presente aviso, na categoria, na carreira e na função pública, expresso em dias, e especificação das tarefas que executa e inerentes ao posto de trabalho que ocupa;
- Habilitações profissionais — juntar declaração passada pelas entidades promotoras das acções em causa.

8.3 — Os funcionários que já integram o quadro do Instituto Nacional de Investigação Agrária são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais de admissão a concurso a que alude o art. 22.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, desde que constem do respectivo processo individual. Aos restantes candidatos será dispensada a apresentação dos documentos a que se refere o artigo atrás citado do mesmo diploma, com excepção do documento de habilitações literárias, desde que assim o solicitem, devendo, neste caso, ser indicado, em declaração no respectivo requerimento, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação em que se encontram relativamente a cada uma das condições exigidas, apondo, nesta conformidade, uma estampilha fiscal de 162\$, inutilizando-a com a assinatura do requerente.

9 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar a quaisquer candidatos a apresentação de documentos ou informações complementares sobre os elementos integrantes do currículo ou declaração emitida pelos serviços a que pertencem.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — A lista dos candidatos admitidos e a lista de classificação final do concurso, previstas, respectivamente, nos arts. 24.º e 32.º do referido Dec.-Lei 498/88, serão afixadas, para consulta, na sede do Instituto Nacional de Investigação Agrária, em Lisboa, e enviadas em fotocópias aos candidatos através de ofício registado, se o respectivo número for inferior a 50, ou, se aquele número for igual ou superior ao indicado, serão publicadas na 2.ª série do *DR*.

12 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — engenheiro agrónomo Óscar Rodrigues Pinto, assessor principal.

Vogais efectivos:

Engenheiro Nuno Maria de Sousa Costa, assistente de investigação, que substituirá o presidente do júri, nas suas faltas ou impedimentos.

Dr. Vítor Manuel Madeira Alexandre, técnico superior de 2.ª classe.

Vogais suplentes:

Engenheiro técnico António Eduardo Sancho Beltrão, técnico principal.

Aurélios Santos Grilo Faria, chefe de secção.

14-10-92. — A Directora dos Serviços de Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS MERCADOS AGRÍCOLAS E QUALIDADE ALIMENTAR

Direcção-Geral dos Mercados Agrícolas e da Indústria Agro-Alimentar

Por despacho de 28-9-92 do Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar:

Maria Margarida Saraiva Pires da Fonseca Frade Correia, assessora da carreira técnica superior do quadro dos serviços de apoio do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa — nomeada, em comissão de serviço, para exercer funções de chefe de divisão dos Serviços Jurídicos e da Concorrência na Direcção-Geral dos Mercados Agrícolas e da Indústria Agro-Alimentar, com efeitos a partir de 1-10-92, ao abrigo do art. 4.º, n.º 1, do Dec.-Lei 323/89, de 26-9.

Por despacho de 17-9-92 do Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura:

Carlos Vieira Capela, assessor da carreira de engenheiro do quadro Direcção-Geral dos Mercados Agrícolas e da Indústria Agro-Alimentar, onde exerce o cargo de chefe de divisão — autorizado o seu destacamento na Comissão das Comunidades Europeias, em Bruxelas, no período de 15-9-92 a 14-9-94, como perito nacional.

(Isentos de fiscalização do TC.)

20-10-92. — O Director dos Serviços de Administração, *José Garcia Tabuada*.

Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas

Por despacho de 21-9-92 da comissão de reestruturação do IROMA:

Armando Escalreira da Eira — renovado, pelo período de seis meses, o prazo de validade do contrato de trabalho a termo certo, a partir de 3-10-92, para exercer funções de oficial de matança e oficinas no Matadouro de Vila Real. (Não carece de fiscalização prévia do TC nem são devidos emolumentos.)

Por despacho de 2-10-92 da comissão de reestruturação do IROMA:

Alzira Maria Matos Cabral Conde — promovida, mediante concurso, à categoria de chefe de secção do quadro de pessoal da ex-Junta Nacional das Frutas (escala 1, índice 300), tendo sido reconhecida a urgente conveniência de serviço. A funcionária será provida sob a forma de nomeação definitiva.

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *DR*, 2.ª, 228, de 2-10-92, a p. 9214, rectifica-se que onde se lê «Maria Arlete da Silva Henriques — promovida à categoria de assessor [...] (escala 1, índice 500)» deve ler-se «Maria Arlete da Silva Henriques — promovida à categoria de assessor [...] (escala 1, índice 600)».

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA

Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Aviso. — 1 — Conforme determinam os arts. 24.º e 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, e o n.º 2 do art. 4.º do Dec. Regul. 32/87, de 18-5, avisam-se os candidatos ao concurso para o preenchimento de uma vaga de técnico auxiliar principal do quadro do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, conforme o aviso publicado no *DR*, 2.ª, 162, de 16-7-92, de que a correspondente lista classificativa final, homologada por despacho do presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial de 19-10-92, se encontra afixada no átrio principal do edifício sede do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Campo das Cebolas, 1100 Lisboa, onde pode ser consultada, durante as horas normais de expediente.

2 — Da mesma lista cabe recurso, conforme estipula o art. 34.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, no prazo de 10 dias, consoante se o mesmo a partir da data do registo da comunicação aos interessados, respeitada a dilação de três dias.

19-10-92. — A Presidente do Júri, *Maria Isabel Esteves da Silva Garcia*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ENERGIA

Direcção-Geral de Energia

Por despacho do Secretário de Estado da Energia de 25-9-90:

Isabel Maria Guerra Pacheco Torres, assessora — concedida licença sem vencimento, por um ano, com efeitos a partir de 12-11-92. (Não carece de visto do TC.)

Por despachos do Secretário de Estado da Energia de 9-10-92:

Maria Arminda Cardoso e Sousa Alves Ferreira, chefe de divisão, em comissão de serviço — dada por finda a comissão de serviço a partir da data do referido despacho.

Maria Arminda Sousa Cardoso e Sousa Alves Ferreira, assessora principal — concedida licença sem vencimento, por um ano, com efeitos a partir de 27-10-92. (Não carece de visto do TC.)

Aviso. — Nos termos do art. 33.º e das als. b) e c) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que a lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para uma vaga de técnico auxiliar principal (área funcional de secretariado, documentação, informação e relações públicas), homologada pelo director-geral em 19-10-92, cujo concurso foi aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 164, de 18-7-92, se encontra afixada na Avenida de 5 de Outubro, 87.

Da lista cabe recurso, no prazo de 10 dias, contados a partir da data da publicação do presente aviso, com dilação de três dias, contados a partir do envio da respectiva lista aos interessados.

19-10-92. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Maria Alexandra Gonçalves*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

Desp. MOPTC 83-XII/92. — Pelo meu Desp. 17-XII/91, de 5-11, deleguei competências nos Secretários de Estado.

A redacção do n.º 4.4 deste despacho é susceptível de diferentes interpretações, pelo que urge proceder à sua clarificação, assim:

Delego no Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Dr. José António da Ponte Zeferino, a competência para aprovar todos os orçamentos, incluindo os privativos.

16-10-92. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

Direcção-Geral da Aviação Civil

Por despacho do director-geral de 19-10-92:

Maria de Fátima António Gomes — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica auxiliar especialista da carreira técnico-profissional, nível 3, do quadro desta Direcção-Geral, a remunerar pelo escalão 2, índice 255, do NSR, ficando exonerada do lugar que vinha ocupando com efeitos reportados à data da aceitação da sua nomeação. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

20-10-92. — O Director dos Serviços Administrativos, *J. Coutinho Lopes*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS

Junta Autónoma de Estradas

Despacho. — Ao abrigo do art. 13.º do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, e ainda devidamente autorizado pelo n.º 4 do Desp. SEOP 1-XII/92, de 2-1, delego e subdelego, respectivamente, na directora de Serviços de Organização e Informática, Dr.ª Maria Odete Henriques Lopes Perneco, as seguintes competências:

- Autorizar deslocações em serviço em carro próprio dos funcionários, nos termos do art. 15.º do Dec.-Lei 50/78, de 28-3, quando esgotadas as possibilidades indicadas no n.º 1 do mesmo preceito legal;
- Transferir funcionários de entre as divisões que integram a direcção de serviços;

- Nomear as comissões que deverão proceder às recepções provisórias ou definitivas dos trabalhos que constituem as empreitadas ou tarefas de obras públicas;
- Aprovar os autos de consignação de empreitadas de obras públicas ou de fornecimentos;
- Aprovar os autos de recepção provisória de empreitadas de obras públicas ou de fornecimentos;
- Aprovar as fórmulas de revisão de preços propostas pelas firmas adjudicatárias, quando as mesmas não tenham sido definidas no caderno de encargos ou quando se admitam alternativas às previstas naquele mesmo caderno;
- Autorizar prorrogações de prazos contratuais de obras ou fornecimentos até ao máximo de 120 dias;
- Conferir posse ou aceitação a funcionários.

Ao abrigo do n.º 3 do Dec.-Lei 211/79, de 12-7, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Dec.-Lei 227/85, de 4-7, e devidamente autorizado pelo n.º 4 do Desp. SEOP 1-XII/92, de 2-1, subdelego na mesma directora de serviços competência para, dentro das dotações que vierem a ser concedidas à correspondente direcção de serviços, autorizar despesas com aquisição de bens ou serviços, com ou sem realização de concurso e contrato escrito, até ao montante de 3000 contos.

8-10-92. — O Presidente, *Mário Pinto Alves Fernandes*.

Despacho. — Ao abrigo do art. 13.º do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, e ainda devidamente autorizado pelo n.º 4 do Desp. SEOP 1-XII/92, de 2-1, delego e subdelego, respectivamente, no director de Serviços de Conservação, engenheiro Rui Alcântara de Sousa e Melo, as seguintes competências:

- Autorizar deslocações em serviço em carro próprio dos funcionários, nos termos do art. 15.º do Dec.-Lei 50/78, de 28-3, quando esgotadas as possibilidades indicadas no n.º 1 do mesmo preceito legal;
- Transferir funcionários de entre as divisões que integram a direcção de serviços;
- Nomear as comissões que deverão proceder às recepções provisórias ou definitivas dos trabalhos que constituem as empreitadas ou tarefas de obras públicas;
- Aprovar os autos de consignação de empreitadas de obras públicas ou de fornecimentos;
- Aprovar os autos de recepção provisória de empreitadas de obras públicas ou de fornecimentos;
- Aprovar as plantas parcelares de expropriações até ao valor de 250 000 contos;
- Aprovar projectos de obras cuja estimativa não ultrapasse 250 000 contos e processos de concursos de obras que estejam incluídas no plano anual de empreendimentos superiormente aprovado;
- Aprovar as fórmulas de revisão de preços propostas pelas firmas adjudicatárias, quando as mesmas não tenham sido definidas no caderno de encargos ou quando se admitam alternativas às previstas naquele mesmo caderno;
- Autorizar prorrogações de prazos contratuais de obras ou fornecimentos até ao máximo de 120 dias;
- Conceder licenças para ampliação ou modificações das instalações industriais que obedeçam aos requisitos impostos pelo Dec.-Lei 13/71, de 23-1;
- Conferir posse ou aceitação a funcionários.

Ao abrigo do art. 23.º do Dec.-Lei 211/79, de 12-7, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Dec.-Lei 227/85, de 4-7, e devidamente autorizado pelo n.º 4 do Desp. SEOP 1-XII/92, de 2-1, subdelego no mesmo director de serviços competência para, dentro das dotações que vierem a ser concedidas à correspondente direcção de serviços, autorizar despesas com aquisição de bens ou serviços, com ou sem realização de concurso e contrato escrito, até ao montante de 3000 contos.

14-10-92. — O Presidente, *Mário Pinto Alves Fernandes*.

Por despacho do presidente desta Junta de 8-10-92:

Alfredo Luís Rocha Rodrigues, auxiliar de acção educativa da Esc. do Fogueteiro — nomeado, em comissão de serviço extraordinária, para a realização de estágio com vista a ingressar na carreira de técnico superior de informática do quadro desta Junta. (Não está sujeito a fiscalização prévia do TC.)

15-10-92. — A Directora dos Serviços de Recursos Humanos, *Maria José Capote Fernandes*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Desp. 9/AO/92. — 1 — No uso da faculdade que me é conferida pelo Desp. 20/CD/92, de 13-10, ao abrigo do n.º 2 do art. 8.º do Dec.-Lei 88/87, de 26-2, e pelos arts. 36.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego:

No director dos Serviços de Gestão e Administração, Dr. Domingos Martins Fernandes Iglésias, e, nas suas faltas e impedimentos, no chefe da Divisão de Pessoal e Administração, Dr. Jorge Gabriel Fernandes de Gouveia, competência para:

- a) Emitir a declaração a que alude a al. b) do art. 7.º do Dec.-Lei 146-C/80, de 22-5;
- b) Visar e autorizar o processamento dos boletins itinerários mensais, desde que as respectivas deslocações em serviço tenham sido devidamente autorizadas;
- c) Autorizar a restituição de documentos aos candidatos que desistam do provimento ou não o tenham obtido no prazo de validade dos mesmos;
- d) Solicitar a verificação domiciliária da doença dos funcionários ou agentes, nos termos previstos pelos arts. 31.º, 32.º, 33.º e 37.º do Dec.-Lei 497/88, de 31-12;
- e) Autorizar o abono de prestações complementares de segurança social aos funcionários no activo até ao limite de 100 contos (Dec.-Lei 170/80, de 29-5, e Dec. Regul. 20/80, de 27-5).

2 — No director de Serviços de Apoio Técnico, arquitecto Carlos Freitas Esteves Correia, competência para autorizar despesas com a conservação, manutenção e aquisição de serviços até 1000 contos, desde que, em qualquer dos casos, se relacionem com o edifício sede do Instituto de Gestão e Alienação do Património habitacional do Estado.

3 — Nos directores regionais e nos directores de serviço ou equiparados:

Do norte, Engenheiro António José Matos da Silva Teles, e, nas suas faltas e impedimentos, no arquitecto Álvaro José Canela Meireles; do Centro, engenheiro Manuel Ferreira dos Santos Pato, e, nas suas faltas e impedimentos, no adjunto Dr. Fernando Gariso Marques Pereira; de Lisboa, engenheiro José Júlio de Campos Santos Coração, e, nas suas faltas e impedimentos, na Dr.ª Maria Helena Mansir Charters Marchante ou na engenheira Maria Teresa Gonçalves Fernandes de Barros; do sul, engenheiro Manuel João Gouveia Albuquerque e Sousa, e, nas suas faltas e impedimentos, no técnico superior Dr. Adílio Fernando Conde de Pinho La-Salette; de Santo André, engenheiro Jorge Manuel Fernandes Lopes Dias, e, nas suas faltas e impedimentos, no chefe de Repartição Ferrer Olímpio Candeias Carvalho; de Gestão e Administração, Dr. Domingos Martins Fernandes Iglésias; de Apoio Técnico, arquitecto Carlos Freitas Esteves Correia; de Gestão de Solos, engenheiro António Acácio Seabra Baptista; de informática e Planeamento, Dr. João Frederico Rydin; e do Gabinete Jurídico, Dr. João Marques da Silva Maltez:

Competência para autorizar, nos termos da lei, as deslocações em serviço que dêem lugar ao pagamento de ajudas de custo dos funcionários ou agentes afectos às respectivas subunidades orgânicas.

4 — Nos directores regionais:

Do norte, engenheiro António José Matos da Silva Teles, e, nas suas faltas e impedimentos, no arquitecto Álvaro José Canela Meireles; do Centro, engenheiro Manuel Ferreira dos Santos Pato, e, nas suas faltas e impedimentos, no adjunto Dr. Fernando Gariso Marques Pereira; de Lisboa, engenheiro José Júlio de Campos Santos Coração, e, nas suas faltas e impedimentos, na Dr.ª Maria Helena Mansir Charters Marchante ou na engenheira Maria Teresa Gonçalves Fernandes de Barros; do sul, engenheiro Manuel João Gouveia Albuquerque e Sousa, e, nas suas faltas e impedimentos, no técnico superior Dr. Adílio Fernando Conde de Pinho La-Salette; e de Santo André, engenheiro Jorge Manuel Fernandes Lopes Dias, e, nas suas faltas e impedimentos, no chefe de Repartição Ferrer Olímpio Candeias Carvalho:

Competência para autorizar despesas enquadráveis pelo Regulamento dos Fundos Permanentes nos seguintes termos:

Arts. 11.º, 12.º, 13.º, 14.º e 15.º — até 30 contos;
Arts. 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e 22.º — até 100 contos;

Art. 16.º — até 1000 contos, desde que se trate de material a incorporar em bens imóveis do património do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado que necessite de ser reparado ou conservado — até 100 contos para o restante material.

5 — Ficam revogados os Desps. 5-AO/92, de 21-7, e 8-AO/92, de 25-9.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir de 13-10-92.

15-10-92. — O Vogal do Conselho Directivo, *Avelino Mendes Oliveira*.

Por despacho do Secretário de Estado da Habitação de 2-10-92:

Engenheiro civil assessor Diomar da Silva Ferreira dos Santos — nomeado, em comissão de serviço, chefe de Divisão de Obras do quadro de pessoal da Direcção de Gestão Habitacional do Norte. (Não carece de visto do TC.)

13-10-92. — O Vogal do Conselho Directivo, *Avelino Mendes de Oliveira*.

Aviso. — Nos termos do n.º 6 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que foi dado provimento ao recurso interposto pelo concorrente excluído ao concurso interno geral de acesso para o preenchimento de um lugar de assessor da carreira de engenheiro civil do quadro de pessoal da Direcção de Gestão Habitacional de Lisboa, deste instituto público, cujo aviso de abertura foi publicado no *DR*, 2.ª, 181, de 7-8-92, pelo que se rectifica a lista dos candidatos admitidos e excluídos no aludido concurso, cujo aviso foi publicado no *DR*, 2.ª, 219, de 22-9-92, e que a mesma se encontra afixada na referida Direcção Regional, sita na Avenida de 5 de Outubro, 153, 4.º, em Lisboa.

6-10-92. — O Presidente do Júri, *José Maria Myre Soares*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência

Centro Regional do Centro

Aviso. — Faz-se público que se encontra afixada no placard da Secção de Pessoal a lista dos candidatos admitidos ao processo sumário de selecção com vista ao recrutamento de cinco enfermeiros, que, por utilização das quotas de descongelamento excepcional atribuídas a este Centro para o ano corrente, serão admitidos em regime de contrato administrativo de provimento, conforme aviso de abertura publicado no *DR*, 2.ª, 222, de 25-9-92.

16-10-92. — O Administrador, *Fernando Neto*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DA SAÚDE

Departamento de Recursos Humanos

Escola Superior de Enfermagem de Santarém

Aviso. — 1 — Para os devidos efeitos, informam-se os interessados de que a lista de candidatos admitidos ao concurso interno geral de ingresso para o provimento de dois lugares de primeiro-oficial, cujo aviso de abertura foi publicado no *DR*, 2.ª, 168, de 23-7-92, se encontra afixada no placard junto aos serviços Administrativos da Escola Superior de Enfermagem de Santarém, situada na Avenida da Madre Andaluz, Santarém.

15-10-92. — A Directora, *Maria Lurdes Esteves Asseiro da Luz*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Hospitais

Hospitais da Universidade de Coimbra

Aviso. — Concurso n.º 52/92 (*operário principal — electricista*). — 1 — Por despacho do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra de 5-8-92, faz-se público que,

nos termos dos Decs.-Leis 498/88, de 30-12, 248/85, de 15-7, e 353-A/89, de 16-10, se encontra aberto concurso interno de acesso para provimento de um lugar vago na categoria de operário principal (área de electricista) da carreira de pessoal operário qualificado do quadro de pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra, a que corresponde o vencimento previsto no novo sistema de retribuição.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar referido.

3 — O local de trabalho situa-se nos Hospitais da Universidade de Coimbra.

4 — Características do concurso:

4.1 — Prazo de candidatura — o prazo para apresentação dos requerimentos de admissão ao concurso é de 15 dias, contados a partir da data da publicação deste aviso no *DR*.

4.2 — Método de selecção:

Avaliação curricular;
Entrevista.

5 — Área funcional — funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico.

6 — É requisito especial de admissão possuir a categoria de operário da respectiva carreira, posicionado no 3.º escalão ou superior, com classificação de serviço dos últimos três anos não inferior a *Bom*.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra, solicitando a sua admissão ao concurso e entregue no Serviço de Pessoal dos mesmos Hospitais, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo, com aviso de recepção, o qual se considera dentro do prazo desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado.

8 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, incluindo código postal e telefone);
- As funções que exerce e instituição onde se encontra colocado;
- Habilitações literárias;
- Identificação do concurso, mediante referência ao número e data do *DR* onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura, e categoria a que concorre;
- Quaisquer outras indicações julgadas necessárias para melhor esclarecimento.

9 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- Certidão comprovativa do requisito exigido no n.º 6 do presente aviso e respectivas classificações de serviço (fotocópia autenticada do rosto);
- Três exemplares do *curriculum vitae*.

§ único. No caso de funcionários dos Hospitais da Universidade de Coimbra é dispensada a apresentação das classificações e documentos da categoria actual, desde que os mesmos se encontrem actualizados e arquivados no processo individual.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

11 — Constituição do júri:

Presidente — engenheiro Octávio Gonçalves Lopes, director de Serviços dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais efectivos:

Engenheiro Carlos Alberto Lopes Teixeira, técnico superior assessor dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Engenheiro Eduardo Belo Gordo, técnico principal, engenheiro técnico de electrotécnica dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais suplentes:

Engenhira Isabel Maria Daniel Meira, técnica superior de 2.ª dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Francisco Machado, encarregado dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

12 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos legais, pelo 1.º vogal efectivo.

Aviso. — Concurso n.º 54/92 (operário principal — serralheiro civil). — 1 — Por despacho do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra de 5-8-92, faz-se público que, nos termos dos Decs.-Leis 498/88, de 30-12, 248/85, de 15-7, e 353-A/89,

de 16-10, se encontra aberto concurso interno de acesso para provimento de um lugar vago na categoria de operário principal (área de serralheiro civil) da carreira de pessoal operário qualificado do quadro de pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra, a que corresponde o vencimento previsto no novo sistema de retribuição.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar referido.

3 — O local de trabalho situa-se nos Hospitais da Universidade de Coimbra.

4 — Características do concurso:

4.1 — Prazo de candidatura — o prazo para apresentação dos requerimentos de admissão ao concurso é de 15 dias, contados a partir da data da publicação deste aviso no *DR*.

4.2 — Método de selecção — avaliação curricular.

5 — Área funcional — funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico.

6 — É requisito especial de admissão possuir a categoria de operário da respectiva carreira, posicionado no 3.º escalão ou superior, com classificação de serviço dos últimos três anos não inferior a *Bom*.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra, solicitando a sua admissão ao concurso e entregue no Serviço de Pessoal dos mesmos Hospitais, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo, com aviso de recepção, o qual se considera dentro do prazo desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado.

8 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, incluindo código postal e telefone);
- As funções que exerce e instituição onde se encontra colocado;
- Habilitações literárias;
- Identificação do concurso, mediante referência ao número e data do *DR* onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura, e categoria a que concorre;
- Quaisquer outras indicações julgadas necessárias para melhor esclarecimento.

9 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- Certidão comprovativa do requisito exigido no n.º 6 do presente aviso e respectivas classificações de serviço (fotocópia autenticada do rosto);
- Três exemplares do *curriculum vitae*.

§ único. No caso de funcionários dos Hospitais da Universidade de Coimbra é dispensada a apresentação das classificações e documentos da categoria actual, desde que os mesmos se encontrem actualizados e arquivados no processo individual.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

11 — Constituição do júri:

Presidente — engenheiro Octávio Gonçalves Lopes, director de Serviços dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais efectivos:

Engenheiro Carlos Alberto Lopes Teixeira, técnico superior assessor dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Abel Gomes Ventura, técnico-adjunto especialista dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais suplentes:

Engenheiro Eduardo Belo Gordo, técnico principal dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Manuel Carlos Silva, encarregado dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

12 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos legais, pelo 1.º vogal efectivo.

14-10-92. — A Directora do Serviço de Pessoal, *Maria Helena da Silva André Reis Marques*.

Hospital de Pulido Valente

Rectificação. — Por ter sido publicada com inexactidão no *DR*, 2.ª, 237, de 14-10-92, a constituição do júri do concurso interno geral de provimento para chefe de serviço de patologia clínica, a seguir se rectifica:

12 — Constituição do júri:

Presidente — Prof. Doutor Ramiro Vitorino Pereira Goulart de Ávila, director do Hospital de Pulido Valente.

Vogais efectivos:

- Dr. José Manuel Arantes Bicó, chefe de serviço do Hospital de Curry Cabral.
 Dr. Francisco M. Ferreira Crespo, chefe de serviço do Hospital de Santa Cruz.
 Dr. Dário Alberto Baptista Costa, chefe de serviço dos Hospitais da Universidade de Coimbra.
 Dr. José Inácio Pernicha Calhau, chefe de serviço do Hospital de Vila Franca de Xira.

Vogais suplentes:

- Dr. Júlio Almeida Pires, chefe de Serviço do Hospital Distrital de Portalegre.
 Dr.ª Maria José Salgado Oliveira, chefe de serviço do Hospital de Santa Maria.

Em caso de impedimento do presidente do júri, este será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

16-10-92. — Pelo Administrador-Delegado, *Oliveira Saraiva*.

Hospital de Santa Cruz

Aviso. — Concurso interno de acesso para provimento de lugares de enfermeiro especialista. — 1 — Torna-se público, para efeitos das disposições contidas no Dec.-Lei 437/91, de 8-11, e a seguir designado por Regulamento, e na circular normativa n.º 6/92, de 6-2, do Departamento de Recursos Humanos, que, por deliberação de 17-9-92 do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, proferida no uso da prerrogativa constante do art. 22.º do Regulamento, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias contados da publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno de acesso ao nível 2 para provimento de 12 lugares de enfermeiro especialista das áreas a seguir indicadas e que se encontram vagos no quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, a que correspondem os índices 135 a 220 da tabela salarial anexa ao Regulamento:

Enfermagem médico-cirúrgica — cinco lugares;
 Enfermagem de reabilitação — cinco lugares;
 Enfermagem de saúde infantil e pediátrica — dois lugares.

2 — Prazo de validade — nos termos do n.º 2 do art. 23.º do Dec.-Lei 437/91, de 8-11, o concurso esgota-se com o preenchimento das vagas postas a concurso.

3 — O local de trabalho é no Hospital de Santa Cruz, em Carnaxide, e as funções a desempenhar são as descritas no n.º 3 do art. 7.º do Regulamento.

4 — O método de avaliação a utilizar será o de avaliação curricular, em conformidade com o n.º 5 do art. 34.º do Regulamento, o qual tem carácter eliminatório.

5 — A classificação final, expressa de 0 a 20 valores, será obtida por avaliação ponderada do *curriculum vitae* (considerando os factores e critérios a seguir indicados), sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

5.1 — Habilitações académicas — ponderação 1;

5.2 — Formação profissional — ponderação 1;

5.3 — Experiência profissional — ponderação 2.

5.3.1 — Exercício de funções em estabelecimento de características semelhantes às da instituição que abre concurso.

5.3.2 — Desempenho de funções como responsável de serviço e ou chefe de equipa.

5.3.3 — Participação activa em acções de formação e ou trabalhos publicados.

5.3.4 — Participação em júris de concurso.

6 — Em caso de igualdade de classificação, aplicar-se-á para desempate o estabelecido no n.º 6 do art. 37.º do Regulamento de Enfermagem.

7 — São requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — São requisitos gerais os referidos no art. 27.º do Regulamento;

7.2 — São requisitos especiais, de acordo com o n.º 2 do art. 11.º do Regulamento:

- a) Ser detentor da categoria de enfermeiro graduado (nível 1) e estar habilitado com um dos cursos de especialização em enfermagem médico-cirúrgica, de reabilitação ou de saúde infantil e pediátrica, reestruturado nos termos do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 178/85, de 23-5, e classificação de serviço graduada em *Bom* nos três últimos anos;
- b) Ser detentor da categoria de enfermeiro (nível 1) com, pelo menos, três anos de serviço na categoria com classificação de serviço graduada em *Bom* nos três últimos anos e estar habilitado com um dos cursos referidos no n.º 7.2, al. a).

8 — Os interessados deverão solicitar a admissão ao concurso através de requerimento, em papel azul de 25 linhas ou em papel branco, liso, formato A4, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, entregue na respectiva Repartição de Pessoal, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido no n.º 1 do presente aviso, ou enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, para a Avenida do Prof. Doutor Reinaldo dos Santos, 2795 Linda-a-Velha, considerando-se, neste caso, como entregues dentro do prazo os requerimentos e respectivos documentos cujo registo tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado.

9 — Do requerimento deverá constar:

- a) Identificação do candidato (nome, data de nascimento, naturalidade, filiação, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência e telefone, se o tiver);
 b) Categoria profissional, de acordo com o art. 2.º do Regulamento, e instituição a cujo quadro ou mapa pertence;
 c) Pedido de admissão ao concurso e vaga a que se candidata e identificação do mesmo mediante referência ao número, série, data e página do *DR* em que vem publicado o presente aviso;
 d) Declaração, sob compromisso de honra, em alíneas separadas, sobre a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais referidos no n.º 4.1 do presente aviso;
 e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal;
 f) Identificação, em alíneas separadas, dos documentos que instruem o requerimento de candidatura.

10 — O requerimento deve ser instruído com os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Certidão, passada pela instituição a cujo quadro ou mapa pertence, da qual constem, de forma clara e inequívoca, a existência do vínculo à função pública, bem como a sua natureza, o regime de trabalho, a categoria que detém, a antiguidade na categoria, na carreira de enfermagem e na função pública, em anos e dias, e a classificação de serviço referente aos três últimos anos;
 b) Fotocópia, autenticada administrativamente, do diploma do curso de especialização em enfermagem médico-cirúrgica, de reabilitação ou de saúde infantil e pediátrica, previamente registado no centro de saúde da área da sua residência;
 c) Três exemplares do *curriculum vitae*.

11 — Os candidatos funcionários deste Hospital são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos exigidos que constam no processo individual, devendo, porém, referir os no requerimento.

12 — O estabelecido no presente aviso não impede que o júri exija a qualquer dos candidatos documentos comprovativos das suas declarações, que, em caso de falsidade, serão punidas nos termos da lei.

A lista dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final serão afixadas no *placard* da Repartição de Pessoal deste Hospital.

14 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Matilde Maria de Oliveira Lohmann Rodrigues da Silva, enfermeira-directora dos serviços de enfermagem do Hospital de Santa Cruz.

Vogais efectivos:

Maria de Fátima de Campos Dias Pereira da Silva, enfermeira-chefe, especialista em enfermagem médico-cirúrgica, do Hospital de Santa Cruz.

Maria José Neves Gil Trindade, enfermeira-chefe, especialista em enfermagem de reabilitação, do Hospital de Santa Cruz.

Maria José Martins da Costa Dias, enfermeira-chefe, especialista em enfermagem de saúde infantil e pediátrica, do Hospital de Santa Cruz.

Vogais suplentes:

Dina Maria Lopes Afonso, enfermeira-chefe, especialista em enfermagem médico-cirúrgica, do Hospital de Santa Cruz.

Maria Celeste Silva Mendes Trindade, enfermeira especialista em enfermagem de reabilitação do Hospital de Santa Cruz.

Sónia Filomena da Cruz Semião Lopes, enfermeira especialista em enfermagem de saúde infantil e pediátrica do Hospital de Santa Cruz.

15 — O presidente do júri será substituído nas suas ausências e impedimentos pela 1.ª vogal efectiva, Maria de Fátima de Campos Dias Pereira da Silva, enfermeira chefe.

16-10-92. — O Administrador-Delegado, *Pedro de Carvalho Dias Costa*.

Hospital de São Francisco Xavier

Por despachos do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde de 19-6-92, reconhecida a urgência de serviço:

Manuel José Ferreira da Silva Tavares de Matos, Helena Mendes Jerónimo da Cruz e Maria Teresa Maciel de Freitas, internos do internato complementar de ortopedia — autorizados a iniciar funções neste Hospital, com contrato administrativo de provimento, a partir de 1-1-92. (Visto, TC, 25-9-92. São devidos emolumentos.)

13-10-92. — O Administrador-Delegado, *Artur Manuel Marques Sentieiro de Almeida*.

Hospital Distrital de Aveiro

Aviso. — Por despacho do conselho de administração do Hospital Distrital de Aveiro de 22-9-92, no uso das atribuições conferidas pelo n.º 2 do art. 8.º do Dec.-Lei 127/92, de 3-7, com a redacção da al. a) do n.º 1.º da Port. 750/92, de 1-8, foi anulado o concurso externo geral de ingresso para provimento de seis lugares de enfermeiro do grau 1 do quadro de pessoal do Centro de Saúde Mental de Aveiro, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 161, de 15-7-92.

8-10-92. — O Director, *António Coelho Marinho*.

Hospital Distrital de Elvas

Aviso. — Nos termos do art. 25.º do Dec. Regul. 3/88, de 22-1, anuncia-se a composição do conselho geral deste Hospital para o triénio de 1992 a 1995:

Presidente — João Manuel Valente Pereira Carpinteiro.
Vogais:

João David Mateus Lopes, Sérgio António Nanita Bicho, Joaquim Manuel Cardoso e Miguel Alexandre Ferreira Rasquinho, representantes das Assembleias Municipais de Elvas, Campo Maior, Borba e Monforte, respectivamente.
Álvaro Gomes Pacheco, representante da Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Elvas.
Isidro Novo Belo, representante do Centro Regional de Segurança Social de Portalegre.
João José da Rosa Carrilho, representante das Santas Casas da Misericórdia.
Maria João Reis, representante da Administração Regional de Saúde.
Maria Glória da Silva Marques, Maria de Lurdes Fernandes dos Santos Castro Miranda, Maria Catarina Gomes Aranha, Maria da Graça Barata Rodrigues, Teresa Maria Tello da Gama Picão Caldeira, Francisco Manuel Sande Dimas, Marta Jorge Caeiro Vinagre Oliveira e João Carvalho Gato, representantes dos grupos profissionais médico, técnico superior de saúde, enfermagem, técnico de diagnóstico e terapêutica, técnico superior, instalações e equipamentos, administrativo e serviços gerais do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Elvas, respectivamente.

19-10-92. — A Presidente do Conselho de Administração, *Isabel Maria Raposo Garção Pires*.

Hospital Distrital de Faro

Aviso. — Publica-se, para os devidos efeitos, a classificação final dos exames de saída do internato complementar realizados neste Hospital na época de Julho de 1992 e nas áreas que se indicam:

Cirurgia geral (concluído em 31-7-92):

Berta Paula Brito da Cruz de Olival Guerreiro — 18,7 valores.

Ortopedia (concluídos em 30-7-92):

João Carlos Santos da Palma — 18,9 valores.
Vitor Manuel Romão Bento Ferreira — 17,6 valores.

12-10-92. — A Administradora-Delegada, *Maria Joaquina R. S. Matos*.

Aviso. — Devidamente homologada pelo conselho de administração deste Hospital em 13-10-92 e nos termos do n.º 59 da secção VII da Port. 114/91, de 7-2, a seguir se publica a lista de classificação final da única candidata ao concurso de provimento para uma vaga de chefe de serviço da carreira médica hospitalar da especialidade de cirurgia plástica, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 292, de 19-12-91:

Dr.ª Maria Amélia Gonçalves Moreira dos Reis Ferreira — 17 valores.

Da homologação cabe recurso, nos termos do n.º 60.º do respectivo regulamento do concurso.

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão a lista nominativa do pessoal de enfermagem publicada no *DR*, 2.ª, 235, de 12-10-92, rectifica-se que onde se lê:

Maria Inácia Vaz Ramos.
Cláudia de Fátima Teixeira Rossas.
Cristina Helena das Dores Martins.
José José Farias Lourenço.
Maria Dolores Cabrita Neto.
Maria da Glória Nobre.
Maria Lizete Ramos Caetano.
Maria de Lourdes Tiago do Carmo.

deve ler-se:

Maria Inácia Marques Vaz Ramos.
Cláudia de Fátima Teixeira Rossas Almeida Ricardo.
Cristiana Helena das Dores Martins.
José João Farias Lourenço.
Maria Dolores Grade Cabrita Neto.
Maria da Graça Nobre.
Maria Lizeta da Luz Ramos Caetano.
Maria de Lurdes Tiago do Carmo Barroso.

14-10-92. — A Administradora-Delegada, *Maria Joaquina Matos*.

Hospital Distrital de Lagos

Aviso. — 1 — O Hospital Distrital de Lagos admite, em regime de contrato de prestação de serviço, sem subordinação hierárquica (avença), um técnico de informática, com vista a apoiar nas aplicações informáticas utilizadas e desenvolvimento de outras a adoptar futuramente.

2 — O contrato será celebrado ao abrigo do art. 17.º do Dec.-Lei 41/84, de 3-2, e do art. 10.º do Dec.-Lei 184/89, de 2-6, por um ano, renovável.

3 — Os candidatos deverão possuir a habilitação adequada, devendo a candidatura ser formalizada em requerimento dirigido ao conselho de administração e entregue na Secretaria do Hospital Distrital de Lagos, Rua do Castelo dos Governadores, 8600 Lagos, em envelope fechado, dele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência e código postal);
- Habilitações literárias;
- Remuneração pretendida.

4 — O prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*.

15-10-92. — O Administrador-Delegado, *José Albino e Silva*.

Hospital Distrital do Montijo

Aviso. — 1 — Nos termos das disposições contidas no Dec.-Lei 437/91, de 8-11, e por deliberação do conselho de administração de 25-9-92, no uso da sua competência delegada, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias, concurso externo geral de ingresso para provimento de oito lugares de enfermeiro, ní-

vel 1, correspondentes ao mesmo número e quota de descongelamento atribuído a este Hospital por despachos do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, de 23-5-92 e 2-7-92, e comunicado a este Hospital através do ofício n.º 6904, de 2-9-92, do Departamento de Recursos Humanos da Saúde.

Consultada a Direcção-Geral da Administração Pública, a mesma informou não haver excedentes colocáveis.

2 — Tipo de concurso — o concurso é externo e como tal aberto a todos os indivíduos vinculados ou não à função pública e que preencham os requisitos mencionados no art. 27.º do Dec.-Lei 437/91, de 8-11.

3 — Prazo de validade — é aberto para o número de lugares correspondentes à quota atribuída e para os que eventualmente vierem a ocorrer no prazo de dois anos, contados a partir da data da publicação da respectiva lista de classificação final.

4 — Vencimento e outras condições de trabalho — o vencimento é o correspondente ao escalão 1, índice 100, tabela salarial anexa ao Dec.-Lei 437/91 e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central, sendo o local de trabalho no Hospital Distrital do Montijo.

5 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são as constantes do art. 7.º, n.º 1, do Dec.-Lei 437/91.

6 — São requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Encontrar-se física e psiquicamente apto para o desempenho das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.2 — Requisito especial — possuir o título profissional de enfermeiro.

7 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar é o de avaliação curricular, em conformidade com o n.º 5 do art. 34.º do Dec.-Lei 437/91, de 8-11.

8 — Critérios de desempate — em caso de empate aplica-se o estabelecido no art. 37.º, n.ºs 8 e 9, do Dec.-Lei 437/91.

9 — Apresentação das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em papel normalizado, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Distrital do Montijo, solicitando a admissão ao concurso e entregue no Serviço de Pessoal, durante as horas normais de expediente e até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, para o Serviço de Pessoal do Hospital Distrital do Montijo, 2870 Montijo, até ao termo do prazo das candidaturas, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone, se o tiver);
- b) Pedido para ser admitido ao concurso, com a identificação do concurso a que se candidata, bem como o número, data e página do *DR* em que se encontra publicado o presente aviso;
- c) Indicação de documentos que instruem o requerimento;
- d) Quaisquer outros elementos que os candidatos reputem susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

10 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Documento comprovativo do curso de Enfermagem Geral ou seu equivalente legal devidamente registado;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias que possui;
- c) Carteira profissional;
- d) Três exemplares do *curriculum vitae*;
- e) Quaisquer outros documentos que o requerente queira apresentar relativamente à sua experiência profissional.

11 — Poderá ser dispensada a apresentação dos documentos comprovativos das situações previstas no n.º 6.1, devendo, contudo, declarar no requerimento de admissão, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos, devendo, neste último caso, ser o mesmo assinado sob uma estampilha fiscal de 162\$.

12 — A publicação das listas será feita nos termos dos art. 33.º e 38.º do Dec.-Lei 437/91, de 8-11.

13 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas.

14 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos nos requerimentos serão punidas nos termos da lei.

15 — Constituição do júri:

Presidente — Maria de Jesus Santos Leitão, enfermeira-directora do Hospital Distrital do Montijo.

Vogais efectivos:

João Carlos da Cruz Leitão, enfermeiro especialista do Hospital Distrital do Montijo.

Alzira Santos Sousa Videira de Sá, enfermeira especialista do Hospital Distrital do Montijo.

Vogais suplentes:

Maria Fernanda dos Santos Caiado de Almeida, enfermeira-chefe do Hospital Distrital do Montijo.

Ivone de Jesus Marques, enfermeira graduada do Hospital Distrital do Montijo.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

16-10-92. — O Presidente do Conselho de Administração, *João Manuel S. Leite Barata*.

Hospital Distrital de Portimão

Aviso. — Concurso n.º 6/92 (*interno geral de acesso para chefe de secção da carreira de pessoal administrativo*). — 1 — Nos termos dos Decs.-Leis 248/85, de 15-7, e 498/88, de 30-12, e para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do conselho de administração do Hospital Distrital de Portimão de 16-10-92, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de chefe de secção do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Port. 761/80, publicada no *DR*, 1.ª-B, 227, de 1-10-80.

2 — Validade do concurso — esgota-se com o preenchimento do lugar posto a concurso.

3 — Conteúdo funcional — compete ao chefe de secção orientar, coordenar e supervisionar as actividades desenvolvidas numa secção administrativa, em conformidade com as respectivas atribuições, nomeadamente nas áreas de pessoal, contabilidade, expediente e arquivo, admissão de doentes, arquivo clínico, aprovisionamento e património.

4 — Local de trabalho — no Hospital Distrital de Portimão, sendo o vencimento o correspondente ao estabelecido no Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10.

5 — Requisitos de admissão ao concurso:

5.1 — São requisitos gerais de admissão ao concurso os previstos nos arts. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

5.2 — Requisitos especiais — podem candidatar-se os oficiais administrativos principais e os tesoureiros posicionados no 2.º escalão ou superior.

6 — Métodos de selecção — serão utilizadas como método de selecção a avaliação curricular e entrevista.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao conselho de administração do Hospital Distrital de Portimão e entregue no Serviço de Expediente Geral deste Hospital, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ainda ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

7.2 — Dos requerimentos deverão constar:

- a) identificação completa (nome, estado civil, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, número fiscal, morada, código postal e telefone, se o tiver);
- b) Categoria profissional;
- c) Habilitações literárias;
- d) Identificação do concurso, mediante referência ao número, data e página do *DR*, onde se encontra publicado o aviso de abertura;
- e) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever especificar para melhor apreciação do seu mérito;
- f) Identificação dos documentos que instruem o requerimento.

7.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Documento autêntico ou autenticado das habilitações literárias;
- b) Declaração, devidamente autenticada, emitida pelo serviço de origem, da qual constem a natureza do vínculo à função pública, a classificação de serviço nos últimos três anos, a categoria do candidato e a antiguidade na carreira, na categoria e na função pública;
- c) Quatro exemplares do *curriculum vitae*, em formato A4.

7.4 — A apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos enunciados no n.º 5.1 do presente aviso pode ser dispensada nesta fase, desde que no requerimento do pedido de admissão ao concurso declare, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

7.5 — O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

7.6 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

8 — A lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão afixadas no *placard* do Serviço de Pessoal do Hospital Distrital de Portimão.

9 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr.ª Maria da Conceição Chagas Saúde, Administradora Hospitalar do Hospital Distrital de Portimão.

Vogais efectivos:

Engenheiro José Luís Miranda de Matos, administrador hospitalar do Hospital Distrital de Portimão.

Maria Cecília Lourenço Dias, chefe de Serviços Administrativos do Hospital Distrital de Portimão.

Vogais suplentes:

Saul Hugo Alemão Rebelo, chefe de repartição do Hospital Distrital de Portimão.

Fernanda Maria Lima Silva Fernandes, chefe de secção do Hospital Distrital de Portimão.

10 — O presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

16-10-92. — A Administradora Hospitalar, *Conceição Saúde*.

Hospital Distrital de Santarém

Aviso. — Concurso interno geral de acesso à categoria de enfermeiro graduado. — 1 — Torna-se público que, por despacho do conselho de administração de 6-10-92 e nos termos do art. 22.º do Dec.-Lei 437/91, de 8-11, e pelo prazo de 15 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *DR*, se encontra aberto concurso de acesso à categoria de enfermeiro graduado dentro do nível I da carreira de enfermagem do Ministério da Saúde para preenchimento de seis lugares vagos no quadro deste Hospital.

2 — Legislação aplicável — nos termos do n.º 2 do art. 3.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, o presente concurso rege-se pelo regime próprio da carreira de enfermagem, estando o mesmo definido pelo Dec.-Lei 437/91, de 8-11, especificamente pelos arts. 18.º a 42.º, no que respeita à sua tramitação.

3 — Natureza e validade — o concurso é interno geral e é válido apenas para o provimento dos seis lugares agora postos a concurso, caducando com o preenchimento dos mesmos.

4 — Local de trabalho e conteúdo funcional — o local de trabalho é no Hospital Distrital de Santarém ou fora dele, em situações eventualmente decorrentes do seu âmbito de actividade, sendo função do enfermeiro graduado prestar cuidados de enfermagem e coordenar equipas de enfermeiros no planeamento, execução e avaliação dos cuidados prestados, conforme determina o n.º 2 do art. 7.º do Dec.-Lei 437/91, de 8-11.

5 — Índice remuneratório — o enfermeiro graduado é remunerado, conforme a antiguidade, por um dos escalões compreendidos entre os índices 120 e 215 da tabela I anexa ao decreto-lei acima referido.

6 — Requisitos de candidatura:

Gerais — nos termos do mesmo diploma, são requisitos para admissão ao concurso os referidos no n.º 3 do seu art. 27.º; Especiais — tal como determina o n.º 1 do art. 11.º, podem candidatar-se os enfermeiros com, pelo menos, três anos de integração na carreira de enfermagem com a categoria de enfermeiro do nível I e avaliação do desempenho de *Satisfaz* ou classificação de serviço não inferior a *Bom*.

7 — Apresentação de candidaturas — os candidatos devem formalizar a sua candidatura pedindo a sua admissão ao concurso através de requerimento, feito em papel de 25 linhas, de formato A4, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Distrital de Santarém e entregá-lo no Serviço de Pessoal, durante as horas normais e expediente, de segunda-feira a sexta-feira, até ao fim do prazo de candidaturas, ou enviá-lo atempadamente para ali, pelo correio, sob registo e com aviso de recepção.

8 — O requerimento deve conter explícita e inequivocamente os seguintes elementos:

Identificação completa do candidato (nome completo, filiação, data de nascimento, naturalidade, número do bilhete de identidade, data da sua emissão e entidade que o emitiu);

Endereço completo (residência, rua, localidade e código postal);

Habilitações profissionais, tempo de experiência profissional e de categoria na carreira, instituição em que trabalha e quadro a que está vinculado;

Habilitações literárias;

Concurso a que se candidata, referindo o número do *DR*, em que vem publicado o aviso de abertura;

Quaisquer outros elementos que o candidato considere de interesse relevante para apreciação da sua candidatura e mérito profissional.

9 — O requerimento de candidatura deve ainda ser acompanhado dos seguintes documentos, sem os quais o candidato será excluído, nos termos do art. 32.º do Dec.-Lei 437/91, de 8-11:

Fotocópia autenticada do diploma do curso de Enfermagem Geral ou equivalente legal;

Documento comprovativo das habilitações literárias;

Declaração passada pela instituição a cujo quadro o candidato está vinculado, da qual conste, de forma clara e inequívoca, a natureza do vínculo à instituição, a antiguidade na função pública e na categoria e as classificações de serviço referentes aos três últimos anos em que tiveram lugar (1988, 1989 e 1990).

Três exemplares do *curriculum vitae*, o qual deverá obrigatoriamente conter na sua parte final, num resumo de duas ou três páginas, uma análise crítica da actividade, da experiência adquirida e da perspectiva profissional do candidato, da qual o júri possa extrair alguns contornos do seu perfil profissional.

Além destes, podem os candidatos apresentar outros documentos comprovativos de elementos por si considerados relevantes para a sua candidatura e mérito nos termos legais, como acções de formação e experiências.

10 — O júri poderá ainda, nos termos legais, exigir aos candidatos a apresentação de outros documentos comprovativos de factos por eles referidos ou de declarações que suscitem dúvidas. As falsas declarações serão legalmente punidas.

11 — Método de selecção e classificação — o método de selecção a utilizar é o de avaliação curricular, tal como determina o art. 34.º do Dec.-Lei 437/91, de 8-11, sendo a fórmula utilizada para a classificação dos candidatos afixada na Direcção de Enfermagem e no Serviço de Pessoal do Hospital Distrital de Santarém, durante o período de candidaturas.

Nesses mesmos locais serão afixadas, na respectiva oportunidade, a lista de candidatos e a lista de classificação final.

12 — O júri é constituído pelos seguintes enfermeiros, todos do Hospital Distrital de Santarém:

Presidente — Maria da Conceição Miguel Frazão Soares, enfermeira-supervisora.

Vogais efectivos:

Serafim Vidal Sampaio, enfermeiro-chefe.

Manuela de Almeida Pereira da Conceição Vieira, enfermeira-chefe.

Vogais suplentes:

Maria Helena Sampaio Vicente Sal, enfermeira especialista.
Maria Gabriela Jorge Teixeira Pinho, enfermeira graduada.

13-10-92. — O Presidente do Conselho de Administração, *A. Correia de Lima*.

Maternidade do Dr. Alfredo da Costa

Aviso. — Faz-se público que, nos termos da Port. 416-B/91, de 17-5, fizeram a avaliação global do internato complementar das especialidades de ginecologia e de obstetrícia, tendo a respectiva acta

sido homologada, por deliberação do conselho de administração desta Maternidade, em 12-8-92, pelo que obtiveram o grau de especialista nas citadas especialidades os seguintes médicos:

	Valores
Dr. Carlos Alfredo Caseiro Marques	18,61
Dr. Vicente Manuel da Fonseca Chantre	16,79
Dr.ª Maria Cristina Gago Sousa Guerreiro	17,89
Dr.ª Maria de Fátima Carvalho Serrano dos Anjos	18,68

12-10-92. — O Director, *Luís Elmano Barroco*.

Rectificação. — *Concurso externo de ingresso para enfermeiro.* — Relativamente ao concurso externo de ingresso para enfermeiro cujo aviso de abertura foi publicado no DR, 2.ª, 233, de 9-10-92, rectificase que onde se lê «2 — Prazo de validade — o concurso é válido pelo período de dois anos, contados da data de publicação do presente aviso no DR» deve ler-se «2 — Prazo de validade — o concurso é válido pelo período de dois anos, contados da data da publicação da lista de classificação final no DR.

15-10-92. — O Director, *Luís Elmano Barroco*.

Centro Hospitalar de Coimbra

Aviso. — *Concurso n.º 70/91 (técnico de 1.ª classe — anatomia patológica).* — Por despacho do inspector superior de Acção Hospitalar de 17-8-92, foi revogado o despacho que homologou a lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para técnico de 1.ª classe (anatomia patológica) do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Coimbra, publicado no DR, 2.ª, 301, de 31-12-91.

16-10-92. — O Presidente do Conselho de Administração, *João André Moreno*.

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia

Aviso. — *Concurso interno geral de acesso para primeiro-oficial.* — 1 — Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do conselho de administração deste Centro Hospitalar de 8-9-92, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso no DR, concurso interno geral de acesso para provimento de quatro lugares de primeiro-oficial do quadro de pessoal deste Centro Hospitalar, aprovado pela Port. 267/88, de 3-5.

2 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições legais estabelecidas nos Decs.-Leis 248/85, de 15-7, 498/88, de 30-12, e 353-A/89, de 16-10.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para o preenchimento das vagas em referência, caducando com o seu provimento.

4 — Conteúdo funcional — competem ao primeiro-oficial funções de natureza executiva, enquadradas em instruções gerais e procedimentos bem definidos, com certo grau de complexidade, relativas a uma ou mais áreas de actividade administrativa, designadamente contabilidade, pessoal, economato e património, secretaria, arquivo e dactilografia.

5 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se em qualquer das unidades que constituem o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia.

6 — Vencimento — o vencimento é o constante, para a categoria de primeiro-oficial, do anexo n.º 1 do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10.

7 — Regalias sociais — as regalias sociais e condições de trabalho são as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

8 — Requisitos de admissão:

- Gerais — os previstos no art. 22.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
- Especiais — ser funcionário público com um mínimo de três anos na categoria de segundo-oficial classificados de *Bom*.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, solicitando a admissão ao concurso e entregue no serviço de expediente, sito no Hospital de Eduardo Santos Silva, Rua de Conceição Fernandes, 4400 Vila Nova de Gaia, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, desde que expedido até ao termo do prazo fixado, dele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do requerente (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, estado civil, nú-

mero e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu e residência, incluindo código postal e telefone);

- Habilitações literárias e profissionais;
- Identificação do concurso, mediante referência à categoria a que se candidata e ao número e data do DR onde se encontra publicado o aviso de abertura;
- Outros elementos que o candidato reputar susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal;
- Indicação dos documentos que acompanham o requerimento.

10 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- Declaração, passada pelo serviço ou organismo de origem, especificando a natureza e a existência do vínculo e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
- Certificado de habilitações literárias ou fotocópia autenticada;
- Fotocópias das fichas completas da classificação de serviço dos últimos três anos, autenticadas;
- Atestado de robustez física e perfil psíquico para o desempenho do cargo;
- Certificado do registo criminal;
- Documento comprovativo de ter cumprido os devres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Curriculum vitae (três exemplares);
- Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito. Estes elementos só serão tidos em consideração se devidamente comprovados.

10.1 — Os funcionários que prestam serviço neste Centro Hospitalar ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos nas als. d) a f) que constem do seu processo individual.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — Método de selecção — o método de selecção a aplicar será o de avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção.

13 — A lista de candidatos e a lista de classificação final do concurso serão divulgadas nos termos dos arts. 24.º e 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

14 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Fernando Martins Silva, administrador de 1.ª classe.

Vogais efectivos:

João Pinheiro de Magalhães Heleno, chefe de serviços administrativos hospitalares.

Domingos dos Santos Moreira Lopes, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Maria Antonieta Monteiro de Sousa Basto Lino e Maria Emília Leal Batista da Silva, chefes de secção.

Todos os membros do júri são funcionários do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia.

15 — O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

9-10-92. — A Administradora-Delegada, *Fernanda Dias*.

Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários

Administração Regional de Saúde de Évora

Aviso. — 1 — Torna-se público que, por despacho do Secretário de Estado da Saúde de 25-9-92, nos termos dos Decs.-Leis 437/91, de 8-11, e 413/86, de 13-12, e do Regulamento dos Concursos da Carreira de Enfermagem, aprovado pelo Dec.-Lei 437/91, de 8-11, se encontra aberto concurso externo de ingresso para provimento de sete lugares de enfermeiro do nível 1, aos quais correspondem os índices e escalões previstos no anexo 1 do Dec.-Lei 437/91, de 8-11.

2 — Os 12 lugares atribuídos a esta Administração Regional de Saúde por rateio efectuado pelo Departamento de Recursos Humanos, responsável pela gestão da quota de descongelamento fixada pelo Ministério da Saúde em 1992, encontram-se descongelados, nos termos do Desp. Norm. 57/92 do Ministério das Finanças.

3 — A Direcção-Geral da Administração Pública informou, através do ofício n.º 8895, de 8-7-92, não haver excedentes colocáveis.

4 — Àqueles lugares correspondem os seguintes locais de trabalho:

Centro de Saúde de Arraiolos — 1.

Centro de Saúde de Estremoz — 1.

Centro de Saúde de Montemor-o-Novo — 1.
 Centro de Saúde de Mourão — 1.
 Centro de Saúde de Portel — 2.
 Centro de Saúde de Redondo — 1.

5 — O prazo para apresentação das candidaturas é de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *DR*.

6 — O concurso é válido por dois anos para os lugares indicados, e que correspondem à quota de descongelamento atribuída, e para os que eventualmente venham a sê-lo.

7 — As funções a desempenhar encontram-se definidas no art. 7.º do Dec.-Lei 437/91, de 8-11.

8 — São requisitos de admissão ao concurso:

- Ter nacionalidade portuguesa;
- Ter idade não inferior a 18 anos;
- Não se encontrar, por sentença, inibido do exercício de funções públicas;
- Ter cumprido as obrigações legais em matéria de serviço militar (para candidatos do sexo masculino);
- Possuir a robustez física necessária e não sofrer de doença contagiosa e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;
- Possuir o curso de Enfermagem Geral ou equivalente legal.

9 — As candidaturas serão formalizadas mediante requerimento, em papel azul de 25 linhas ou em papel branco, liso, de formato A4, solicitando a admissão ao concurso, dirigido ao presidente da comissão instaladora da Administração Regional de Saúde de Évora, sita na Paça de Joaquim António de Aguiar, 5, 7000 Évora, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, dele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do requerente (nome, filiação, estado, naturalidade, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu);
- Pedido para ser admitido ao concurso;
- Identificação completa do concurso, mediante referência ao número, data e página do *DR* onde se encontra publicado este aviso de abertura;
- Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua caracterização sumária;
- Outros elementos que o requerente julgue conveniente mencionar, susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

9.1 — Os requerimentos devem ser acompanhados dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae* (três exemplares);
- Documento autêntico comprovativo da posse do curso de Enfermagem Geral ou seu equivalente legal, devidamente registado;
- Certidão de registo de nascimento ou fotocópia autenticada do bilhete de identidade;
- Certificado de registo criminal;
- Documento comprovativo da situação militar (candidatos do sexo masculino);
- Atestado de possuir a robustez física necessária e não sofrer de doença contagiosa;
- Certificado de habilitações literárias;
- Documento comprovativo do tempo de exercício profissional.

10 — O método de selecção será o de avaliação curricular, nos termos do n.º 5 do art. 34.º do Dec.-Lei 437/91.

11 — Atendendo ao regime de instalação em que se encontra esta Administração Regional de Saúde, as nomeações serão feitas nos regimes previstos nos arts. 15.º e 24.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12 (contrato administrativo de provimento ou comissão de serviço extraordinária), conforme se trate de candidatos sem ou com vínculo à função pública, respectivamente.

12 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Maria Perpétua dos Santos Picanço, enfermeira-supervisora.

Vogais efectivos:

Amílcar Custódio Chaveiro, enfermeiro-chefe.
 Maurícia Estrela Alves Caeiro Banha, enfermeira graduada.

Vogais suplentes:

Maria da Glória Ramalho Bexiga Castelo, enfermeira graduada.
 Isolina Mesquita Ferreira Fanha, enfermeira graduada.

O presidente será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

8-10-92. — O Presidente da Comissão Instaladora, *Norberto Borges Cardador*.

Administração Regional de Saúde de Leiria

Aviso. — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º e do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que a lista de classificação final dos candidatos ao concurso interno geral de ingresso à categoria de técnico superior de 2.ª classe (estagiário) para a área de organização e modernização administrativa, cujo aviso de abertura foi publicado no *DR*, 2.ª, 72, de 26-3-92, e rectificado pelo *DR*, 2.ª, 168, de 23-7-92, se encontra afixada nos serviços centrais da Administração Regional de Saúde de Leiria, Avenida dos Heróis de Angola, 59, 2.º, esquerdo, em Leiria.

16-10-92. — O Presidente do Júri, *José Manuel dos Santos Casanova*.

Administração Regional de Saúde de Santarém

Aviso. — Para efeitos do disposto nos arts. 24.º e 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que se encontra afixada na sede da Administração Regional de Saúde de Santarém (Secção de Administração de Pessoal II), sita na Avenida de José Saramago, 15 e 17, apartado 221, 2003 Santarém Codex, para efeitos de consulta, a lista de classificação final dos candidatos ao concurso interno geral de ingresso para admissão a estágio probatório que se destina ao preenchimento de um lugar na categoria de operador de sistema de 2.ª classe, da carreira de informática, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 147, de 29-6-92, devidamente homologada por despacho da comissão instaladora desta Administração Regional de Saúde de 14-10-92.

12-10-92. — O Vogal da Comissão Instaladora, *José Luís Alves Vítor Nogueira Freire*.

Administração Regional de Saúde de Setúbal

Aviso. — Elaborada nos termos e para efeitos do disposto no art. 33.º do Dec.-Lei 437/91, de 11-91, publica-se a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso externo de ingresso para provimento de 20 lugares de enfermeiro e de outros que adicionalmente sejam atribuídos a esta Administração Regional de Saúde, conforme aviso de abertura publicado no *DR*, 2.ª, 189, de 18-8-92:

Candidatos admitidos:

Almerinda Rosa dos Santos Nunes.
 Anabela da Luz Ruivo Pereira da Silva Torcato.
 Anabela Rocha Rosado Palma Borralho.
 Ana Cristina Guerreiro da Piedade Santana Esperança.
 Ana Maria Alcácer de Carvalho.
 Ana Maria Diogo de Oliveira.
 Ana Paula Cunha Martins Fernandes Nunes.
 Ana Paula Lage dos Santos.
 Cristina Maria de Jesus Serralha Castanho.
 Elsa Rosa Pardal Valente.
 Edite Maria Gemelgo Russo.
 Fernanda Manuela Lopes.
 Genoveva Maria Corjeira Duarte Varela.
 João José Gaspar Miguéns.
 José Carlos Carvalho Rocha Bernardes.
 Liliana Maria Gouveia Campos.
 Luís Alfredo Revez Godinho.
 Maria Ana Moreira Russo.
 Maria Angélica Gonçalves Correia Proença.
 Maria Celeste Catarina Mestre.
 Maria Duarte Moreira Alexandre.
 Maria Gabriela Mendes Vasconcellos Guimarães de Moraes Palmeiro.
 Maria Helena Gonçalves da Silva Palma.
 Maria Isabel Lança Vargas Oliveira.
 Maria José Loures Moreira.
 Maria José da Silva Marques Robalo.
 Maria Lucinda Lopes Barreiras Rocha Ramusga Franco.
 Neusa Caldas Gonçalves.
 Paula Alexandra Antunes do Espírito Santo Pinto.
 Valentina Rosa Simões Parada.

Candidatos excluídos:

Anabela de Fátima Fernandes Guilherme Cotrim (a).
 Ana Isabel Próspero Mano Batista Queiroz (b).

Cidália Maria Várzea Morais Oliveira (c).
 Delfina Manuela Marquês Policarpo (d).
 Dilma Maria Barranha Franco Aleixo (e).
 Elsa Cristina das Neves Fernandes (f).
 Eugénia Maria da Glória Agapito (g).
 Eurico José Lourenço Calafate (h).
 Iolanda Maria Branquinho Afonso André (i).
 José Manuel Tátá Falé (j).
 Luís Miguel da Conceição Franco (j).
 Maria do Carmo Barbosa Cansado (k).
 Maria do Carmo Curado Oliveira Rodrigues (l).
 Maria Carolina Dias (m).
 Maria Cristina Carrasco Crispim (n).
 Maria Helena Amaral Brusco de Oliveira e Espregueira (o).
 Maria José Cardoso de Oliveira (i).
 Maria Manuela Loureiro Caixas (p).
 Noémia Cristina de Jesus Alves Santana Marques Simões (j).
 Palmira Fernanda Maria Amado Duarte (p).
 Sara Maria Silva Baptista (e).

- (a) Não entregou os documentos referidos no aviso de abertura, n.º 6.3, als. a), b), c) e e).
- (b) O documento entregue conforme o previsto no aviso de abertura, n.º 6.4, als. c), está fora do prazo de validade.
- (c) Não entregou os documentos, referidos no aviso de abertura, n.º 6.3, al. e), e n.º 6.4, als. a), c) e d).
- (d) Os documentos entregues conforme o previsto no aviso de abertura, n.º 6.4, als. c) e d), estão fora do prazo de validade.
- (e) Não entregou os documentos referidos no aviso de abertura, n.º 6.3, al. e), e n.º 6.4, als. c) e d).
- (f) Os documentos entregues conforme o previsto no aviso de abertura, n.º 6.3, als. a) e b), não estão autenticados.
- (g) Os documentos entregues conforme o previsto no aviso de abertura, n.º 6.3, als. a), b) e c), não estão autenticados.
- (h) O documento entregue conforme o previsto no aviso de abertura, n.º 6.4, al. b), não está autenticado.
- (i) Não entregou os documentos referidos no aviso de abertura, n.º 6.4, als. c) e d).
- (j) Não preenche o requisito previsto no aviso de abertura, n.º 6.4, al. b).
- (k) Não entregou o documento referido no aviso de abertura, n.º 6.3, al. e).
- (l) Não entregou os documentos referidos no aviso de abertura, n.º 6.3, als. a), b) e e), e n.º 6.4, als. a), c) e d).
- (m) Entregou os documentos previstos no aviso de abertura, n.º 6.3, als. a), b) e e), e n.º 6.4, als. a), c) e d), fora do prazo de 30 dias, previsto no n.º 1 do aviso de abertura do concurso.
- (n) Não entregou os documentos referidos no aviso de abertura, n.º 6.3, al. e), e n.º 6.4, als. a), c) e d).
- (o) Não entregou os documentos referidos no aviso de abertura, n.º 6.4, als. a), c) e d). Os documentos entregues conforme o previsto no aviso de abertura, n.º 6.3, als. a) e b), não estão autenticados.
- (p) O documento entregue conforme o previsto no aviso de abertura, n.º 6.3, al. b), não está autenticado.

16-10-92. — A Presidente do Júri, *Rosa Maria Assunção Dias Alberto*.

Hospital de Miguel Bombarda

Aviso. — Para os devidos e convenientes efeitos se declara que a lista classificativa do concurso de acesso para provimento de nove lugares vagos de enfermeiro-chefe, do grau 3, do quadro de pessoal deste Hospital, cujo aviso de abertura foi publicado no DR, 2.ª, 237, de 15-10-87, se converte em definitiva, em virtude de ao recurso interposto ter sido negado provimento, por despacho de 17-7-92 da directora-geral do Departamento de Recursos Humanos da Saúde, no uso de competência delegada.

Mais se informa que se encontra à disposição dos eventuais interessados, para consulta, no Serviço de Pessoal desta instituição, sita na Rua do Dr. Almeida Amaral, em Lisboa, a fundamentação do acto supracitado.

7-10-92. — O Director do Hospital e Presidente do Conselho de Administração, *António Guilherme Domingues Ferreira*.

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

Aviso. — Para os devidos efeitos se comunica que o método de selecção para o concurso da categoria de motorista de ligeiros, do grupo de pessoal auxiliar, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 158, de 11-7-92, consta de avaliação curricular, complementada por entrevista.

13-10-92. — O Director de Serviços, *Francisco Gonçalves*.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

Secretaria-Geral

Por despacho de 13-10-92 da secretária-geral do Ministério do Emprego e da Segurança Social:

Nomeadas, em regime de substituição e enquanto durar o impedimento das titulares do lugar, as seguintes funcionárias:

Maria Cristina dos Santos Alva Rosa, chefe de secção das Oficinas Gráficas e Reprografia do Serviço de Informação Científica e Técnica, na categoria de chefe da Repartição de Edições do referido Serviço.

Ana Maria da Silva Ribas Mateus, técnica auxiliar especialista do Serviço de Informação Científica e Técnica, na categoria de chefe de secção das Oficinas Gráficas e Reprografia do referido Serviço.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

15-10-92. — A Secretária-Geral, *Maria Isabel Ivens Fernandes*.

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Rectificação. — Por ter sido publicado com inexactidão no DR, 2.ª, 237, de 14-10-92, rectifica-se que onde se lê «1-10-92» deve ler-se «1-9-92».

9-10-92. — A Vice-Presidente, *Amélia Patrício*.

Secretariado Nacional de Reabilitação

Por despacho de 10-9-92 do secretário nacional de Reabilitação:

Cremilde de Jesus Vieira da Cruz — requisitada para exercer funções equivalentes às de terceiro-oficial, por mais seis meses, neste Secretariado (escala 5, índice 225). (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

12-10-92. — Pelo Secretário Nacional, o Secretário-Adjunto, *José Miguel Fragoeiro*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

Centro Regional de Segurança Social de Lisboa

Por despachos de 13-10-92, por delegação:

Autorizada a recuperação de vencimento de exercício perdido a:

- Alice do Pranto Pinheiro, auxiliar administrativa — 30 dias.
 Júlio Ribeiro, terceiro-oficial — 13 dias.
 Justina Arminda Lameira da Silva Dias, auxiliar técnica principal — 30 dias.
 Laura de Jesus Mendes de Carvalho, encarregada — 30 dias.
 Lubélia dos Santos Paulo Antunes, primeiro-oficial — 30 dias.
 Lucília Jorgelina Filipe, segundo-oficial — 5 dias.
 Lurdes Castanheira da Cunha Alves Goulão, segundo-oficial — 30 dias.
 Manuela Ivone Costa Alves Franco Santos Ramos, primeiro-oficial — 30 dias.
 Margarida Raquel de Sá Oliveira Otão, auxiliar administrativa — 16 dias.
 Maria Albertina Gonçalves Carvalheira Leones, primeiro-oficial — 11 dias.
 Maria Aldegundes Almas Figueira Nunes, segundo-oficial — 30 dias.
 Maria Alice Gomes Campos, auxiliar de serviços gerais — 15 dias.
 Maria Alice Lebre Palma Góis Pulido, segundo-oficial — 20 dias.
 Maria Alzira Silva Ferreira Martins Borges, educadora de infância — 9 dias.
 Maria Amélia de Jesus Loureiro, costureira — 30 dias.
 Maria Amélia Pires Rosa Garcia Duarte, professora — 8 dias.
 Maria Anethe d'Almeida Nalha Ferraz, segundo-oficial — 18 dias.
 Maria dos Anjos Carneiro da Fonte, segundo-oficial — 16 dias.
 Maria Antonieta de Campos Neves Pacheco, primeiro-oficial — 24 dias.
 Maria Antonieta Sabina Fragoso Barroso, segundo-oficial — 1 dia.
 Maria Ascensão Saraiva Sampaio Carvalho, segundo-oficial — 10 dias.

Maria Augusta Brito Lopes Escorrega Pereira Guerreiro, segundo-oficial — 12 dias.

Maria Augusta Pimentel Fraústo Barros, educadora de infância — 30 dias.

Maria Bernardete Gonçalves Alves, primeiro-oficial — 6 dias.

Maria Bertilde das Neves, segundo-oficial — 30 dias.

Maria del Carmen Magdalena Fernandes Peixoto, primeiro-oficial — 30 dias.

Maria do Carmo Antunes Fernandes Casteleiro, primeiro-oficial — 30 dias.

Maria do Carmo Braz da Silva, primeiro-oficial — 19 dias.

Maria do Carmo Figueira Fernandes Pio, segundo-oficial — 3 dias.

Maria do Carmo Penha, primeiro-oficial — 12 dias.

Maria Carlosinda dos Anjos Costa Antunes, segundo-oficial — 9 dias.

Maria do Carmo Sousa Marques, segundo-oficial — 16 dias.

Maria Cecília Nunes Saraiva Barros, segundo-oficial — 13 dias.

Maria Celeste de Lemos Miranda Rodrigues David, segundo-oficial — 10 dias.

Maria do Céu Neves Baeta Ferreira Ventura, primeiro-oficial — 10 dias.

Maria Clara Bernardes Moita Ferreira, primeiro-oficial — 14 dias.

Maria da Conceição Barrocas Cosme, auxiliar de limpeza — 5 dias.

Maria da Conceição Cruz Rocha Marinho, cozinheira — 16 dias.

Maria da Conceição Lambelho Trindade Ferreira, primeiro-oficial — 10 dias.

Maria da Conceição Lopes Coito Santos Elias, segundo-oficial — 30 dias.

Maria da Conceição Pimentel de Santana, telefonista — 25 dias.

Maria da Conceição Pina dos Santos Vaz, primeiro-oficial — 5 dias.

Maria da Conceição Vaz Galvão Bailadeira, segundo-oficial — 7 dias.

Maria Cristina Gaspar Fernandes Ferreira da Silva, chefe de secção — 25 dias.

Maria Dolores Braga de Oliveira e Ferreira de Matos, primeiro-oficial — 30 dias.

Maria Dora Gonçalves Couto da Rocha, terceiro-oficial — 30 dias.

Maria Dulcinea Silva Almeida Martins, auxiliar de serviços gerais — 3 dias.

Maria Edite Silva Dias Martins, segundo-oficial — 2 dias.

Maria Edite Vinhais Silva, primeiro-oficial — 30 dias.

Maria Eduarda Comporta Nobre, encarregada de sector — 2 dias.

Maria Elisa Bento de Almeida e Silva, segundo-oficial — 30 dias.

Maria Elisabeth dos Anjos Costa, primeiro-oficial — 30 dias.

Maria Emília Curado de Azevedo Pires, vigilante — 30 dias.

Maria Emília Marques Coelho Dinis Antão, primeiro-oficial — 19 dias.

Maria Emília Marques Martins Gaspar, terceiro-oficial — 13 dias.

Maria Emília do Rego Pinto Serra, primeiro-oficial — 4 dias.

Maria Esmália Gouveia, primeiro-oficial — 5 dias.

Maria Espada Pereirada Silva Rosalino, primeiro-oficial — 30 dias.

Maria Eugénia Pereira Nunes Fernandes, ajudante de lar e centro de dia — 26 dias.

Maria Eugénia Rocha Pena Madeira Pinão Martins, técnica auxiliar de 1.ª classe — 9 dias.

Maria Eunice dos Santos Antunes, telefonista — 7 dias.

Maria de Fátima Dias Correia Pereira, auxiliar de alimentação — 14 dias.

Maria de Fátima Fernandes de Freitas, segundo-oficial — 21 dias.

Maria de Fátima Ferreira Almeida, segundo-oficial — 3 dias.

Maria de Fátima Freitas Brito Carepo, primeiro-oficial — 3 dias.

Maria de Fátima Pires Marques Esteves, segundo-oficial — 5 dias.

Maria de Fátima Romeira Alberto Torres, primeiro-oficial — 30 dias.

Maria da Felicidade Carreto Mata Nunes Lopes, operadora de registo de dados principal — 2 dias.

Maria Fernanda Bastos de Oliveira, terceiro-oficial — 7 dias.

Maria Fernanda Carrapiço Amâncio Vintém, primeiro-oficial — 5 dias.

Maria Fernanda Eusébio Viegas Baptista Ribeiro da Silva, educadora de infância — 25 dias.

Maria Fernanda Ribeiro Segarra da Costa Aires, técnica superior de 1.ª classe — 30 dias.

Maria Figueira do Nascimento, auxiliar de alimentação — 30 dias.

Maria Filomena Dias Ferreira Duarte, segundo-oficial — 15 dias.

Maria Florinda da Silva Fialho Indefonso Rodrigues Calado, primeiro-oficial — 30 dias.

Maria Floripes Marques Raposo d'Oliveira, segundo-oficial — 12 dias.

Maria Gabriela Santos Abrantes Serrano dos Santos, segundo-oficial — 30 dias.

Maria Georgina Chouriço Lobato Camacho, segundo-oficial — 22 dias.

Maria de Lourdes Luís Martins Santos, segundo-oficial — 30 dias.

Natércia Maria Loureiro Ferreira de Oliveira, terceiro-oficial — 6 dias.

Olga de Jesus Ferreira Magro, auxiliar de alimentação — 5 dias.

Olga de Jesus da Silva Ferreira Alves, auxiliar de alimentação — 30 dias.

Olívia André Coelho Martins, primeiro-oficial — 16 dias.

Palmira Maria Leite Dias Mendonça, primeiro-oficial — 29 dias.

Perpétua Rosa Curva Carraça Amaro, segundo-oficial — 6 dias.

Purificação Ferreira Alves, primeiro-oficial — 10 dias.

Raimundo Militão Correia Joanes, segundo-oficial — 17 dias.

Regina Campos Menezes Pinto Campilho Gomes, técnica de enfermagem — 3 dias.

Rosa Maria Neves Lema Garro, segundo-oficial — 30 dias.

Rosa Maria Oeiras Vasques Roque, segundo-oficial — 22 dias.

Rosália de Jesus Campos Ramos, auxiliar de serviços gerais — 30 dias.

Rui dos Santos Fernandes, técnico superior de 2.ª classe — 12 dias.

Rui Simões de Sousa, segundo-oficial — 3 dias.

Teresa Coelho Fechas Ferreira da Costa, segundo-oficial — 4 dias.

Teresa de Jesus Martins Guerra, segundo-oficial — 4 dias.

Ulema Conceição Martins Barreiros, chefe de secção — 22 dias.

Vitor Manuel Esteves Alexandre, encarregado de pessoal auxiliar — 4 dias.

Vladimira Henriques Mendes Ruivo Teixeira Coutinho, primeiro-oficial — 12 dias.

Zita Maria do Couto Rodrigues de Figueiredo Silveira, técnica-adjunta especialista — 30 dias.

Zizina Maria Revez Dias Abrantes, primeiro-oficial — 5 dias.

15-10-92. — Pela Comissão Instaladora, *João Gonçalo L. Freitas*.

Aviso. — Nos termos do n.º 2 do art. 33.º do Dec.-Lei 437/91, de 8-11, a seguir se publica a lista de candidatos admitidos ao concurso interno geral e ou externo de ingresso para preenchimento de quatro vagas na categoria de enfermeiro do quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança de Lisboa, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 186, de 13-8-92:

Candidatos admitidos:

Antónia Soares Monteiro.
Clementina Maria Carvalho Cardoso.
Daniel Esteves da Silva.
Neusa Caldas Gonçalves.
Rui Lopes.

6-10-92. — A Presidente do Júri, *Maria Luísa Sousa Gomes Pedro*.

Centro Regional de Segurança Social de Viseu

Aviso. — Nos termos e para os efeitos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, avisam-se os candidatos ao concurso de acesso para provimento de um lugar de chefe de repartição do quadro do Centro Regional de Segurança Social de Viseu, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 43, de 20-2-87, de que a lista de classificação final, homologada por deliberação de 14-10-92 do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Viseu, vai ser afixada, na data da publicação do presente aviso, no 15.º andar do edifício do MAS, sito na Avenida do Dr. António José de Almeida, Viseu, a fim de ser consultada.

19-10-92. — O Presidente do Júri, *João Gomes*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

Secretaria-Geral

Por despachos de 13-10 e 28-9-92 do Ministro do Comércio e Turismo e do director-geral da Administração Pública, respectivamente:

Maria Eugénia Júlia Alves Monteiro Ribeiro da Cruz, terceiro-oficial do quadro de efectivos interdepartamentais do Ministério do Comércio e Turismo — autorizada a passagem à situação de licença sem vencimento por tempo indeterminado, nos termos da al. c) do n.º 1 do art. 14.º do Dec.-Lei 43/84, de 3-2, com efeitos a partir de 15-9-92. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

1-10-92. — O Secretário-Geral, *Raul Baptista Nunes*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DO COMÉRCIO EXTERNO

Direcção-Geral do Comércio Interno

Aviso. — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informa-se que, para efeitos de consulta, se encontra afixada na Direcção-Geral do Comércio Interno, Avenida da Liberdade, 9, em Lisboa, a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso para a categoria de impressor de *offset* principal, a que se refere o aviso publicado no DR, 2.ª, 192, de 21-8-92, rectificado no DR, 2.ª, 214, de 16-9-92.

12-10-92. — A Presidente do Júri, *Maria Filomena Lopes Peixoto de Aguiar*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA DISTRIBUIÇÃO E CONCORRÊNCIA

Direcção-Geral de Inspecção Económica

Por despacho de 22-9-92 do director-geral de Inspecção Económica:

Licenciada Margarida Isabel Bravo Santos Correia de Almeida Basto — celebrado contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, pelo prazo de um ano a contar da data da publicação no DR, prorrogável, nos termos do n.º 4 do art. 16.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, para realização de estágio de ingresso na carreira técnica superior (índice 300, escalão 1). (Visto, TC, 8-10-92. São devidos emolumentos.)

12-10-92. — O Subdirector-Geral, *Joaquim Gago Pacheco*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO

Direcção-Geral do Turismo

Por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 8-10-92:

Licenciado José Rodrigues Martins, técnico superior principal do quadro da Direcção-Geral do Turismo — nomeado, em comissão de serviço, chefe da Divisão de Estudos do mesmo quadro. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

14-10-92. — A Directora dos Serviços Administrativos, *Maria de Fátima Ribeiro Mendes*.

Inspecção-Geral de Jogos

Por despachos do Secretário de Estado do Turismo de 28-9-92:

Licenciados Carlos Alberto Lopes Farinha, Joaquim Rodrigues Pinto, Orlando de Muller e Sousa Pinto Batista, António Manuel dos Reis Nogueira, António dos Santos Antunes, Luís Manuel Marques Chinho, Elisabete da Graça Brás, José Maria de Almeida Rodrigues, Ivanhoé Carlos Félix Vizeu, Carlos Pereira Dias, Arminda Alves Rei de Lemos Gonçalves, José Manuel Xavier Candelária, Maria de Jesus Neto Carreira, Manuel de Jesus Couto, Silvino de Jesus Perdigo, Maria Cândida Pereira, Saul António Simões, Fernando Pereira Ferreira Adrega, José Manuel Mendes Alpoim Moreira e António Manuel Brito Nunes de Pina — nomeados, precedendo concurso interno geral de ingresso, em comissão de serviço extraordinária, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 26-10-92, inspectores de jogos de 2.ª classe estagiários, nos termos e para os efeitos do art. 24.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, e do art. 5.º do Dec.-Lei 265/88, de 28-7. (Dispensa do visto do TC.)

Licenciada Alice Maria Machado Martins Moreira Ventura — nomeada, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 26-10, precedendo concurso interno geral de ingresso e celebração de contrato administrativo de provimento, inspectora de jogos de 2.ª classe estagiária, nos termos e para os efeitos da al. c) do n.º 2 do art. 15.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, e do art. 5.º do Dec.-Lei 265/88, de 28-7. (O visto do TC será obtido a posteriori.)

20-10-92. — O Inspector-Geral de Jogos, *A. M. E. Silva Ferreira*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS RECURSOS NATURAIS

Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

Por despacho do director-geral de 14-10-92:

Engenheiro João Frederico de Sousa Costa, engenheiro electrotécnico principal do quadro de pessoal do INMG — nomeado definitivamente, precedendo concurso, na categoria de engenheiro electrotécnico assessor do mesmo quadro, ficando exonerado da anterior categoria a partir da data da aceitação do lugar. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

16-10-92. — O Director de Serviços de Administração, *Joaquim Pignatelli Videira*.

Aviso. — 1 — Nos termos do n.º 1 do art. 15.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, por despacho de 6-10-92 do director-geral do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno geral de acesso para preenchimento de dois lugares na categoria de operador de sistema-chefe do quadro de pessoal deste Instituto, anexo à Port. 75/92, de 5-2.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para as referidas vagas, cessando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável:

Dec.-Lei 335/81, de 9-12;

Dec.-Lei 498/88, de 30-12;

Dec.-Lei 23/91, de 11-1.

4 — Conteúdo funcional — ao operador de sistema-chefe incumbe desenvolver a actividade de acordo com o n.º 3 do art. 4.º da Port. 773/91, de 7-8.

5 — Remuneração, condições e local de trabalho — o vencimento é fixado de acordo com o estabelecido no Dec.-Lei 23/91, de 11-1, sendo em condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública e o local de trabalho situa-se em Lisboa, na Rua C, ao Aeroporto de Lisboa.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

- a) Satisfazer as condições estabelecidas nos arts. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
- b) Ser operador de sistema principal com, pelo menos, dois anos de serviço na categoria classificados de *Muito bom* ou três anos classificados de *Bom* e, em qualquer dos casos, formação complementar em informática, nos termos do n.º 3 do art. 16.º da Port. 773/91, de 7-8;
- c) Possuir conhecimentos comprovados dos sistemas operativos CDS-ITOS, CDC-NOS e DEC-VMS, sendo estes condição de preferência.

7 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista.

8 — Formalização de candidaturas:

8.1 — Os requerimentos de admissão deverão ser elaborados nos termos do Dec.-Lei 112/90, de 4-4, dirigidos ao director-geral do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Rua C, ao Aeroporto de Lisboa, 1700 Lisboa, entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

8.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias e profissionais;
- c) Categoria, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- d) Identificação do concurso a que se candidata;
- e) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar, por os considerar relevantes para a apreciação do seu mérito.

8.3 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia autenticada do certificado de habilitações literárias e profissionais;
- b) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente assinado;

- c) Declaração, passada pelo serviço, da qual conste a categoria, a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço nos anos relevantes para o concurso;
- d) Declaração, autenticada pelo superior hierárquico, pormenorizada do conjunto de tarefas, actividades e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que o candidato ocupa.

8.4 — Os candidatos que sejam funcionários deste Instituto ficam dispensados da apresentação dos documentos que já existam nos respectivos processos individuais.

9 — Afixação das listas — serão afixadas, para consulta, na sede do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Rua C, ao Aeroporto de Lisboa, 1700 Lisboa, ou enviadas para publicação do *DR*, de acordo com o estipulado nos arts. 24.º e 32.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

10 — Composição do júri:

Presidente — Carlos Manuel Cabral Fernandes, técnico superior de informática de 1.ª classe.

Vogais efectivos:

Maria da Conceição Pereira Santos, técnica superior de informática principal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Licenciada Luís Filipe Soares do Rosário Cardoso, técnico superior de informática de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Licenciada Olívia da Conceição Maria Jerónimo Alves, técnica superior de informática de 2.ª classe.

Augusto Rodrigues, meteorologista operacional principal.

Aviso. — 1 — Nos termos do n.º 1 do art. 15.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, por despacho de 9-10-92 do director-geral do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno geral de acesso para preenchimento de dois lugares na categoria de técnico superior de informática principal do quadro de pessoal deste Instituto, anexo à Port. 75/92, de 5-2.

1.1 — Os referidos lugares inserem-se em carreira vertical com dotação global (técnico superior de informática principal, de 1.ª e de 2.ª classes), a qual não se encontra totalmente preenchida.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para as referidas vagas, cessando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável:

Dec.-Lei 335/81, de 9-12;
Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
Dec.-Lei 23/91, de 11-1.

4 — Conteúdo funcional — ao técnico superior de informática principal incumbe desenvolver a actividade de acordo com o art. 2.º da Port. 773/91, de 7-8.

5 — Remuneração, condições e local de trabalho — o vencimento é fixado de acordo com o estabelecido no Dec.-Lei 23/91, de 11-1, sendo em condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública e o local de trabalho situa-se em Lisboa, na Rua C, ao Aeroporto de Lisboa.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

- a) Satisfazer as condições estabelecidas nos arts. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
- b) Ser técnico superior de informática de 1.ª classe com, pelo menos, dois anos de serviço na categoria classificados de *Muito bom* ou três anos classificados de *Bom* e, em qualquer dos casos, formação complementar em informática, nos termos do n.º 4 do art. 14.º da Port. 773/91, de 7-8.

7 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista, se necessário.

8 — Formalização de candidaturas:

8.1 — Os requerimentos de admissão deverão ser elaborados nos termos do Dec.-Lei 112/90, de 4-4, dirigidos ao director-geral do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Rua C, ao Aeroporto de Lisboa, 1700 Lisboa, entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

8.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias e profissionais;
- c) Categoria, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- d) Identificação do concurso a que se candidata;
- e) Quaisquer outros elementos que o candidato entende dever apresentar, por os considerar relevantes para a apreciação do seu mérito.

8.3 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia autenticada do certificado de habilitações literárias e profissionais;
- b) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente assinado;
- c) Declaração, passada pelo serviço, da qual conste a categoria, a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço nos anos relevantes para o concurso;
- d) Declaração, autenticada pelo superior hierárquico, pormenorizada do conjunto de tarefas, actividades e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que o candidato ocupa.

8.4 — Os candidatos que sejam funcionários deste Instituto ficam dispensados da apresentação dos documentos que já existam nos respectivos processos individuais.

9 — Afixação das listas — serão afixadas, para consulta, na sede do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Rua C, ao Aeroporto de Lisboa, 1700 Lisboa, ou enviadas para publicação do *DR*, de acordo com o estipulado nos arts. 24.º e 32.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

10 — Composição do júri:

Presidente — licenciado Vítor Manuel Cardoso Rabaça, subdirector-geral.

Vogais efectivos:

Maria da Conceição Pereira Santos, técnica superior de informática principal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Licenciada Maria Isabel Saraiva Ágoas de Brito de Barros Ferreira, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Licenciado Carlos José Direitinho Tavares, chefe de divisão.
Engenheiro Tito Manuel Escada Manilha, engenheiro electrotécnico principal.

15-10-92. — O Director dos Serviços de Administração, *Joaquim Pignatelli Videira*.

Aviso. — O concurso interno geral de ingresso (admissão a estágio) aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 149, de 1-7-92, para preenchimento de quatro lugares na categoria de técnico superior de informática de 2.ª classe do quadro de pessoal de informática do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, foi anulado, por desistência do único candidato admitido.

20-10-92. — O Presidente do Júri, *Carlos Manuel Cabral Fernandes*.

Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear

Aviso. — Nos termos do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que se encontra, para consulta, no Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear, sito na Avenida da República, 45, 6.º, em Lisboa, a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso interno geral de acesso para constituição de reserva de recrutamento com vista à satisfação de necessidades provisionais de pessoal na categoria de primeiro-oficial da carreira de oficial administrativo do quadro do Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 225, de 29-9-92.

20-10-92. — A Chefe de Secção, *Natércia Freire*.

MINISTÉRIO DO MAR**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DO MAR****Direcção-Geral de Portos**

Por meus despachos de 13-10-92:

Autorizadas as seguintes recuperações de vencimento de exercício perdido no corrente ano:

Carmen de Lourdes da Rosa Soares Martins, telefonista — 30 dias.
Ana da Conceição Sil Teixeira Honório, auxiliar administrativa — 30 dias.

Por despacho de 28-8-92 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Mar:

Maria Natália Veloso de Veiga Gomes Lopes Nugal, técnica auxiliar de 2.ª classe do quadro desta Direcção-Geral — autorizada a passar à situação de licença sem vencimento, por um ano, com efeitos a contar de 28-8-92.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

14-10-92. — O Director-Geral, *Pedro Barbosa Gama*.

Escola Náutica Infante D. Henrique

Aires António de Oliveira e João Eduardo Coutinho Duarte — celebrados com a ENIDH em 29-7-92 contratos administrativos de provimento para o exercício de funções docentes, pelo período de dois anos, em regime de tempo parcial e por acumulação, como equiparados à categoria de professor-adjunto, com a carga horária de seis horas lectivas semanais, a que correspondem 50% do vencimento da respectiva categoria, com efeitos a partir de 1-10-92, por urgente conveniência de serviço. (Visto, TC, 9-10-92. São devidos emolumentos.)

15-10-92. — O Director, *Rui Manuel Correia Raposo*.

Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos

Por despacho do presidente do conselho de gestão de 15-10-92:

David Manuel Guerra Mendes Calão e Mário Alberto Soares Branco — nomeados provisoriamente pilotos do DPP Douro/Leixões, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 13-10-92. (Não está sujeito a visto ou anotação do TC.)

15-10-92. — O Presidente do Conselho de Gestão, *João Maria dos Santos Galvão*.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**GOVERNO REGIONAL****Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social****Direcção Regional de Saúde****Hospital de Ponta Delgada**

Aviso. — Para os devidos efeitos se torna pública a lista classificativa dos candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso para provimento de sete lugares de enfermeiro do quadro de pessoal deste Hospital, cujo aviso de abertura foi publicado no *DR*, 2.ª, 143, de 24-6-92:

Candidatos:

	Valores
1.º Maria Alexandra Eiró Silva Medeiros	12,3
2.º Ricardina Pacheco Fragoso	11,9
3.º Vera Margarida Lopes Martins	11,9
4.º Maria Lurdes Panão Eufrásio	11,5
5.º Maria Beatriz Gomes	11,5
6.º Susi Cátia Santos Oliveira	11,3
7.º Maria Fátima Marques Duarte	11
8.º Maria do Céu Souto Amaral	11
9.º Albino dos Anjos Reis	10

Esta lista converter-se-á em definitiva se não for interposto recurso no prazo de 10 dias a partir da sua publicação.

14-10-92. — O Administrador-Delegado, *Jaime Manuel Gamboa de Melo Cabral*.

ARSENAL DO ALFEITE**Admitidos:**

Servente oficial do nível 1:

Em 6-10-92, José Manuel Ribeiro Camões Vieira.

Ajudante de operário (qualificado):

Em 6-10-92, José António Frade Vargas.

Em 7-10-92, Paulo Jorge Viegas Silva.

Demitidos:

José Carlos de Jesus Marreiros — desde 26-9-92.

Rogério Canilhas Pais Figueira — desde 23-10-92.

Pedro Miguel Gonçalves Cabrita — desde 30-9-92.

13-10-92. — Pelo Administrador, *Telmo Poge de Almeida*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Por despacho do reitor da Universidade do Algarve:

João Nunes Correia Gonçalves Firmo — autorizado o contrato, em regime de prestação eventual de serviços, como monitor da Universidade de Ciências e Tecnologias Agrárias da Universidade do Algarve, pelo período de um ano, renovável por três vezes, com efeitos a partir de 1-9-92. (Visto, TC, 7-10-92. São devidos emolumentos.)

15-10-92. — O Administrador, *J. Salavessa Belo*.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Por despacho de 4-9-92 do vice-reitor da Universidade de Aveiro:

Doutor João Lopes Baptista, professor catedrático — concedida licença sabática durante o ano lectivo de 1992-1993.

Doutor António Manuel de Brito Ferrari Almeida, professor associado — concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 28-7 a 14-8-92.

Por despacho de 9-9-92 do vice-reitor da Universidade de Aveiro:

Doutora Maria Estela Miranda Faustino Malaquias Pereira, professora catedrática — concedida equiparação a bolseira fora do País, no período de 31-8 a 4-9-92.

Por despacho de 10-9-92 do vice-reitor da Universidade de Aveiro:

Doutor João Pedro Paiva de Oliveira, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no País, pelo período de 7 a 10-9-92.

Licenciada Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins, assistente além do quadro — concedida dispensa de serviço docente, por um ano, a partir de 1-10-92.

Por despacho de 21-9-92 do vice-reitor da Universidade de Aveiro:

Doutora Maria Celeste da Silva do Carmo, professora auxiliar — concedida equiparação a bolseira fora do País, no período de 12 a 20-9-92.

Doutora Ivonne Delgadillo, professora auxiliar convidada — concedida equiparação a bolseira fora do País, nos períodos de 9 a 10 e 22 a 30-9-92.

Doutor Domingos Manuel Barros Fernandes, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 4 a 12-9-92.

Doutora Maria Helena Serra Ferreira Ançã, professora associada — concedida equiparação a bolseira fora do País, no período de 26-9 a 1-10-92.

Licenciada Maria Helena Almeida Beirão de Araújo e Sá, assistente além do quadro — concedida equiparação a bolseira fora do País, no período de 7 a 13-9-92.

Licenciado Paulo Artur Pinto de Oliveira Lopes, assistente além do quadro — concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 14 a 22-9-92.

8-10-92. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes*.

Edital. — O Doutor Joaquim Renato Ferreira de Araújo, professor catedrático e reitor da Universidade de Aveiro, no uso da competência que lhe foi conferida pela al. a) do art. 1.º do Dec.-Lei 323/84, de 9-10, faz saber, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do art. 13.º do ECDU, publicado em anexo à Lei 19/80, de 16-7, que é aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias a contar do dia imediato ao da publicação no *DR* deste edital, para recrutamento de um lugar de assistente estagiário para o Departamento de Ciências da Educação.

Condição fundamental — licenciatura em Sociologia com a classificação final mínima de *Bom* (14 valores).

Critérios de selecção:

- 1) Avaliação curricular;
- 2) Entrevista.

O requerimento de admissão ao concurso é dirigido ao reitor da Universidade de Aveiro e dele deve constar:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e local de nascimento;
- d) Estado civil;
- e) Residência e telefone;
- f) Número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu;
- g) Quaisquer circunstâncias susceptíveis de apreciação do seu mérito que possam constituir motivo de preferência legal.

Os processos de candidatura deverão incluir *curriculum vitae* e certidão ou pública-forma das habilitações literárias e serão endereçadas ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, 3800 Aveiro.

12-10-92. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Serviços Centrais

Aviso. — 1 — Nos termos dos Decs.-Leis 498/88, de 30-12, e 427/89, de 7-12, faz-se público que, por despacho reitoral de 6-10-92, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno de ingresso para provimento de uma vaga de auxiliar administrativo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, previsto na Port. 750/88, de 19-11.

2 — O concurso é válido para a vaga existente e caduca com o preenchimento da mesma.

3 — O conteúdo funcional genérico do lugar a preencher encontra-se especificado na Port. 750/88, de 19-11, que aprovou o quadro de pessoal da Universidade, destinando-se, no caso concreto, a funções de vigilância das instalações.

4 — Local de trabalho e vencimento — o local de trabalho situa-se na Faculdade de Letras, sendo o vencimento correspondente ao escalão aplicável da respectiva categoria, constante do anexo referido nos arts. 18.º e 21.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 26-10, com a nova redacção dada pelo Dec.-Lei 420/91, de 29-10, e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração central.

5 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

- a) Ser funcionário ou agente de qualquer serviço ou organismo da administração central;
- b) Encontrar-se nas condições previstas no art. 27.º do Dec.-Lei 248/85, de 15-7.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista, nos termos do art. 26.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

7 — Na classificação final dos candidatos adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores e a mesma classificação resultará da média ponderada das classificações obtidas nas fases de selecção realizadas.

8 — As listas de candidatos e de classificação final serão afixadas nos Serviços Centrais da Universidade de Coimbra e na Faculdade de Letras.

9 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, modelo oficial, fornecido pelos Serviços Centrais, entregue pessoalmente, depois de preenchido, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, para os Serviços Centrais, Palácio dos Grilos, Rua da Ilha, 3000 Coimbra.

9.1 — Os candidatos ao concurso devem, no prazo fixado no n.º 1, fazer acompanhar o requerimento dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- b) Documento comprovativo de classificação de serviço nos últimos três anos;
- c) Declaração do serviço ou organismo a que se encontra vinculado, devidamente autenticada, da qual conste a existência e natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e respectiva antiguidade, bem como o tempo de serviço na função pública;

- d) Declaração do serviço em que se especifique o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato;
- e) Documento comprovativo dos que eventualmente tiverem sido especificados no requerimento de admissão ao concurso como relevantes para a apreciação do seu mérito;
- f) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato.

9.2 — Os requerimentos deverão ainda ser acompanhados de todos os elementos que comprovem a posse dos requisitos neles apontados, designadamente os requisitos de admissão, salvo se o candidato declarar, sob compromisso de honra, a situação em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos, assinando, neste caso, sobre estampilha fiscal de 150\$.

9.3 — É dispensada aos funcionários da Universidade de Coimbra a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do respectivo processo individual.

9.4 — Em tudo o não expressamente previsto no presente aviso o concurso rege-se pelas disposições aplicáveis no Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

10 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

11 — O júri do concurso tem a seguinte constituição:

Presidente — Prof. Doutor João Lourenço Roque, presidente do conselho directivo.

Vogais efectivos:

Doutora Maria de Fátima de Sousa e Silva, vice-presidente do conselho directivo.

Licenciada Sílvia Simões das Neves Nogueira Serens, secretária da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Vogais suplentes:

Doutora Maria Alegria Fernandes Marques, 1.º vogal do conselho directivo.

António Joaquim Borges, chefe de secção.

7-10-92. — O Vice-Reitor, *Fernando Manuel da Silva Rebelo*.

Serviços Sociais

Por despacho de 7-10-92 do vice-presidente dos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra, conforme subdelegação de competências:

Maria Graciete Santos Veloso Rocha, educadora de infância dos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra — concedida licença sem vencimento, por um período de 84 dias, com início em 8-10-92.

12-10-92. — O Vice-Presidente, *António Luzio Vaz*.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Reitoria

Deliberação. — 1 — O conselho administrativo da Universidade de Lisboa, em reunião extraordinária de 21-9, sob a presidência do reitor, Prof. Doutor Virgílio Alberto Meira Soares, e com a presença dos vogais, vice-reitora Prof.ª Doutora Maria José Cardoso Miranda, e administradora licenciada Maria José Faria de Freitas, deliberou, ao abrigo do art. 23.º do Dec.-Lei 211/79, de 12-7, e dos arts. 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, delegar o seguinte:

- a) Na vice-reitora, a competência para autorizar despesas no âmbito da Reitoria e dos serviços dependentes, até aos montantes previstos nas als. d) do n.º 1 do art. 20.º, c) do art. 21.º e al. d) do art. 22.º do Dec.-Lei 211/79, de 12-7;
- b) Na administradora da Universidade de Lisboa, a competência para autorizar despesas com a aquisição de bens e serviços, no âmbito da Reitoria, até 800 000\$;
- c) Na chefe da Repartição de Administração Financeira e Patrimonial, em substituição, a competência para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, no âmbito da Reitoria, até 200 000\$.

2 — Deliberou ainda o conselho administrativo que os documentos de despesa incluídos em relação de documentos submetidos à sua autorização podem ser pagos com o visto de apenas dois membros do conselho.

3 — Mais deliberou que o deferimento dos pedidos de pagamento de reposição em prestações seja feito, por delegação, pela vice-reitora, Prof.ª Doutora Maria José Cardoso Miranda.

21-9-92. — O Conselho Administrativo *Virgílio Meira Soares — Maria José Miranda — Maria José Freitas*.

Aviso. — 1 — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, por despacho do reitor de 8-10-92, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno geral de ingresso para estagiário da carreira técnica superior para o preenchimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior da área funcional de arquitectura do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido pelo prazo de dois anos.

3 — Conteúdo funcional — competem ao estagiário acima referido funções de estudo, concepção e realização de projectos de planeamento arquitectónico, arquitectura de interiores, *design* gráfico e de mobiliário, no âmbito das realizações museográficas do Museu de Ciência.

4 — Local de trabalho e vencimento — o local de trabalho situa-se em Lisboa e o estágio é remunerado pelo escalão 1 da respectiva categoria e previsto no anexo I ao Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração central.

5 — Requisitos e condições de candidatura:

5.1 — Requisitos gerais:

5.1.2 — Os definidos no art. 22.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

5.2 — Requisitos especiais:

5.2.1 — Encontrarem-se nas condições previstas nos Decs.-Leis 248/85, de 15-7, e 265/88, de 28-7, e possuírem licenciatura em Arquitectura;

5.2.2 — Ser funcionário ou agente de qualquer serviço ou organismo da administração central, exigindo-se a estes últimos que desempenhem funções em regime de tempo completo, estejam sujeitos à disciplina, hierarquia e horário do respectivo serviço e contem mais de três anos de serviço ininterrupto.

6 — Métodos de selecção a utilizar no concurso:

a) Avaliação curricular;

b) Entrevista profissional de selecção.

7 — Formalização de candidatura:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao director do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo de candidatura, para o Museu de Ciência, Rua da Escola Politécnica, 56-58, 1294 Lisboa Codex, dele devendo constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, idade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu);

b) Experiência profissional anterior, se for caso disso, com menção expressa da natureza das funções desempenhadas, indicação da categoria e serviço a que o candidato pertence e vínculo e antiguidade na categoria e na função pública;

c) Habilitações literárias;

d) Morada para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;

e) Quaisquer circunstâncias que repute susceptíveis de influírem na apreciação do mérito e de constituírem motivos de preferência legal, as quais, todavia, só serão tidas em consideração se devidamente comprovadas.

7.2 — Os requerimentos de admissão ao concurso devem ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias;

b) *Curriculum vitae* pormenorizado;

c) Declaração dos serviços a que os candidatos se achem vinculados da qual conste, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo à função pública, designação funcional e antiguidade na categoria que possuem e na função pública.

7.3 — Fica dispensada a apresentação dos documentos referidos nas als. a) e c) do presente aviso aos funcionários e agentes da Universidade em que se verifique a existência dos mesmos nos respectivos processos individuais.

7.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos nos requerimentos serão punidas nos termos da lei.

8 — A lista dos candidatos e a lista de classificação final do concurso serão afixadas no átrio do gabinete da administração do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

9 — O estágio tem carácter probatório e terá a duração de um ano, devendo a avaliação e a classificação final obedecer ao regulamento do estágio para ingresso nas carreiras de técnico superior e de técnico dos quadros da Universidade de Lisboa.

10 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Prof. Doutor Fernando Bragança Gil, director do Museu de Ciência.

Vogais efectivos:

Prof.ª Doutora Maria Alzira Bessa Almoester Moura Ferreira, subdirectora do Museu de Ciência.

Prof. Doutor António Marcos Galopim de Carvalho, director da Secção de Mineralogia e Geologia do Museu Nacional de História Natural.

Vogais suplentes:

Prof. Doutor Carlos Alberto Silva Almaça, director da Secção de Zoologia e Antropologia (Museu Bocage) do Museu Nacional de História Natural.

Prof. Doutor Fernando Mangas Catarino, director do Museu e Jardim Botânico do Museu Nacional de História Natural.

12-10-92. — Pelo Reitor, *Carlos Alberto Medeiros*.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$+IVA; preço por linha de anúncio, 178\$+IVA.

2 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTES NÚMEROS 302\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex

MODERNIZAR, SIMPLIFICAR,
PRATICAR QUALIDADE



DIA NACIONAL DA
DESBUROCRATIZAÇÃO

29 OUTUBRO 92

